

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

RAFAEL MELO

Cartografia das mobilizações das Jornadas de Junho de 2013:
as tecnologias das redes digitais sociais no engajamento das
subjetividades

ITAJUBÁ
2019

RAFAEL MELO

**Cartografia das mobilizações das Jornadas de Junho de 2013:
as tecnologias das redes digitais sociais no engajamento das
subjetividades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Tecnologias.

Orientadora: Lauren Ferreira Colvara

ITAJUBÁ
2019

AGRADECIMENTOS

A jornada de reflexões, de produção de novos modos de enxergar o mundo e de transformações durante a experiência dessa pesquisa só foi possível com o inestimável apoio de diversas pessoas que contribuíram diretamente com esse trabalho, assim como daquelas que mesmo sem saber têm um pouco de si marcadas nessas páginas.

Assim, agradeço à minha orientadora, Lauren Ferreira Colvara, pelas incansáveis horas de conversas que produziram instigantes pensamentos para esse trabalho e que, por vezes, também deram muitos nós na mente.

Agradeço à professora Denise Pereira de Alcantara Ferraz, que depositou confiança em mim e me guiou no início do meu percurso no mestrado, me orientando e me apoiando nas reviravoltas que dei na minha pesquisa.

Agradeço ao professor Victor Eduardo de Mello Valerio que sempre se mostrou solícito para contribuir com essa pesquisa, trazendo contrapontos fundamentais para uma construção interdisciplinar.

Agradeço aos colegas e amigos do grupo *Ágora* pelos nossos encontros semanais, pelas leituras coletivas, pelas reflexões e pelos ricos debates.

Agradeço à todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) pelas contribuições ao longo do caminho e pelas trocas realizadas nas disciplinas do programa.

Agradeço à todos os alunos do DTecS, que além de colegas foram amigos e companheiros nos momentos de dúvidas existenciais e que compartilharam tanto situações de dificuldade como também os bons momentos desse período.

Agradeço aos amigos que fiz em Itajubá. Os que permanecem por perto, assim como os que por diversas razões estão longe mas continuam muito presentes em mim.

Agradeço aos companheiros fundadores da Casa Ítaca, assim como todas as gerações que por lá passaram, pelos aprendizados e bons momentos dessa experiência.

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional, suporte e carinho de todos os momentos.

Agradeço a todos os amigos que passaram por mim nessa vida e que ainda espero reencontrar com alegria.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo suporte financeiro.

“—Porque influenciar alguém é dar-lhe sua própria alma. Ele já não tem seus pensamentos naturais ou arde com suas paixões naturais. Suas virtudes não lhe são mais verdadeiras. Seus pecados, se é que existe algo como pecados, são emprestados. Ele se torna o eco da música de outro alguém, um ator em um papel que não lhe foi escrito.”

Lord Henry, O retrato de Doryan Gray

RESUMO

As redes digitais de comunicação, expressas em tecnologias transmidiáticas e redes sociais digitais como, por exemplo, *Facebook* e *Twitter*, (RECUERO, 2017; RÜDIGER, 2011) enquanto extensão dos corpos (BUTLER, 2018), permitiram a emergência de modos distintos de produção das subjetividades assim como a possibilidade de novos modos de articulação dos indivíduos para manifestar e protestar por suas demandas e necessidades. Nesse contexto, essa pesquisa percorreu os movimentos das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil com o objetivo de cartografar os movimentos de territorializações e desterritorializações das produções de subjetividades durante essas mobilizações, simultaneamente nas redes digitais *online*, assim como nas redes *offline*. Os movimentos desse percurso foram analisados a partir de uma cartografia na perspectiva da psicologia social (DELEUZE E GUATTARI, 1995; GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006). Assim como diversas mobilizações ao redor do globo - Primavera Árabe, o movimento *Occupy* (BOITEMPO EDITORIAL e CARTA MAIOR, 2013; CASTELLS, 2013), o Brasil produziu as Jornadas de Junho em um encadeamento de processos com alta penetração das tecnologias de comunicação digitais. As Jornadas de Junho foram sistematizadas aqui em três fases (SINGER, 2013): 1) na primeira (dias 6, 10, 11 e 13 de junho), os protestos organizados pelo “Movimento Passe Livre (MPL)” sob a pauta da redução das tarifas do transporte público apresentaram singularidades em suas produções de subjetividade, principalmente pela expressão de agenciamentos horizontais e sem lideranças, apesar de pouco engajamento; 2) a segunda fase (dias 17, 18, 19 e 20 de junho) emergiu a partir da ruptura na produção de subjetividades gerada a partir da violência e repressão policial no dia 13 de junho, engajando um movimento abrangente, extremamente descentralizado e rizomático por todo o país (múltiplas demandas, grupos de manifestantes e subjetividades plurais) organizado em uma cadeia de equivalência populista da perspectiva de Laclau (2013), somando uma grande multiplicidade de demandas heterogêneas que se articularam em uma mesma unidade sem se sobreporem; 3) e na terceira fase (do dia 21 ao final de junho), essa cadeia de equivalência se fragmentou, produzindo diversos protestos isolados e sem articulações uns com os outros, perdendo, assim, expressividade e força e, ao mesmo tempo, iniciando uma série de capturas expressas em identidades rígidas e adesão a pautas preestabelecidas. Assim, os movimentos dessas paisagens se expressaram se (re)configurando fase a fase, através de processos de

contágio e sugestão (TARDE, 2005; FREUD, 1987), principalmente, pelas redes digitais e que simultaneamente eram, por vezes, elaborados a partir dos desejos e, outros momentos, capturados em um determinado sentido.

Palavras-chave: Produção de subjetividades; Jornadas de Junho de 2013; Redes digitais, Cartografia social.

ABSTRACT

Digital communication networks, expressed in transmediatic technologies and digital social networks such as Facebook and Twitter, (BUTLER, 2017; RÜDIGER, 2011) as extensions of bodies (BUTLER, 2018), allowed the emergence of distinct modes of subjectivities productions as well as the possibility of new ways of articulating individuals to manifest and to protest their demands and needs. In this context, this research covered the movements of Journeys of June in 2013 in Brazil with the objective of mapping the movements of territorializations and deterritorializations of the subjectivities productions during these mobilizations, simultaneously in the online digital networks, as well as in the offline networks. The movements of this path was analyzed from a cartography from the perspective of social psychology (DELEUZE & GUATTARI, 1995; GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006). As well as several mobilizations around the globe - Arab Spring, Occupy movement (BOITEMPO EDITORIAL & CARTA MAIOR, 2013; CASTELLS, 2013), Brazil produced the Journays of June in a chain of processes with high penetration of digital communication technologies. The Journays of June were systematized here in three phases (SINGER, 2013): 1) in the first (days 6, 10, 11 and 13 June), the protests organized by the "Free Pass Movement" (MPL) of public transport fare presented singularities in their productions of subjectivity, mainly due to the expression of an horizontal and non-leaderships organization, despite to have little engagement; 2) the second phase (17, 18, 19 and 20 June) emerged from the rupture in the production of subjectivities generated by police violence and repression on June 13, engaging a wide, extremely decentralized and rhizomatic movement (multiple demands, groups of demonstrators and plural subjectivities) organized in a chain of populist equivalence from the perspective of Laclau (2013), adding a great multiplicity of heterogeneous demands that were articulated in the same unit without overlapping; 3) and in the third phase (from the 21st to the end of June), this chain of equivalence fragmented, producing several isolated and unrelated protests with each other, thus losing expressiveness and strength and, at the same time, initiating a series of captures expressed in rigid identities and adherence to preestablished guidelines. Thus, the movements of these landscapes were expressed (re) configuring phase by phase, through processes of contagion and suggestion (TARDE, 2005; FREUD, 1987), mainly, by digital

networks and simultaneously were sometimes elaborated from of desires and, at other moments, captured in a certain sense.

Keywords: Production of subjectivities; Jornadas de Junho de 2013; Digital networks, Social cartography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: <i>Layout Orkut</i>	32
Figura 2: <i>Layout Facebook</i>	40
Figura 3: Reações para interação no <i>Facebook</i>	41
Figura 4: <i>Layout Twitter</i>	43
Figura 5: Nuvem de palavras das hashtags do Twitter associadas a “#vemprarua” em 15/06/2013.....	73
Figura 6: Nuvem de palavras das hashtags do Twitter associadas a “#vemprarua” em 16/06/2013.....	74
Figura 7: Nuvem de palavras das hashtags do Twitter associadas a “#vemprarua” em 17/06/2013.....	75
Figura 8: Análise de polaridade dos sentimentos dos tweets nas Jornadas de Junho.....	76
Figura 9: Grafo da rede de interações sobre as Jornadas de Junho no Twitter levantado nos dias 23 e 24 de junho de 2013.....	79
Figura 10: Perfis mais influenciadores no Twitter (23 e 24 de junho).....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REDES POLÍTICO-AFETIVAS: as estéticas das subjetividades.....	17
2 CIRCUITOS RIZOMÁTICOS DAS REDES DIGITAIS CONTEMPORÂNEAS.....	27
3 CRÔNICAS DAS PAISAGENS URBANO-DIGITAIS.....	49
3.1 PRELÚDIO: da reconfiguração da subjetividade do ativismo.....	49
3.2 A SUBJETIVIDADE NA ERA DA SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA.....	56
4 O DISCRETO CHARME DAS MULTIDÕES.....	71
5 CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

Essa introdução se inicia sinalizando os referenciais a partir dos quais o pesquisador olha para os processos a serem analisados, as posições ocupadas e as afetações que contribuiram com a produção dessa pesquisa, como escolha epistemológica da cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1995). Tal escolha pressupõe uma cartografia do campo da psicologia social em que o pesquisador sinaliza a si mesmo diante do objeto de estudo como forma de deixar evidente na leitura quais são suas relações com esse objeto, ao invés de ocultá-las. Dessa maneira pretende-se tornar o processo de produção científica mais transparente, uma vez que se compreende que não há uma neutralidade em qualquer produção humana. Desta forma não é um caminho que abre mão do rigor científico, mas que reconhecendo as limitações da própria produção científica se propõe a lidar com elas trazendo o leitor para o percurso de demarcações que fazem parte da produção de sentidos do pesquisador em contato com a pesquisa. A cartografia também não é um amontoado de percepções, mas uma sistematização e ordenação dessas percepções de forma a produzir sentido de uma forma lógica e inteligível.

A partir dessas considerações é demarcado que o ponto de origem desta pesquisa foi a realização do debate “O Tempo não para, e o golpe?”¹, em 2016, sobre a conjuntura histórica do cenário político brasileiro de 1964 e a abertura do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. O evento aconteceu na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), organizado pelos discentes do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS).

O pesquisador, aqui, teve uma articulação com essa investigação tanto por participar da organização do evento como discente do programa DTecS, quanto pelo alto impacto do evento na universidade e pela forma com que esse acontecimento cruzou com toda a sua rede de vivências, instigando determinados questionamentos e inquietações que se traduziram em pesquisa acadêmica.

O DTecS é um PPG Interdisciplinar que se propõe a ser um espaço de debate e reflexão sobre a sociedade para além de uma visão tecnicista e reducionista dos fenômenos sociais. A interdisciplinaridade, conforme proposto por Raynaut (2011), vem como uma nova postura intelectual para que a pesquisa científica possa atender às demandas dos problemas contemporâneos em sua complexidade. Seguindo o pensamento do autor, as interações entre artefatos e processos tecnológicos, ou seja, “universo não humano”, e as dinâmicas sociais se constituem reciprocamente e simultaneamente à luz da concepção de uma realidade híbrida que emerge da crescente

1 <https://www.facebook.com/events/1699252023691626/> - acessado em 12 de setembro de 2018

antropização do mundo. Adentrar em novos espaços do conhecimento localizados na intersecção das áreas disciplinares se torna essencial para avançar o debate.

A grande mobilização presencial dos alunos, que no dia evento se aglomeravam nos corredores do auditório e até fora deste em busca de um espaço, não fez desviar a atenção e o olhar para a importância das mobilizações nas redes digitais. As redes presenciais se articularam e entrelaçaram com as digitais sem distinções nítidas, se retroalimentando. Desde a divulgação do evento que aconteceu principalmente pelas redes sociais digitais, até os intensos debates que aconteceram nestes espaços e se propagaram para o auditório mostraram que é preciso encarar essas articulações de forma complexa e que já não é possível deixar de lado os espaços digitais para a análise das mobilizações sociais contemporâneas. O aparato tecnológico como extensão do corpo e da própria mobilização social já anunciava muitas das conexões que estarão presentes por toda essa pesquisa. Os celulares com suas câmeras registraram os acontecimentos presenciais e repercutiram nas redes fazendo com que muitos outros indivíduos participassem daquele acontecimento. A manipulação dos registros audiovisuais também esteve presente com vídeos editados mostrando versões descontextualizadas e tendenciosas dos acontecimentos. Enfim, toda uma gama de novas articulações, questionamentos e relações na interface dessas duas dimensões de existência social conduziram no sentido de realizar essa pesquisa a partir desses dois espaços: presenciais e digitais.

Movimentações sociais, atualmente, estão diretamente ligadas à arquitetura das redes digitais de comunicação, assim como, às articulações mais abrangentes em nível nacional de movimentos identitários, feministas e, principalmente, às novas formas de manifestação que chamaram atenção no Brasil nas Jornadas de Junho de 2013.

A partir da observação do microcosmo das movimentações sociopolítico na Unifei em articulação com estas novas estratégias tecnológico digitais, foi possível ampliar o horizonte para olhar os engajamentos além, em âmbito nacional. Assim, a pergunta central que mobilizou o desenvolvimento dessa investigação e conduziu os passos pelas paisagens exploradas nesse texto é: como foram produzidas as subjetividades de engajamento/participação nas redes digitais de comunicação durante as principais mobilizações sociais nas Jornadas de Junho de 2013.

Esta questão norteou a busca pela compreensão dos usos, estratégias, efetivações políticas e ambivalências acerca das tecnologias de interação, informação e comunicação (tecnologias transmidiáticas) e daquilo que acontece dentro de um espaço que aqui, inicialmente, é denominado como ciberespaço.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi cartografar os movimentos de territorializações e desterritorializações das produções de subjetividades durante as Jornadas de Junho de 2013, simultaneamente nas redes digitais e *offline*. E os objetivos específicos foram: (1) cartografar como

ocorreram os engajamentos nas Jornadas de Junho; (2) cartografar como se articularam os circuitos rizomáticos *online* e *offline* na captura e na elaboração dos sentidos e das subjetividades; e (3) cartografar como as subjetividades territorializaram, desterritorializaram e se reconfiguraram.

Para abordar estes diferentes universos, entre a produção de subjetividade e a complexidade das tecnologias digitais, foi preciso a construção de uma perspectiva interdisciplinar. Um diálogo que atravessou as teorias da comunicação, as perspectivas da psicologia social, as visões críticas à tecnologia e as produções da subjetividade na dimensão da micropolítica.

Diante da necessidade desta construção interdisciplinar e complexa, optou-se pelo método cartográfico de Deleuze e Guattari (1995), pois, trata-se de uma prática política, não em seu caráter de poder enquanto relação de soberania ou dominação – campo macropolítico, mas no campo da produção de subjetividade – micropolítica. Essa cartografia se configura como um campo interdisciplinar, interface entre as Humanidades e as Ciências Sociais, por se tratar da produção de subjetividade materializada na inter-relação entre o indivíduo e as alteridades em sua relação social. O cartógrafo não revela sentido, o cria.

Ao contrário da cartografia tradicional com seus mapas territoriais, topográficos e de distribuição, a cartografia social aqui proposta busca o entendimento das afetações no campo empírico por meio de “diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade” (PRADO FILHO, TETI, 2013, p. 45). Só é possível pensar essa perspectiva a partir de um caráter processual, ou seja, na inexistência de metas, métodos e caminhos pré-fixadas, buscando um novo percurso que no próprio caminho define suas metas. “Significa que as estratégias metodológicas em uma pesquisa vão se construindo na relação com o próprio objeto, de forma processual” (AGUIAR, 2010, p.2)

Rolnik (2006) descreve esse processo como a tensão entre o fluxo (molecular) e a representação (molar) de forma a organizar e reorganizar os territórios, em um eterno embate entre as desestabilizações das representações e o estancamento do fluxo de desejos pelas representações. Quando há o estancamento do fluxo de desejos, ou seja, quando os fluxos das redes que se entrecruzam nos indivíduos param de fluir ocorreu uma captura. As subjetividades, então, param de expressar a produção dos agenciamentos dos desejos, e passam a representar imposições oriundas de processos de sujeição social, referente ao campo macropolítico dos significados, ou servidão maquínica, correspondendo à manipulação das produções dos desejos no campo micropolítico. Nas redes sociais digitais, por exemplo, o número de interações em uma postagem, como curtir e compartilhar, geram efeitos que não estão no campo da significação verbal, mas produzem sentidos em um nível pré-verbal, como impulsos elétricos dos rizomas sociais. Quanto mais interações

houver mais as subjetividades serão produzidas e capturadas nessa orbita. Os fluxos das redes de transporte deixam de fluir entre lugares e passam a circular sobre o mesmo espaço.

A coexistência entre fluxo de elaboração de desejos e fluxo de capturas é a própria matriz da criação de sentido para a realidade. O papel do pesquisador/cartógrafo nessa “pesquisa-devir” é dinâmica e depende das percepções, afetos e sensações:

[...] o cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos / alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. (IDEM, p.65)

Apesar de pressupor as diferentes intensidades de envolvimento, Aguiar (2010, p.12) ressalta que “deve existir um rigor no sentido de evitar que a pesquisa cartográfica seja apenas um amontoado de percepções vivenciadas pelo sujeito sem gerar novas visões e possibilidades reflexivas”. Uma vez que a cartografia não estabelece um caminho linear, um modelo orientador nem uma técnica padrão pré-determinada desde o início da investigação, será a própria análise do campo empírico que direcionará de forma mais detalhada os percursos dessa investigação. Dessa forma, se torna fundamental ao processo de cartografia mostrar e descrever todos os desdobramentos feitos durante a pesquisa e os passos dados a fim de explicar e justificar os caminhos percorridos e as escolhas optadas.

Sendo assim, o marco inicial das análises da presente pesquisa foram os acontecimentos de grande repercussão e engajamento tanto em corporificações nos meios digitais, ou ciberespaço, quanto nas repercussões corporificadas nas ruas e outros ambientes urbanos. De um ponto de vista cartográfico serão relatados os eventos vivenciados, observados e constituídos em interação com o próprio pesquisador/cartógrafo. Sendo assim, foram propostos alguns caminhos possíveis que darão a direção desse percurso. O movimento em que foram iniciadas as análises, em um fluxo mais amplo que o contextualiza, consistiram nas Jornadas de Junho de 2013.

A partir da observação dos acontecimentos corporificados nas ruas e nas redes digitais, foram relatados os acontecimentos e interações para demonstrar os processos de produção de subjetividade em suas redes rizomáticas de sujeitos, atores, dispositivos, engajamentos, discursos e agenciamentos.

A imagem do rizoma explorada por Deleuze e Guattari (1995) empresta conceitos e descrições da biologia e botânica sobre as raízes dos grupos vegetais para abordar uma concepção de mundo da multiplicidade. Enquanto raízes axiais ou pivotantes carregam uma lógica dicotômica

presas a um eixo principal, do qual se derivam; nas raízes fasciculadas se torna impossível diferenciar a existência de uma raiz principal, a qual foi abortada dando lugar a multiplicidade e impossibilitando a existência de uma unidade. Multiplicidade essa que também quebra e não se insere em estruturas lineares, mas antes se expressa de forma cíclica ou circular, o que pressupõe a inexistência de um início ou fim. Qualquer ponto em um rizoma pode ser conectado a qualquer outro.

Além dos aspectos interdisciplinar e rizomático, é essencial considerar o próprio processo de constituição dinâmico dessa pesquisa, em que cada acontecimento gerou algum tipo de transformação, como também, a proposta de articular reflexões sobre os desenvolvimentos possíveis e percebidos das manifestações tanto do ponto de vista teórico-epistemológico como também técnico-digital. Resumidamente, pretende-se cartografar os desdobramentos, articulações e transformações da realidade a partir das mobilizações, eventos, respostas, ações, enfrentamentos e conquistas. Para tanto, se recorreu a um relato das memórias vivenciadas no período e pesquisa documental integrando revisão teórica das análises já realizadas das manifestações, assim como matérias jornalísticas.

Para seguir com a cartografia aqui proposta, o próximo capítulo aprofundará os conceitos e processos das produções e de captura das subjetividades, percorrendo as paisagens possíveis e delineando as escolhas epistemológicas desta pesquisa.

1 REDES POLÍTICO-AFETIVAS: as estéticas das subjetividades

Compreender as potencialidades das diversas articulações e mobilizações sociais que emergem nas redes digitais e as suas pluralidades de manifestação, principalmente em seu caráter descentralizado (rizomático), demanda adotar na construção do trabalho uma perspectiva que revele as múltiplas dimensões em que essas conexões se realizam e os diversos níveis de transformações decorrentes desses processos.

Guattari e Rolnik (1996) discutem a questão das transformações sociais para além das grandes organizações políticas e sociais, incluindo as reivindicações por reconhecimento e conquista de direitos. Sugerindo uma nova via crítica em que insiste na necessidade de observar, também, o nível das subjetividades tanto dos indivíduos quanto dos grupos. Já não basta que a população se reaproprie dos meios de produção materiais, como tradicionalmente muitos movimentos de orientação marxista têm direcionado seus esforços em uma luta anticapitalista. Assim, como também não basta se restringir a economia política, que se limita a entender a produção e distribuição de poder única e exclusivamente oriunda da posse do capital e dos meios de produção, e entrar no campo da economia da subjetividade, que compreende uma dominação e um poder construídos sobre a produção da subjetividade e da percepção da realidade do Outro. Enquanto o capital impõe uma sujeição econômica, a cultura impõe a sujeição da subjetividade. Mais que mais-valia econômica, o lucro capitalístico, atualmente, se baseia na tomada de poder da subjetividade.

Olhar para as transformações sociais e para a própria realidade a partir da constituição das subjetividades é uma tarefa que exige se perguntar sobre a constituição dos sujeitos, ou seja, o processo de sujeição. O que é ser "sujeito", em sua concepção, é discutido por Foucault (2009) ao propor histórias dos diferentes modos que estes se constituem em nossa cultura, ou seja, os meios pelos quais os indivíduos tornam-se sujeitos ou assujeitados diante das relações que estabelecem. Tornar-se sujeito é a submissão e sujeição do indivíduo na sociedade, é uma existência em que é possível alguns agirem sobre a ação dos outros. A objetivação de um ser humano ou indivíduo em sujeito é uma constituição ao mesmo tempo colocada nas relações de produção econômica, nas relações linguísticas e discursivas e nas relações de poder. Poder este que não é um poder fundamental ou entendido como "o" poder, de outra forma os poderes só existem quando exercidos a partir de uns sobre os outros, só existe no ato de seu exercício.

É, assim, que a formação do sujeito, visto pela perspectiva foucaultiana, possibilita entender o conceito de subjetividade desenvolvido por Guattari e Rolnik (1996) como uma

fabricação "industrial" que permeia toda a estrutura do tecido social, das redes de relações de poder descritas por Foucault (2009). Essa produção se dá nas relações cotidianas, que se estabelecem em formas de poder uns sobre os outros. As subjetividades não são, portanto, resultado determinado por um único agente de poder, mas sim, por uma rede de relações que se estabelece durante toda a vida nas escolas, no âmbito doméstico e nos demais espaços de convivência e interação que, no mundo contemporâneo, integra os espaços digitais e das redes telemáticas de comunicação.

O sujeito aqui não faz referência à pessoa nem à identidade - uma vez que esses são conceitos de delimitação e circunscrição, mas sim, aos processos e relações de forças que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com o outro (relações externas) resultando na produção de si e da existência do sujeito. Dessa maneira a produção do sujeito é a produção de múltiplas subjetividades que atravessam o indivíduo e não uma única subjetividade que se insere única e exclusivamente nesse sujeito. É possível, por exemplo, entender que uma mulher hipotética, com fins de ilustrar esse conceito, não é simplesmente um sujeito mulher formado pela sua subjetividade de mulher, mas é, simultaneamente, mãe, artista plástica, professora, feminista, imigrante e, assim por diante, composta por uma multiplicidade de subjetividades que se forjam no tecido social e, ao mesmo tempo, atravessam seu corpo. E essa multiplicidade de subjetividades também não são fixas no tempo, mas possuem um caráter processual, ou seja, se transformam ao longo do tempo, contrapondo a rigidez característica do que é identitário. Peixoto Junior (2008), considerando as diversas linhas de força e relações de poder, define subjetivação como a "constituição de modos de existência ou a invenção de possibilidades de vida" (IDEM, p. 17-18).

Os processos de produção dos sujeitos e das suas subjetividades são transferidos na segunda metade do século XX de uma lógica pautada pela relação de um para muitos, exemplificada pelas mídias de massa que centralizavam a produção das subjetividades seguindo um modelo "industrial" fabril clássico - de produção serializada, para a seguir adentrar em modelos descentralizados de "muitos para muitos", ou seja, nas redes digitais haveria a possibilidade de todos influenciarem simultaneamente a todos de forma recíproca na produções de subjetividades. Assim, as disputas de poder se encontram em outros campos diversos às teorias de comunicação de corrente marxista, que já não dão conta de descrever os processos que ocorrem no cenário atual das redes digitais, pois estas correntes se fixavam no emissor - este único e nas mãos de grandes corporações, não havia a possibilidade efetiva de uma manifestação, ou mesmo a divulgação de uma informação espontânea sem os filtros do mercado. Esta lógica foi subvertida com a internet em sua cibercultura e ciberespaço, como será visto adiante nesse texto.

O nível do tecido social em que ocorre a produção de subjetividade é da natureza da micropolítica. A diferença entre macropolítica e micropolítica não está em relação à escala, abrangência, tamanho ou dimensão dos processos e organizações políticas. O macro e o micro não dizem respeito a ser ‘grande’ (a sociedade, o Estado... o todo) e ‘pequeno’ (o individual, o intraindividual, o grupal... a parte, a unidade)” (ROLNIK, 2006, P. 59). A diferença se encontra na própria natureza dos processos, em lógicas completamente diversas, em que se reitera a mudança destas lógicas a partir das tecnologias digitais e na convergência transmidiática.

A dimensão macropolítica, também denominada de molar por Guattari e Rolnik (1996), é a política do plano dos territórios, do mapa. É no processo de territorialização que os afetos e desejos ganham consistência, forma, substância e espessura. É a parte visível dos processos operando em segmentações ou recortes dos sujeitos que de acordo com Rolnik (2006, p. 60) são “definidos por oposições binárias do tipo homem/mulher, burguês/proletário, jovem/velho, branco/negro, formando um todo. Sujeitos, objetos, unidades de tempo”. Nessa dimensão, independente da escala, seja ela relativa a processos e políticas nacionais ou uma interação interpessoal entre duas pessoas, o que a caracteriza é a cristalização em identidades e representações, ou seja, tudo àquilo já constituído no tecido social, na subjetividade ou na percepção e concepção de realidade.

Já a dimensão da micropolítica ou molecular, a autora descreve que é a política do plano da cartografia, da transformação das paisagens. Aqui não há unidades, apenas intensidades, afetos não subjetivados. Mesmo em sua indefinição em categorias, em unidades individuais, não são indeterminados. São singularidades, devires. Novamente, independente de escala, diz respeito a processos anteriores a qualquer forma cristalizada ou macropolítica, é o momento em que os indivíduos produzem realidade e não apenas a reproduzem.

Assim, ela conclui que a micropolítica diz respeito, então, às questões da produção de subjetividade e ao modo como o nível molar (nível da política de constituição das identidades) e o nível molecular se cruzam, uma vez que não são campos opostos e contraditórios, mas complementares. O questionamento do sistema capitalístico não se restringe ao domínio das lutas políticas na escala do visível, mas também ao nível molecular. Uma mudança social a nível macropolítico/ macrossocial diz respeito, também, à produção de subjetividade. O que se quer dizer com estes conceitos é que este movimento de produção de subjetividade se altera, não sendo mais preciso denominar a materialidade seja dos territórios ou mesmo da construção do tecido social. Por sua vez, as micropolíticas e as macropolíticas não acontecem mais somente no “mundo dos corpos”, mas nas trocas e interações das redes digitais.

Como elemento fundamental da produção de subjetividade capitalística, Guattari e Rolnik (1996) apontam que a cultura de massa produz indivíduos normalizados e submissos por meio da modelização dos comportamentos, sensibilidades, percepções, memórias, relações sociais, relações sexuais. Esse sistema de produção de subjetividade capitalística atua de forma dissimulada bloqueando os processos de singularização e instaurando processos de individualização.

Os autores explicam que essa produção de massa, serializada, industrial e massificada de subjetividades anula o caráter processual da existência, ou seja, a ideia de devir ligada as possibilidades de ser e aos processos de singularização. As singularizações, por sua vez, são processos disruptivos do campo da produção do desejo contra a subjetividade capitalística, reconhecendo outras maneiras de ser, outras sensibilidades. São desvios de toda natureza, que também podem ser denominados de forma geral de autonomização, minorização ou revolução molecular. Desvios que só se fazem existir na presença de uma elaboração em que o indivíduo também faça parte, se coloque nela, faça de sua existência forças criadoras que transbordam o indivíduo, que produzem subjetividades e realidades.

Ao mesmo tempo que a produção capitalística impõe uma subjetividade modelizada, também, abre possibilidades de desvio, reapropriação e desterritorialização das subjetividades por meio dos processos de singularização que extraviam os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos. Guattari e Rolnik (1996) verificam nesses processos diferenciais de singularização um papel fundamental na política dos movimentos sociais e de minorias, uma vez que os processos de singularização femininas, poéticas, homossexuais, negras, têm o potencial de romper com as estratificações dominantes. No entanto, essa problemática não é uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, ao arcaico, mas sim, de multiplicidades e pluralidades. Eis novamente a marcação da importância da transposição relacionada a uma comunicação de massa, de subjetividade modelada, para uma comunicação digital difusa em que permite a expressão destas multiplicidades e pluralidades com uma velocidade e alcance que antes os movimentos sociais e de minorias não conseguiam atingir. Dando visibilidade a pautas desde a denúncia materializada da violência contra a mulher com vídeos, testemunhos e fotos, até mesmo denúncias relacionadas a descasos públicos em bairros periféricos, ou seja, assuntos que dificilmente entrariam em pauta nos grandes meios de comunicação.

Guattari e Rolnik (1996) também criticam os conceitos de cultura e identidade no sistema capitalístico. Os sistemas culturais capitalísticos se apropriam, recuperam e territorializam os valores das singularidades em estruturas estratificadas, em um processo de integração que difunde determinado traço e valor em todo o campo social de forma universalista, esvaziando seu

caráter processual e criativo. Ocorre uma falsa democracia da cultura, que reproduz os mesmos sistemas de segregação a partir de uma categoria geral de cultura num determinado campo social – que não é homogêneo, mas múltiplo. “Toda vez que a problemática de identidade ou de reconhecimento aparece, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo” (IDEM, p.74).

Nesse sentido, é preciso diferenciar identidade e singularidade, que são totalmente diferentes um do outro. Enquanto a singularidade é um conceito existencial, a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade em quadros de referência. “Identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (IDEM, p.68). Os processos de singularização correm o risco de serem capturados e circunscritos em noções de cultura e de identidade cultural – etnocentrismo.

Em outras palavras, para Guattari e Rolnik (1996), a micropolítica busca justamente agenciar as coisas para evitar que um processo de singularização seja capturado em um processo de reificação de um determinado devir. Ou seja, a micropolítica evita, assim, que um processo de sujeição capture a singularização, a produção de sentido e, por fim, a subjetividade.

Os autores questionam radicalmente a noção de indivíduo como responsável da determinação dos processos de subjetivação, uma vez que, a subjetividade não se situa no campo individual, mas seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O indivíduo, partindo deste questionamento, seria fruto de todos estes agenciamentos que se corporificariam nele, funcionando como o terminal de uma rede de transporte: o ponto em que várias linhas se cruzam, local apenas de passagem, em que nada se estagna e tudo está em constante movimento de agenciamentos sociais.

Quando esses fluxos das redes que se entrecruzam nos terminais/indivíduos param de fluir ocorreu uma captura. Nesse caso, as subjetividades não se expressam mais em uma produção dos agenciamentos dos desejos, mas são impostas por processos de sujeição social, no campo macropolítico dos significados, ou servidão maquínica, no campo micropolítico, quando a própria produção dos desejos é manipulada. Esses processos maquínicos sempre existiram através de máquinas sociais, mas as tecnologias digitais amplificaram seus efeitos. Nas redes sociais digitais, por exemplo, o número de interações em uma postagem, como curtir e compartilhar, geram efeitos que não estão no campo da significação verbal, mas produzem sentidos em um nível pré-verbal, como impulsos elétricos dos rizomas sociais. Quanto mais interações houver mais as subjetividades

serão produzidas e capturadas nessa orbita. Os fluxos das redes de transporte deixam de fluir entre lugares e passam a circular sobre o mesmo espaço.

Em um contexto altamente mediado pelas redes sociais digitais, como foram as Jornadas de Junho, será preciso ponderar nos próximos capítulos dessa pesquisa até que ponto essas redes permitiram a realização de uma democracia digital, em que os usuários podiam consumir e produzir informações horizontalmente, e até que ponto eram capturados por processos maquínicos apenas reproduzindo os conteúdos com altos índices de interações.

Tanto a sujeição social quanto a servidão maquínica coexistem simultaneamente no mundo atual, mas a produção das subjetividades capitalísticas tem como processo central de captura a servidão maquínica através de todo tipo de equipamentos que nos rodeiam, tornando suas operações de dominação mais difíceis de se perceber e de se encontrar linhas de fuga.

Os autores explicam que os equipamentos que produzem subjetividades são processos maquínicos de produção capitalística que não se limitam a instrumentos técnicos, mas também máquinas teóricas, máquinas de sensibilidade, máquinas literárias. Englobam a mídia, a família, a linguagem, a vida doméstica e os equipamentos coletivos que constituem o Estado (equipamentos sanitários e de higiene mental: ambulatórios, centros de saúde; equipamentos da vida cultural: escolas, universidades).

As produções maquínicas, de acordo com Guattari e Rolnik (1996), não são apenas ideias, transmissão de significados, nem modelos de identidade, são sistemas de conexão entre as grandes máquinas produtoras e de controle social e as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo. Se encarnam no corpo, nas imagens, nas relações sociais. São produções de agenciamentos de enunciação, de semiotização, de toda a produção de sentido. Essas produções maquínicas não são centradas nem nos agentes individuais, nem os grupais: coexistem tanto no campo extrapessoal (sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, etológicos, midiáticos), quanto no infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, de modos de memorização, de produção de ideias, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos).

Não existe neutralidade. Ou se reproduz os modelos capitalísticos que impedem a processualidade da singularidade – uma resposta normalizadora; ou se atua no sentido dos agenciamentos que permitam os processos de singularização e possibilitem a transformação da situação. “Os que se consideram simples depositários ou canais de transmissão, já fizeram uma opção reacionária, reforçando os sistemas de produção de subjetividade dominantes” (IDEM, p. 26).

Considerando formas ideais da subjetividade em dois extremos, é possível descrever a partir de Guattari e Rolnik (1996) que a vivência da subjetividade existe entre: (1) relação de alienação e opressão em que o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, e (2) uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização.

Ainda descrevem que as relações de alienação e opressão se dão por meio de duas formas de dominação vistas e destacadas por Guattari e Rolnik (1996) e Lazzarato (2014). Na primeira perspectiva, ocorre a sujeição social, por meio de semióticas significantes (a linguagem constitui uma armadilha semiótica da qual ninguém escapa), que dota os indivíduos de uma subjetividade, atribuí uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão e assim por diante. Em resposta às necessidades de divisão social do trabalho fabrica-se sujeitos individuados, sua consciência, suas representações e seu comportamento.

Lazzarato (2014), na segunda perspectiva, disserta sobre um processo de servidão maquínica (ou molecular), operada por meio de semióticas a-significantes (dimensão existencial, não representativa, não discursiva, dimensão dos desejos), que procede de maneira oposta a primeira forma de dominação. Opera pela dessubjetivação, desintegrando os sujeitos individuados, sua consciência e assim por diante, agindo sobre os níveis pré-individual e supra individual. É preciso considerar, portanto, a natureza maquínica do capitalismo. Máquinas técnicas e máquinas sociais em que humanos e não humanos funcionam juntos como componentes/engrenagens (dispositivo homem-máquina) de um agenciamento (agenciamento midiático, agenciamento empresa, agenciamento sistema econômico, agenciamento do Estado de Bem-estar Social e de seus equipamentos coletivos – escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, internet etc). Cada componente constitui entrada e saída, *inputs* e *output*, pontos de conjunção ou disjunção dos processos. Humanos e não-humanos (entidades híbridas fora da lógica sujeito/objeto) são pontos de conexão de fluxos.

Enquanto na sujeição social é invocada a consciência e a representação do sujeito, na servidão maquínica ativa-se muito mais e muito menos do que a consciência e a representação do indivíduo (a intersubjetividade). Ativa forças pré-pessoais, pré-cognitivas e pré-verbais (percepção, sentido, afetos, desejo) tanto quanto forças suprapessoais (maquínicas, linguísticas, sociais, midiáticas, sistemas econômicos etc.). Objetos, máquinas, protocolos, diagramas, gráficos e softwares perdem sua objetividade e se tornam capazes de constituir vetores de protosubjetivação ou focos de protoenunciação. “A propriedade não é apenas um dispositivo para a apropriação

econômica, mas também para a captura e exploração de subjetividades não humanas e de protosubjetividades maquínicas” (LAZZARATO, 2014, p. 36).

Em qualquer modo de subjetivação, Guattari e Rolnik (1996, p.30) propõem que a prática política que busca a subversão da produção de subjetividade capitalística, em sua dupla forma de dominação, a fim de permitir agenciamentos de singularidades desejantes, deve revelar “a subjetividade dominante, ao invés de denunciá-la”, criando subjetividades desviantes, dissidentes, que implodam ou desintegram a subjetividade capitalística. A concretização destes processos se baseia na criação de seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, na invenção de práxis que abram brechas no sistema de subjetividade dominante. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade.

Pontua-se que ao escrever este texto em 1996, Guattari e Rolnik, fizeram excursões pelo Brasil e viam um campo profícuo para a disseminação do que era chamado então de “comunicação alternativa”, ou seja, informações geradas por meio de rádios e jornais comunitários em que traziam notícias relevantes tanto para os movimentos sociais, minorias e comunidades. Nota-se que esta comunicação dependia ainda de certas tecnologias diferente do que as que estão vigentes atualmente, inclusive em seu uso e difusão. No entanto, os mecanismos e processos descritos pelos autores continuam no que tange a questão das produções das subjetividades, inclusive no ponto da abertura do sistema de subjetividade dominante para estes movimentos foi e é muito importante ter sua página própria de Facebook, seu blog ou outras mídias digitais para que se possa criar um novo circuito de informações e possibilidades de denunciar a própria subjetividade vigente, fazendo valer a evocação de uma consciência e representação diferenciada.

Guattari e Rolnik (1996) também explicitam que os movimentos de minorias sociais não são apenas os grupos organizados (que em um nível molar reivindicam direitos e se protegem de segregações por meio de um programa transitório, por exemplo), mas que também são, simultaneamente, processos de singularização que atravessam toda a sociedade e se articulam em diversas microrrevoluções do tecido social. Todos, por exemplo, têm um devir negro, devir mulher, devir homossexual.

Porém, a partir do momento que se reduzem às referências molares, perdem seu caráter processual e adquirem o que Guattari e Rolnik (1996) denominam de funcionamento de grupelho. Os processos de singularização sempre oscilam sobre certa fragilidade, permanecendo vulneráveis à captura/recuperação tanto por uma institucionalização, quanto por um devir grupelho.

Como forma de resistência, os autores propõem o que chamam de função de autonomia. Função esta que permite articular os desejos, não no sentido de convergir num ponto central que levaria à individuação, mas que permitirá a disposição desses desejos em um rizoma transversal às problemáticas sociais em níveis locais, regionais e globais, possibilitando subjetivações singulares.

O desejo tratado por Guattari e Rolnik (1996) não é sobre um conceito de energia indiferenciada, pulsões orgânicas, instintos, inconsciente psicanalítico, nem qualquer tipo de espontaneidades, mas ao contrário são produções altamente diferenciadas, heterogêneas, elaboradas. Conceito complementado por Rolnik (1996) ao afirmar que desejo é o processo de produção de realidade, simultaneamente em seu caráter material, semiótico (produção de sentido) e social.

Quando a singularização se torna um fim em si mesma, perde-se sua natureza de criação de novos agenciamentos sociais, correndo o risco de entrar em processos destrutivos em suas últimas consequências: microfascismos. “Se é para viver assim, tão precariamente, melhor sermos autores de nossa própria morte” (GUATTARI; ROLNIK, p.63). Para evitar esses modos de expressão mortíferos do desejo é preciso articular os modos de expressão dissidentes aos modos dominantes, proporcionar modos de conexão rizomáticos.

Apesar dos agenciamentos e dispositivos capitalístico de dominação das produções de subjetividade, Lazzarato (2014, p. 14) afirma que o neoliberalismo falhou em articular as economias política e da subjetividade. Há uma industrialização da produção de subjetividade como uma linha automotiva de carros, por exemplo, que busca tornar a economia subjetiva idêntica à economia política. No entanto, não houve a produção de nenhuma nova produção de subjetividade para lidar com a intensa desterritorialização neoliberal. Houve apenas a destruição das formas de subjetivação anteriores (“subjetivação operária, comunista, social-democrata ou subjetividade nacional, burguesa etc.”). Assim, ocorre um movimento conservador e reacionário na tentativa de reestabelecer os laços sociais que recorrem a territórios pré-capitalistas da religião e da moral ou subjetividades nacionalistas, racistas e fascistas. Rolnik (2006) também descreve processo semelhante que denomina de síndrome de carência e captura. Uma vez que a intensa desterritorialização capitalística não oferece tempo para elaboração de desejos, cria uma sensação de falta, de carência, que acaba sendo preenchida por antigos territórios estratificados e conservadores.

Ao mesmo tempo que o sistema capitalístico busca operar simultaneamente os níveis molar e molecular, a ação política revolucionária também deve se posicionar entre os dois níveis, convertendo a dimensão maquina em formas de subjetivação que critiquem e reconfigurem as polaridades molares. “A dessubjetivação de servidão é uma oportunidade para produzir algo

diferente do individualismo paranoico, produtivista e consumista” (LAZZARATO, 2014, p. 36). Uma linha de fuga da falsa escolha entre funcionar como engrenagem na maquinaria social ou estar condenado a ser um sujeito individual (trabalhador, consumidor, usuário, devedor), “homem”.

Guattari (1990) propõe a articulação de práticas micropolíticas e microssociais com o campo macropolítico através de novas solidariedades e novas práticas estéticas e analíticas de produção do inconsciente. Essa articulação se constitui a partir do paradigma ético-estético-político. Uma elaboração do fluxo de desejos – do campo do sensível e dos afetos, constituída dentro de uma ética de liberdade e em um jogo político de poder rizomático que regem um governo coletivo. É necessário para acessar territórios existenciais - existencializações – ou elaboração do fluxo de desejos em produções de subjetivação processuais uma postura de autoafetação e autoposicionamento, uma relação de si para si. Assim é preciso “tomar emprestado signos, mitos, narrativas, conceitualizações que funcionam não como uma tradução (impossível) do existencial no discursivo, mas como uma cartografia que servirá como referência” (LAZZARATO, 2014, p. 181).

Todo esse campo epistemológico aqui norteia a busca de um engajamento ativo de resistência à captura das subjetividades por meio de um paradigma ético-estético-político e um modo de pensar o desenvolvimento do ponto de vista da autonomia dos sujeitos enquanto coletividade que conduzem esse processo de forma singular. No próximo capítulo o texto aborda as articulações nas redes digitais e como elas estão conectadas à produção de subjetividades.

2 CIRCUITOS RIZOMÁTICOS DAS REDES DIGITAIS CONTEMPORÂNEAS

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu a intensificação das interações e das relações entre os sujeitos conectados no tecido social, trazendo consigo novas contradições na construção do tecido social em coexistência com os meios de comunicação de massa e as redes digitais.

Assim, é preciso compreender as mudanças ocorridas nas interações, ou seja, nas possibilidades em termos de produção de sentido como também em sua captura (subjativação). Para compreender esse percurso, será feita uma breve digressão a partir dos saltos tecnológicos que transformaram as formas de interação e de produção de subjetividades no século XX, assim como o surgimento dos conceitos de cibercultura e da Internet, e as principais rupturas nas produções de subjetividades atreladas a esses contextos.

A avanço da propaganda nos anos 1920, relacionado principalmente às mídias de massa, era processado por uma perspectiva sobre o determinismo dos meios e recebeu um olhar crítico sobre o domínio dessas mídias com as teorias da indústria cultural (MARTINO, 2009). Nesse momento, o cinema representava um dos principais meios, incorporando processos tecnológicos das mídias audiovisuais, ao lado das rádios. O cinema mantinha uma dimensão do público e coletivo, uma vez que não era consumido no âmbito privado das casas e famílias, enquanto o rádio já mantinha uma certa perspectiva nesse sentido. Mas o consumo das mídias de massa, enquanto objeto privado, se consolidou fortemente com o advento da televisão, na década de 1960. Essas rupturas estão diretamente ligadas a modos de produção de subjetividades, principalmente, no que tange às formas de produção e elaboração dos sentidos se darem no campo compartilhado ou individual, ainda que nenhum deles permitisse formas de interação, apenas relação unidirecionais de “um para todos”.

As produções de subjetividades foram marcadas pelo poder centralizador das mídias de massa até a criação e difusão das tecnologias digitais e de máquinas cada vez mais bem organizadas, na década de 1990, coroadas pelo *Google* e *Facebook*, na década de 2000. É exatamente nesse contexto que se torna possível todo tipo de manifestações em suas pluralidades de expressão e elaboração de subjetividades. Ao mesmo tempo, imensos bancos de dados funcionaram como dispositivos de *marketing* que permitiram reunir, selecionar e vender milhões de dados sobre o comportamento de seus usuários, em uma lógica capitalística de consumo. Assim, tanto as possibilidades de pluralidade quanto o retorno à centralização e controle de mídias de massa se condensaram e se mesclaram em complexos dispositivos que cada vez menos é possível delinear seus limites (LAZZARATO, 2014).

O surgimento da Internet no mundo remonta às disputas entre os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), durante a Guerra Fria. Na década de 1960, os EUA desenvolveram a rede ARPANET como resposta ao projeto Sputnik da URSS. Desde o início das pesquisas já se buscava uma arquitetura em rede descentralizada, que no contexto de militar evitaria a existência de um único centro que poderia ser alvo de ataques.

Já na década de 1970, a tecnologia da Internet passou a fazer parte da realidade das universidades dos EUA com a intenção de difusão e compartilhamento de informação (ABREU, 2009). Esse uso se dava, principalmente, por meio da troca de mensagens e arquivos em um sentido bidirecional, ou seja, ao contrário das mídias de massa foi possível enviar e receber informações e conteúdos de forma horizontal, voltado para uma dinâmica de um para um. No Brasil, os primeiros contatos com a internet aconteceram também no contexto universitário, por volta de 1987, data próxima ao surgimento da *World Wide Web* (WWW), em 1989, que de fato, foi uma rede global no formato como se conhece amplamente atualmente, onde se pode buscar os *sites* hospedados em provedores. O acesso restrito da internet por professores, estudantes e funcionários de universidades e instituições de pesquisa permaneceu por aproximadamente 8 anos, quando aconteceu a primeira grande ruptura do uso e das subjetividades que permearam essa tecnologia no Brasil².

Em 1990, surgiram os primeiros motores de busca de sites, informações e portais de serviços no mundo. Tal formato se consolidou em 1998 com o *Google* que também permitiu o monitoramento e uso desses espaços. A explosão informática ocorreu entre 1991 e 1995: a Internet passou de menos de 400 mil sites para um volume de quase 5 milhões e, em 2000, ultrapassou os 70 milhões (RÜDGER, 2011).

No Brasil, foi somente a partir de 1995 que a Internet passou a ser fornecida comercialmente pelo setor privado, possibilitando sua difusão e acesso a todas as pessoas. Nesse período, a tecnologia disponibilizada era a chamada internet discada, que ocupava a linha telefônica e tinha velocidades de navegação ainda bastante reduzidas em comparação com as atuais. O principal uso era para acessar informações encontradas nos diversos *sites*, que tiveram um imenso crescimento a partir de então, com objetivos que passavam pela informação e educação até o entretenimento. Essa fase do uso da Internet foi marcada pela possibilidade de buscar a informação que se quisesse garantindo autonomia ao usuário. Entende-se aqui que é uma transição de um papel passivo diante das mídias de massa, para um papel ativo na busca das informações e mídias que se desejava.

Nicolaci-da-Costa (1998) proporciona relatos das suas experiências navegando nessas redes digitais, que ainda eram encaradas com curiosidade pelos usuários brasileiros.

2 Acesso em 26/01/2019: <<https://homepages.dcc.ufmg.br/~mlbc/cursos/internet/historia/Brasil.html>>

Nessa primeira vez, que durou umas duas horas, fiz, guiada por minha instrutora, um pouco de tudo. Entrei em museus mundo afora, visitei livrarias em diferentes cantos do mundo, verifiquei com cuidado o que estava acontecendo na Broadway, joguei conversa fora com gente que nunca havia visto e que, provavelmente, nunca chegarei a ver, entrei em lojas de CDs, pedi informações sobre filmes antigos e sobre os que ainda não havia sido exibidos, entrei em discussões filosóficas sobre Habermas, que já estava rolando há algum tempo, li um artigo da *Time Magazine* e a primeira página do *New York Times*, e ainda me dei ao luxo de procurar os endereços eletrônicos de amigos que vivem em outros cantos do mundo[...] (NICOLACI-DA-COSTA, 1998, p. 3).

O relato da autora nos transporta para movimentos característicos das redes digitais, em que há uma ruptura com as limitações do espaço físico: é possível não apenas acessar partes remotas do globo, como também estar simultaneamente em lugares diversos. O corpo de um indivíduo incorpora extensões não imaginadas poucas décadas antes. Mas essas novas possibilidades de interação não dizem respeito apenas ao espaço e ao corpo, também é uma questão de velocidade. Ao passo que há uma ruptura com o espaço também se rompe com o tempo, vivenciar uma experiência no outro lado do mundo pode ser feita de forma instantânea. Por fim, no relato também se nota a efervescência de experiências, locais e informações que Nicola-da-Costa experimentou em sua jornada de aproximadamente duas horas. Essa infinitude de possibilidades e bombardeio de informações são características das produções de subjetividades neoliberais, que devido a intensidade e velocidade de estímulos não há tempo para que os indivíduos elaborem suas subjetividades a partir dos seus desejos. Ao invés de produzir novas elaborações, apenas introjetam subjetivações pré-moldadas e rápidas para suprir o seu próprio vácuo e incapacidade de elaboração nesse contexto (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006).

A autora, mais adiante no seu relato, ainda afirma: “Ao sair das telinhas, eu estava completamente tonta” (NICOLACI-DA-COSTA, 1998, p.3) e conclui que havia se deparado com o excesso de informações existentes nas redes digitais da Internet. Nesse momento percebe-se que um grande volume de informações e possibilidades são incorporados às redes digitais, mas de forma bastante dispersa e descentralizada permitindo uma navegação espontânea e um tanto quanto caótica. Essa configuração se altera, com o surgimento de buscadores mais elaborados e inteligentes, como o *Google*, que passaram a mediar a navegação a ponto de aglutinar produções de subjetividades e produzir sentidos a partir do retorno de resultados seguindo indexação e ranqueamento próprios. A estratégia de captura das subjetividades se baseia, então, em uma dinâmica de bombardeio, que deixa tonto, e conseqüente introjeção de subjetivações, que configuram a captura.

Ao mesmo tempo que as redes digitais romperam com uma noção de espaço definido a partir de uma contigüidade física, abriram possibilidade de vivenciar relações e interações de outras

maneiras que não passavam pela presença corporal dos indivíduos. Essa ruptura, enquanto movimento processual, mostra um território subjetivo, estabelecido sobre a necessidade da presença corporal para se relacionar efetivamente, se desfazendo e se configurando, ou seja, se reterritorializando em outro território subjetivo, território esse que por sua vez pode ser entendido como um quadro mais ou menos estável de percepção da realidade e existência no mundo que reordena as formas de interagir e se relacionar a distância e por outras tecnologias e semióticas. Essa nova territorialização passa de uma relação linear entre indivíduos para uma reorganização nas redes digitais, onde se interage em redes descentralizadas, ou seja, em uma configuração rizomática sem centro ou periferia. Ao lado do surgimento das tecnologias das redes digitais e da Internet, também se difundiram conceitos de ciberespaço e cibercultura. Mas enfim, quais conceitos essas palavras carregam consigo?

O termo cibercultura foi originalmente cunhado pela fundadora do Instituto de Pesquisas Ciber Culturais, Alice Hilton, em 1964, para descrever os novos cenários tecnológicos de automação e máquinas inteligentes. Apesar das pesquisas direcionadas ao desenvolvimento da Internet terem início também na década de 1960, foi somente na década 1990 que ela tomou o formato pelo qual é conhecida atualmente, com a criação de um navegador comercial pela empresa *Microsoft* e se popularizou como plataforma comunicacional no uso cotidiano (RÜDGER, 2011).

Desse momento em diante o avanço dessas tecnologias ocuparam cada vez mais espaço na coordenação, mediação e agenciamento das relações entre os sujeitos e o mundo social, principalmente com a popularização da Internet. Como apontado por Rolnik e Guattari (1996) a noção de indivíduo responsável pela determinação dos processos de subjetivação é colocado em cheque, por conta do campo em que acontece todos os processos de produção social e material, pois o sujeito seria fruto de várias linhas de passagem de produção de subjetivação, em que a comunicação de massa como uma das mais predominantes foi colocada em cheque com a chegada a Internet e seu acesso à informação. No entanto, averigua-se que neste processo de novas produções de informações e sentidos há, também, novas formas de agenciamentos e processos na produção das subjetividades mediados por esses dispositivos, vide o que foi descrito acerca da pluralidade de informações e a criação do *Google* para o agenciamento destas informações e auxílio (mediação para captura) na navegação do internauta. A informação que estava dispersa, começa a ser nucleada por meio de um agenciamento artificial, ou seja, uma palavra chave e a visibilidade desta informação. As primeiras posições começam a ser comercializadas, o que influencia diretamente o consumo de informação do internauta por meio da indexação e ranqueamento da informação.

Já o termo ciberespaço foi criado pelo escritor William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer*, de 1984. Na obra, a palavra faz referência ao universo das redes digitais – um campo de batalha entre multinacionais e conflitos globais (LÉVY, 1999).

Apesar do conceito de ciberespaço estar atrelado às novas tecnologias de comunicação em rede como os telefones, celulares, *smartphones*, computadores e, principalmente, à Internet, Rüdger (2011) considera que não se deve cair em um reducionismo tecnológico. Para o autor o ciberespaço não é resultado do desenvolvimento tecnológico, mas anteriormente se projeta da “crença metafísica de espaços mentais dentro dos indivíduos e das fantasias medievais de transcendência da existência puramente carnal” (RÜDGER, 2011, p.15).

O autor também afirma que o ciberespaço, em si, já é um efeito da cibercultura, que por sua vez é a formação histórica do mundo através da exploração do modo de pensar e do contexto da cibernética. O conceito de cibercultura emerge para conseguir explicar os novos fenômenos produzidos pela tecnociência moderna ao redor das novas tecnologias de comunicação, informática e das mídias digitais interativas.

Compreendendo o contexto e as possibilidades do que se entende por ciberespaço e cibercultura, será retomado a seguir o movimento e reconfigurações das tecnologias de comunicação, principalmente nas suas expressões digitais, e as consequentes rupturas nos modos de interação e de produzir subjetividades.

Foi no ano 2000 que uma nova tecnologia de Internet passa a ser difundida no mercado brasileiro: a Banda Larga³, representando nova ruptura. Essa tecnologia possibilitava acessar a Internet de forma ilimitada, sem as restrições de uso das redes analógicas de telefonia e ao custo de uma mensalidade fixa ao invés de pagar pelo tempo de uso como uma ligação, o que viabilizava economicamente a ampliação das formas e do tempo de uso. Outra mudança importante foi o aumento significativo da velocidade de navegação. Essas características contribuíram para moldar novas subjetividades no uso da Internet, relacionadas à tendência de aceleração da troca de informações, do tempo de imersão nas redes digitais, das trocas de conteúdos que poderiam ser maiores/mais “pesados”, como vídeos, e também levaram ao surgimento das redes sociais digitais nos formatos que se popularizaram até os dias atuais.

Em 2004, foi lançada a primeira grande rede social digital que se disseminou por todo o globo e teve grande adesão e popularidade, principalmente entre os usuários brasileiros: o *Orkut*, sendo apenas ultrapassado pelo Facebook em 2011. “Foi entre 2005 e 2008 que o site de relacionamentos viveu seu auge. ‘Se você não tem perfil no Orkut, você não existe’ era uma frase

³ Acesso em 26/01/2019: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/129792-tudo-comecou-historia-internet-brasil-video.htm>>

comum nas conversas de adolescentes da época”. Em seu auge o Orkut chegou a mais de 30 milhões de perfis brasileiros. Conforme a pesquisa IBOPE de 2011, quando tal plataforma estava em declínio, havia 41% dos usuários da rede Orkut eram brasileiros, o que equivale a 6 milhões de usuários, sendo que 94,2 milhões de brasileiros acima de 16 anos tinham acesso à internet em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, escolas, *lan houses* e outros locais).

Essa rede permitia, a princípio, a entrada apenas de pessoas convidadas por outras pré-cadastradas, buscando reproduzir os laços presenciais entre as pessoas nos espaços digitais. Para compreender como se davam as interações e as produções de subjetividades nessa rede, assim como as configurações territoriais desta em relação as reterritorializações das redes que surgirão posteriormente (*Facebook* e *Twitter*) será apresentada na Figura 1 o *layout* da interface do *Orkut* (RECUERO, 2006). O *Orkut* foi desativado em setembro de 2014, após perder espaço para outras redes sociais digitais como o *Facebook*⁴.

Figura 1: *Layout Orkut*



Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/historia-do-orkut.html>

Na Figura 1 está representada a página inicial do perfil de um usuário. Os usuários podiam adicionar amigos, como visto no canto superior direito, ou participar de comunidades, como visto

4 Acesso em 29/01/2019: <https://extra.globo.com/noticias/celular-e-tecnologia/confira-20-comunidades-populares-no-orkut-que-se-despede-da-web-nesta-semana-14045293.html>

no canto inferior direito. A ideia de interagir em comunidades digitais se difundiu amplamente por meio do *Orkut*, possibilidade de interação esta que foi herdada por outras redes posteriores como o *Facebook*.

Os usuários podiam criar comunidade para agregar outros usuários que compartilhassem o mesmo interesse ou gosto que a comunidade se propunha. Os integrantes da comunidade poderiam interagir entre si como em um fórum de discussão, colocando novos tópicos ou mensagens (RECUERO, 2006). A comunidade, enquanto conceito, apresenta uma dupla manifestação quando se olha na dinâmica do *Orkut*. A primeira, e mais intuitiva, são as autointituladas comunidades, descritas nesse parágrafo, em que os usuários fazem parte de acordo com seus interesses. Uma segunda manifestação diz respeito à reprodução das relações corporificadas nas redes. No *Orkut*, essa forma se dá principalmente pelo fato de ser necessário receber um convite de alguém conhecido para poder fazer parte da rede, estabelecendo interações, pelo menos a princípio, apenas entre aquelas pessoas já conhecidas. Posteriormente a tendência seria expandir esse círculo adicionando na sua rede outros usuários também.

O termo comunidade será retomado mais adiante nesse capítulo para gerar uma reflexão mais aprofundada acerca das possibilidades de diferentes conceitos e concepções, no entanto, por ora, entende-se que as comunidades no *Orkut* tinham uma função de expressar identidade, ou seja, em vez de uma função primária de interação, que também ocorria, mas de forma secundária, as comunidades eram marcações da maneira que ele gostaria de ser visto.

O *Orkut*, assim como as outras redes sociais digitais que serão abordadas adiante (*Facebook* e *Twitter*), de acordo com Recuero (2006) permitem duas formas de interação mediadas pelo computador. As categorizações de interação usada por Recuero (2006) foram elaboradas por Primo (1998): interação mútua e interação reativa, que se dedicou a “uma abordagem sistêmico-relacional para o estudo da interação mediada por computador”. Ou seja, compreender como operava a mediação tecnológica em relação ao usuário.

A interação mútua, em que cada usuário pode escrever o que desejar, nos chamados *posts*, e se expressar dessa maneira tanto no seu próprio perfil e no de seus amigos quanto nas comunidades que faz parte. O que torna essa interação mútua (RECUERO, 2006; PRIMO, 1998) é que qualquer outro usuário pode ler, produzir sentido e a partir disso responder e se manifestar em retorno como desejar. Nessa há negociação, troca e transformação dos indivíduos envolvidos.

Uma segunda interação é a reativa (RECUERO, 2006; PRIMO, 1998), em que a resposta ou reação em relação a outra ação é limitada e pré-determinada, impedindo uma livre elaboração subjetiva. Como exemplo desse tipo de interação no *Orkut* é possível citar o próprio ato de solicitar que outro usuário seja seu amigo na rede. O usuário que recebe a solicitação pode aceitar ou negar.

O *Orkut* também permitia se tornar fã de outro usuário, como pode ser visto na Figura 1 no menu superior abaixo do nome do usuário, onde há uma estrela. Logo abaixo existem sequência com três ícones que representavam avaliações que os usuários podiam dar uns aos outros: um rosto estilo *smile* (sorriso) que representava o quão confiável o indivíduo era na perspectiva dos seus avaliadores, um cubo de gelo que avaliava o quão legal era a pessoa, e, por fim, um coração que representava o quão *sexy* esse indivíduo era considerado. Também era possível classificar um perfil conectado ao seu como “amigo”, “conhecido”, “não conhecido ainda” ou “melhor amigo”. Todas essas eram interações reativas pois não permitem respostas ou elaborações subjetivas, se inserindo dentro de um campo limitado e pré-definido.

É possível ainda ponderar sobre as dimensões possíveis das tecnologias de comunicação em rede a partir das discussões sobre a relação entre comunicação e comunidade tendo em vista que o termo comunidade foi amplamente utilizado e difundido pelo *Orkut* como uma forma de marcação de identidade.

Pode-se entender a comunidade como um significado e uma possibilidade de reflexão sobre as formas de produção de sentido que esta plataforma proporcionou. A relação entre comunidade e comunicação é desenvolvida por Yamamoto (2014a) atravessando um percurso de diversas perspectivas de diferentes matrizes teóricas e metodológicas que traduziram comunidade. A importação do conceito de comunidade para a área da comunicação produziu, inicialmente, abordagens dicotômicas (comunicação de massa e comunicação alternativa; cultura de massa e cultura popular; direita e esquerda), assim como modelos unidirecionais (emissor → receptor; dominador → dominado), matrizes que se aproximam das teorias da comunicação de base marxista. A partir dessa perspectiva se desenvolveu uma visão romântica e salvacionista da comunidade, que engloba desde os estudos sobre comunicação alternativa, tratando, por exemplo, de comunidades enquanto favelas e grupos marginalizados ou dominados. Essa primeira perspectiva compreende comunidade como um aglomerado de pessoas com identificações tradicionalistas e subdesenvolvidas ou mesmo de classe social.

Conforme Yamamoto (2014a), os espaços físicos, até os anos 1990, uma era pré-Internet, eram o palco onde aconteciam as interações entre a maior parte das pessoas e onde se formavam laços, principalmente, envolvendo comunidades pessoais de parentes, colegas ou amigos. Os espaços físicos referidos são em relação a interação presencial dos corpos, demandando a contiguidade corporal. No entanto, esse padrão se modificou com a revolução tecnológica das comunicações: as interações ocorrem em saltos que não se submetem às distâncias físicas para acessar suas redes. Primo (1998) ao abordar as tecnologias, parte de um ponto de vista que não considera os vínculos, mas considera apenas as interações nas redes, sem analisar essas interações

ou conexões enquanto vínculos ou não. Essa é um contraponto para se entender que as redes digitais não costumam ser abordadas enquanto potencialidade de uma comunidade pautada pelo vínculo.

Há uma reconfiguração da compreensão de espaço e distância, uma vez que nas redes digitais a noção espacial rígida é ressignificada diante da possibilidade de acessar informações e pessoas em partes diversas do mundo, sem locomover seu corpo. Nos espaços digitais ocorre interações e conexões em outras lógicas: não é mais a presença física que permite a formação de uma comunidade, por exemplo, mas outros requisitos como interesses ou objetivos em comum, características compartilhadas e assim por diante. A questão espacial abordada aqui e explorada por Yamamoto (2014^a), redefinindo as noções e usos do por meio das redes digitais, não está em analogia ao termo desterritorialização. Este último diz respeito às rupturas das subjetividades, ou dos territórios subjetivos, é o momento dentro de um processo em que um modo de perceber e existir no mundo se desfaz para se configurar em um outro modo, uma outra subjetividade.

Ao mesmo tempo, essas novas possibilidades de interação e formação de comunidade podem sugerir maior transitoriedade já que é possível anular a interação com um simples clique do *mouse*.

A concordância com o Yamamoto (2014a) está na forma com que as comunidades são conceituadas: são agregações sociais que reúnem indivíduos que podem elaborar discussões públicas e constituir redes de relações nos espaços cibernéticos. Ao encarar estas aglutinações, principalmente, após a retomada desta primeira digressão sobre o início da internet e das redes sociais digitais, é possível perceber que essa ampliação produz sentidos e possibilidades de produção de subjetividade que não se restringem às dicotomias e polarizações clássicas e permite o surgimento de grupos sociais fragmentários (YAMAMOTO, 2014a).

Yamamoto (2014a) ao descrever o processo de desvincular o conceito de comunicação como simples reproduzidor cultural e ideológico, se depara com uma dupla perspectiva, ainda dicotômica e linear: de um lado a luta de classes de base marxista e, por outro lado, uma integração ao sistema capitalista sob uma visão de progresso.

Nessa mesma perspectiva de comunidade, tradicional e dicotômica, Nascimento (2014) descreve, entre os diversos sentidos semânticos que aborda, a comunidade entendida a partir do comunismo marxista, ou seja, uma comunidade formada por sujeitos produtores e uma coletividade constituída através do trabalho. Essa visão, através das suas dicotomias, por outro lado, se encaminha, também, para uma ideia romântica de comunidade ligada ao sangue ou à terra, nostalgia esta presente inclusive em modos de pensar fascistas.

Nesses paradigmas dicotômicos e lineares, as subjetividades seriam produzidas de forma centralizada. Por um lado, as grandes mídias seriam dispositivos e instrumentos dos detentores do

capital para aglutinar as subjetividades que servissem aos seus interesses, de outro lado, haveria dispositivos estruturados no aparelhamento do chamado proletariado, como, por exemplo, podemos supor as centrais sindicais em determinados momentos da história. As comunidades se agregariam em disposições bastante sobrepostas às classes sociais.

Yamamoto (2014a) ao criticar o reducionismo da comunidade também questiona o laço fraternal (da visão tradicionalista) e abre espaço para uma outra comunidade, na qual o vínculo se torna problemática central do campo comunicacional e da discussão sobre comunidades. As visões clássicas são, então, superadas por perspectivas pautadas na diversidade e alteridade. A descentralização da comunicação nas redes digitais substituiu a predominância da comunicação de massa e de suas características de unificação e homogeneidade.

Yamamoto (2014b) traz ao debate o potencial em promover o senso de comunidade e, para tanto, propõe a reconfiguração do próprio conceito de comunidade dentro do atual contexto midiático. A proposição de um outro conceito de comunidade na comunicação que considerasse seu potencial aglutinador, mobilizador e transformador percebe os meios de comunicação como instrumentos na criação de “condições – técnicas – de mudança de si e do mundo” (YAMAMOTO, 2014b, p. 14). Ao mesmo tempo, Yamamoto (2015) também considera algumas contradições a respeito das tecnologias de comunicação no ciberespaço.

Essa reconfiguração do entendimento sobre comunidade contrasta, principalmente, com a perspectiva já abordada das comunidades no *Orkut*, em que se baseiam predominantemente na constituição de identidades e não da transformação de si. Para dar substância a essa comparação serão revisitadas algumas das comunidades mais populares do *Orkut*, que agregavam uma grande quantidade de usuários: “Eu odeio acordar cedo” (6.100.500 membros); “Mulher não se pega, conquista!” (2.9500.00 membros); “Sou legal, ñ tô te dando mole” (número de membros não informado); “Eu amo a minha MÃE!” (4.500.000 membros); “Eu AMO o meu PAI!” (2.400.000 membros)⁵. Assim, essas comunidades por meio de referências aos hábitos cotidianos definiam e delimitavam os usuários nas identidades que estes gostariam de expressar publicamente.

Se essas redes prometem uma revolução comunicacional, também, desencadeiam fenômenos de expressão e interação desagregadores, como exemplificado através de determinados fenômenos observados no Brasil a partir de 2014.

[...] uma onda de preconceito e ódio contra pobres, nordestinos, gays e demais grupos vulneráveis no atual sistema capitalista, inundou as redes sociais. Foram posts e comentários de brasileiros comuns, de diferentes idades, etnias e ocupações, reivindicando

5 Acesso em 29/01/2019: <<https://extra.globo.com/noticias/celular-e-tecnologia/confira-20-comunidades-populares-no-orkut-que-se-despede-da-web-nesta-semana-14045293.html>>

uma clara política separatista (a divisão do país em norte e sul) e discriminatória (no limite, o extermínio de alguns desses grupos) (YAMAMOTO, 2015, p.1).

Portanto compreende-se que essas utopias cibernéticas se deparam com a responsabilidade de pressupostos democráticos da informação, como acesso público e ilimitado, baseadas em uma ideia moral de boa consciência tecnológica, onde comunidade e ética supostamente emergem juntas como simples efeito da interatividade nesses meios. No entanto, ao contrário dessas expectativas, as redes de relações nos espaços digitais aniquilam a simbolização, pois se constroem sobre relações imaginárias que na tentativa de neutralizar tensões, impedem a elaboração de desejos; matam a ambivalência ou conflito diante do outro – da diferença.

Eis a importância do tensionamento das perspectivas relacionadas a interação do ponto de vista tecnológico (PRIMO, 1998; RECUERO, 2006) e o entendimento da formação da comunidade (YAMAMOTO, 2014a) com uma melhor compreensão do movimento de territorialização e desterritorialização das redes digitais sociais, que se colocam com o potencial descentralizador e democrático das redes como lugar de aniquilação das dicotomias, em si, mostrando uma dinâmica de tensionamentos que não se excluem mutuamente, mas coexistem.

Retomando Deleuze e Guattari (1999), que entendem uma dinâmica envolvendo duas perspectivas abordadas anteriormente: uma de simplificação dicotômica em suas bases marxistas; e outra que descentra o poder transformador das redes, permitindo a mudança de si. Esses dois modos de processo não são excludentes entre si, mas coexistentes, não de forma linear, mas rizomática, de maneira que se sucedem em movimentos não previsíveis nem padronizados. Isso quer dizer que os movimentos de transformação da realidade e das subjetividades se dão como fluxos dos diferentes processos em conflito que variam em movimentos de territorialização (onde as subjetividades tendem a se instaurar de forma rígida e simplificada) e desterritorialização (onde o território se desfaz e permite novas elaboração de sentidos a partir de uma pluralidade de possibilidades). Da mesma forma a própria comunidade assume um duplo papel, com aspectos molares e moleculares. A coexistência de uma comunidade como massa, territorializada de forma homogênea, culturalista, linguageira, e uma outra formação comunitária, marcada pela heterogeneidade, dispersão e microrevoluções que minam as estruturas de poder (YAMAMOTO, 2014a). Essa concepção última de comunidade se entrelaça com a transformação das dinâmicas tecnológicas: de uma constituição de “um para todos”, referente às mídias de massa, para outra constituição marcada pelo formado de “muitos para muitos”, característico das redes digitais descentralizados rizomaticamente.

Assim, a compreensão de comunidade em Yamamoto (2014a) se alicerça na restituição dos sentidos, que só podem se elaborar na presença do vínculo – com o outro. Nesse sentido, é possível refletir sobre as contradições existentes entre esse conceito e a prática efetivada nas comunidades

das redes digitais, questionando a existência de vínculos como abordados por Yamamoto (2014a) nas redes. Nas redes as relações estão sujeitas a serem desfeitas, não por um processo de rompimento, mas pelo simples apertar de um botão, enquanto o vínculo não seria uma produção de sentido simples de ser anulada ou extinta com um simples clique. Assim, apesar das promessas das redes sociais digitais conectarem e aumentarem as interações entre os indivíduos, talvez essas interações estejam se tornando mais superficiais e ausente de vínculos reais.

Por sua vez, Nascimento (2014) explora o conceito de comunidade pela sua negatividade, não como algo supostamente ruim, mas no sentido daquilo que ela nega. Em termos literais a comunidade se define a partir do que é comum, da comunhão. No entanto, para o autor, comunidade se constitui em outro campo, seria o que se chama de “ex-posição”, exposição ao outro, à alteridade, abertura à coexistência e ao sentido. Com a Internet teve-se o sentimento da horizontalidade, todos estavam conectados de alguma forma, todos tinham acesso e possibilidades iguais em uma “sociedade horizontal”, ou seja, tudo é colocado de forma comum. Portanto, nas redes digitais as relações se dão no sentido do que é comum, principalmente quando se olha as comunidades do *Orkut*, por exemplo, em que se faz parte aqueles que tem os mesmos interesses ou gostos. Desse modo, se questiona aqui se há comunidade nas redes digitais na perspectiva de Nascimento (2014), uma vez que nas redes as relações são constituídas de tal maneira que facilmente se anula ou agride tudo o que é diferente de si, ou seja, não se expõe realmente à alteridade. A alteridade é eliminada na busca da reafirmação de si mesmo nas redes digitais.

Nascimento (2014) também especifica que as compreensões mais corriqueiras, diferentes das suas proposições, encaram a relação em comunidade em uma perspectiva especular, ou seja, uma relação com seu alter ego e não com a alteridade, de fato. Só se conecta quando vê no outro a si mesmo.

Contrariando a ideia corriqueira de que comunidade se forja nas propriedades ou atributos se possui em comum com o outro, Nascimento (2014) alicerça a ideia de comunidade na relação de tensão com o outro, de medo do outro, de medo da morte do outro. Coexistir em comunidade não é uma visão romântica e asséptica, mas é justamente essa a tensão e ambivalência de coexistir com a alteridade. A inibição desse medo só se dá na garantia de isolamento do indivíduo, o que seria providenciado pela Estado na sociedade, jamais na comunidade. Nesse sentido é possível entender que as relações e interações nas redes digitais em grande parte das vezes, inclusive nas chamadas comunidades das redes sociais digitais como o *Orkut*, e mais atualmente *Facebook* e *Twitter*, não se comportam como comunidades. Diante de tensionamentos é mais simples anular o outro e a relação com o outro do que lidar com essa alteridade. É dessa forma que as opções de excluir outro

indivíduo da sua rede, bloqueá-lo ou desativar qualquer notificação sobre essa pessoa pode ser utilizado.

De maneira semelhante a mediação do Estado sobre a sociedade abre espaço para uma mediação própria, autocentrada, em que se evita conflitos e não se efetiva troca com o outro. As relações nesse contexto podem se tornar instrumentais, se conecta com o outro por um interesse e assim que se atinge o objetivo o vínculo é desfeito. Uma outra forma de expressar a impossibilidade de lidar com a alteridade são expressões de violência nas redes que não são comuns nas relações comunitárias presenciais. Não existe abertura para uma relação intersubjetiva, mas apenas se busca na rede a si mesmo, tudo que destoa de si é anulado pelo bloqueio ou pelo ataque.

Para Nascimento (2014) o que une na comunidade não é o que se tem em comum, mas a coexistência no que se tem em negativo, em dívida com outro. O autor define essa dívida originada da exposição ao nada, à morte, à finitude da existência. De forma que a comunidade se realiza justamente no que a limita, na exposição da morte do outro e, assim, na exposição da própria finitude que impossibilita a comunhão.

Retomando Deleuze e Guattari, pode-se tentar supor que esta dívida se está relacionada à ética e estética de liberdade e multiplicidade, ou seja, nada exige que se possua nada de igual com o outro porque a existência é forjada pela liberdade de produção dos desejos. Assim, o si mesmo, que se relaciona com o outro, é finito como a morte, por ser múltiplo e processual: um porvir ou devir que morre e renasce a cada instante. Tal ética não se estabelece institucionalmente, mas é algo que simplesmente se “deve” - e aqui se encontra a dívida, apenas para poder existir e deixar que o outro exista, em comunidade.

Após as reflexões sobre comunidades desenvolvidas aqui pela sua importância não apenas no contexto do *Orkut*, mas também de outras redes sociais digitais como o *Facebook*, que passou a ter seu acesso para o público de usuários em 2006, e o *Twitter*, lançado no mesmo ano, vamos explorar mais como se dão as interações entre os usuários também dessas redes.

O *Facebook*⁶ foi lançado em 2004, mas nesse momento somente para universitários da universidade de Harvard, com o objetivo de amigos conversarem e compartilharem fotos e vídeos. O sucesso no contexto universitário se dava, principalmente, pela possibilidade de se saber se os outros usuários/alunos eram comprometidos ou solteiros. Assim, a rede era baseada na visibilidade oferecida aos usuários. Nesse sentido, é possível pensar se as redes sociais digitais não assumiram a visibilidade como uma das suas principais características desde suas respectivas criações, uma vez que se constatou que o *Orkut* se baseava na construção de identidades construídas por meio das

6 Acesso em 29/01/2019: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-completa-10-anos-veja-evolucao-da-rede-social.html>

comunidades que se escolhia participar, identidades essas expostas estrategicamente para os outros usuários da rede.

Em 2005 se expandiu para outras universidades, mas foi apenas em 2006 que o *Facebook* foi aberto para uso do público em geral. Foi nesse ano também que assumiu um *layout* semelhante ao que é utilizado até os dias de hoje, com um “*feed*” pessoal onde aparece tudo que está sendo publicado. O *layout* do *Facebook*, especificadas as principais alterações, pode ser visualizado na Figura 2, retirada no site *sobuzzy.be*.

Figura 2: *Layout Facebook*



Fonte: acessado em 29/01/2019 <<https://sobuzzy.be/en/2016/07/26/new-facebook-page-design/>>

Assim como o *Orkut*, o *Facebook* também tem uma dinâmica de interação em que os usuários adicionam outros usuários como amigos e participam de comunidades que agora são denominados de grupos. No *Facebook* ainda existem as páginas que são perfis “institucionais” que interagem por meio de publicações, mas não adicionam amigos, apenas ganham seguidores, que são os usuários que realizam uma assinatura daquela página para receber seus conteúdos diretamente no *feed* pessoal. Outras formas de interação que são novidade no *Facebook* são as opções de Curtir (*Like*) uma postagem ou uma foto de outro usuário. Há também as possibilidades de Comentar e Compartilhar conteúdos de outros usuários. Enquanto a maioria das interações são reativas como o Curtir ou Compartilhar, os comentários permitem interações mútuas (RECUERO, 2006). Diferente do seu antecessor *Orkut*, o *Facebook* possui um *chat*, que consiste na possibilidade de iniciar conversas privadas com seus amigos. O chat foi rebatizado de *Messenger* em 2011 e possibilitou a

convergência dos dois tipos de interação numa única plataforma. A comunicação que antes se dava de forma pública, pelo menos para os amigos que tinha adicionado, através das postagens no próprio perfil ou no perfil de algum amigo, agora também oferecia uma opção privada, em que poderia conversar com uma pessoa em particular através de uma janela específica. Em 2008 foi criada a versão em português da *Facebook*.

Um novo layout introduzido em 2011, ordenava suas postagens, inserção de fotos, e diversas ações públicas do usuário no que se chamou de “*timeline*”, que em tradução livre seria uma linha do tempo. Essa linha contava toda a história da vida do usuário na rede, ordenada cronologicamente a partir da criação da conta no *Facebook*. Mais que criar e expor uma identidade, como era característica do *Orkut*, o *Facebook* propõe que se crie uma vida inteira para ser exposta e ganhar visibilidade. No mesmo ano o *Facebook* ultrapassa sua concorrente, o *Orkut*, em número de usuários no país e se torna a rede social digital mais utilizada.⁷

Em 2016, a opção "curtir" descrita anteriormente é ampliada. Agora é possível expressar diversos sentimentos em relação ao *post* ou foto. As reações disponibilizadas são o já conhecido "curtir", junto das novidades: “amei”, “haha”, “uau”, “triste” e “bravo”. As representações das reações podem ser visualizadas na Figura 3. Apesar de já ampliar as possibilidades de ação em comparação com "curtir" ou simplesmente não interagir, esse tipo de interação não permite reciprocidade no ato, configurando ainda uma interação reativa.

Figura 3: Reações para interação no *Facebook*



Fonte: Acesso em 29/01/2019 <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/132485-historia-facebook-maior-rede-social-do-mundo-video.htm>>

Em 2018, foram detectados 127 milhões de contas ativas no *Facebook*, sendo que 95% acessaram a rede via celular, o que equivale a cerca de 61% da população brasileira de 208,5 milhões (IBGE 2018)⁸. Ao longo de sua história foram adicionadas inúmeras outras funcionalidades

7 Acesso em 29/01/2019: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/132485-historia-facebook-maior-rede-social-do-mundo-video.htm>>

8 <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>

que influenciam no modo como os usuários interagem na rede, no entanto como o objetivo aqui não é dissecar todos os detalhes da rede, mas apenas analisar as principais características e alguns dos processos de reterritorialização nos modos de interação que promove, essa descrição e reflexão acerca do *Facebook* se limitará aos pontos ressaltados até agora.

Na sequência será abordada outra rede criada, no mesmo ano em que o *Facebook* se abria para o grande público, em 2006, sem a restrição de ser para universitários: o *Twitter*. A palavra que dá nome à essa rede social significa gorjeio dos pássaros, o que remete diretamente à sua logomarca: a silhueta de um pássaro na cor azul. Um outro significado ainda é “espalhar informações inconsequentes”, que pode ser entendido como uma excelente descrição das formas de interagir nas redes, onde não há responsabilizações sobre o que se diz e não se tem mais compromisso com verificação e compartilhamento de informações verdadeiras⁹.

Seu criador tinha a proposta do *Twitter* minimizar e sintetizar pensamentos, o que se expressa na sua limitação de qualquer postagem ter no máximo 140 caracteres. Apesar de ser criado em 2006, a rede social se difundiu intensamente pelo mundo promovendo um grande crescimento no número de usuários apenas em 2009. Foi nesse ano que o *Twitter* foi identificado como um serviço jornalístico, com a intenção de transmitir fatos em tempo real. Essa é característica que vai ao encontro do uso estratégico das redes sociais digitais durante as Jornadas de Junho, em que manifestantes registravam os atos e publicavam instantaneamente os acontecimentos, produzindo narrativas paralelas às das grandes mídias de massa¹⁰.

Assim como o *Facebook*, o *Twitter* também instigava o usuário a interagir na rede fazendo postagens com uma pergunta na caixa de texto de postagem. Inicialmente a pergunta era “*What are you doing*” (O que você está fazendo), traduzindo o desejo do seu criador das pessoas falarem sobre os seu dia a dia. No entanto, em 2010 a pergunta foi mudada para “*What’s happening*” (O que está acontecendo), o que pode ser entendido como uma mudança de foco do usuário para o que está a seu redor. Nesse sentido, inclusive, se torna mais compatível com a proposta de ser uma plataforma com intenções jornalísticas, assim como com a maneira com que foi utilizado nas Jornadas de Junho, em que surgiam relatos em tempo real da ação nos protestos. Em comparação com a pergunta do *Facebook*: “*What are you wondering*” (No que você está pensando), pode-se entender que o *Twitter* convida pra compartilhar a ação, o que se reconfigura no espaço físico ao redor, o relato, enquanto o *Facebook* convida à compartilhar seus espaços mentais, o que se deseja mas não

9 Acesso em 29/01/2019: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/evolucao-da-plataforma-do-twitter-em-imagens-e-videos.html>

10 Acesso em 29/01/2019: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/evolucao-da-plataforma-do-twitter-em-imagens-e-videos.html>

necessariamente se territorializa, ou tudo àquilo que se cria exatamente dentro dessa rede, ou seja, uma vida que se materializa na forma como os outros percebem esse usuário, é uma vida que se instaura na rede, mas não fora dela¹¹.

O layout do *Twitter* com suas principais funcionalidades pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4: *Layout Twitter*



Fonte: Acesso em 29/01/2019 <<https://marketing.wtwhmedia.com/twitters-new-layout/>>

Em 2011, o *Twitter* foi traduzido do inglês para diversos outros idiomas, inclusive o português, facilitando o acesso e o uso de brasileiros. No ano seguinte (2012), o Brasil se tornou o segundo país mais ativo no *Twitter*, somando um total de 33 milhões de usuários entre os 465 milhões que estavam registrados em todo o mundo¹².

Com essas redes, o processo de ocupação do ciberespaço, que era feito principalmente por empresas e instituições, passou a ser realizado por pessoas comuns. Essas redes sociais, ou plataformas de comunicação que não exigem conhecimentos especializados, permitiram os indivíduos utilizarem essas tecnologias de forma mais ativa e autônoma, além de possibilitar interações individuais e coletivas (RÜDGER, 2011). É nesse contexto que a produção das subjetividades encontra a máxima expressão da lógica descentralizada e rizomática de “todos para todos”, a qual rompe a estrutura de domínio centralizado das grandes mídias na perspectiva

11 Acesso em 29/01/2019: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/evolucao-da-plataforma-do-twitter-em-imagens-e-videos.html>

12 Acesso em 29/01/2019: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/evolucao-da-plataforma-do-twitter-em-imagens-e-videos.html>

marxista, para outras concepções em que o poder passa a ser circulante e transitório como a perspectiva de poder de Foucault (2009).

Mesmo em um contexto social e econômico marcado pela centralização, as redes sociais digitais promoveram relações e interações mais horizontais. Em um contexto em que a tendência vista no campo econômico é uma concentração cada vez maior das riquezas e o aumento das desigualdades por todo o mundo e que no campo da comunicação era possível observar a centralização das produções de subjetividade nas grandes mídias de massa, as quais apenas tiveram esse espaço questionado a partir da difusão das redes de comunicação digitais. Assim, é possível entender que essas redes sociais digitais permitiram reconfigurações e reterritorializações no tecido social dominante anteriormente, transformando relações verticalizadas em horizontais, ou seja, sem hierarquias. Essa foi a grande ruptura com o surgimento e difusão das redes digitais: pensar a ação dos coletivos - ou nos termos já utilizados anteriormente nessa pesquisa, as multidões - não a partir do pressuposto da existência de uma organização centralizada, mas sim de agenciamento descentralizados e múltiplos, sem relações de poder fixas e engessadas. Esse uso das redes digitais que marcou o início da Web 2.0 também vai ao encontro das reflexões desenvolvidas por Castells (2003) acerca dessa ruptura.

A elasticidade da Internet a torna particularmente suscetível a intensificar tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia nem distopia, a Internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade. [...] [A invenção da Internet] reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade. (IDEM, p. 75).

Diante desse contexto tecnológico e social, o uso de redes sociais digitais, como *Twitter* e *Facebook*, tiveram forte expansão, mediando novas formas de sociabilidade assim como novas formas de expressão e manifestação. No entanto, não é possível encarar como dois campos distintos e separáveis. As tecnologias e as sociabilidades se fundem em processos coproduzidos. Isso quer dizer que as redes sociais digitais são agenciadas por aparelhos, conexões e pessoas. Para melhor compreender essa perspectiva é necessário retomar o que são as redes sociais.

O conceito de redes sociais não se limita ao seu tradicional uso contemporâneo, relacionado às redes sociais digitais, mas vai além, ao dizer respeito a qualquer rede de interações e trocas sociais. Qualquer grupo que compartilhe interesses, afinidades, ideias, preferências podem constituir uma rede social. Clubes, igrejas, salas de aula e empresas, por exemplo, são redes sociais. São rizomas simultaneamente offline e online/digitais que compõem todo o tecido social atual.

As redes sociais que constituem o tecido social apresentam a predominância de arquiteturas rizomáticas principalmente diante das tecnologias a partir da segunda metade do século XX. Isso se deve a um deslocamento não apenas dos tipos de tecnologias que permeavam e mediam a interações

sociais, mas a própria expressão das existências. Esse deslocamento consiste na mudança da lógica de “um para todos”, representada pelas teorias de comunicação de base marxista que visavam a existência e domínio das grandes mídias de massa, para outra lógica de “todos para todos”, representada pela descentralização das redes digitais, em que todos são produtores e receptores.

Os estudos sobre redes sociais não são um tema particularmente novo. Pensar as sociedades humanas a partir do conceito de rede e os fenômenos constituídos a partir de interações entre partes é algo realizado desde o início do século XX. Esse modo de olhar para o mundo se constituiu em diferença, por exemplo, ao paradigma analítico-cartesiano que dissecava os fenômenos a partir da análise detalhada de cada uma das suas partes, separadamente. O percurso das ciências na busca por compreender os fenômenos em sua totalidade passa pela Teoria Geral dos Sistemas, pela matemática não-linear e pela Teoria do Caos. É justamente uma perspectiva de rede que só pode ser entendida olhando simultaneamente o fluxo das diferentes interações, que não pode ser vista em suas partes, mas sim, em sua totalidade, que oferece a possibilidade de entender as subjetividades como uma coprodução de diferentes e múltiplos agenciamentos. As subjetividades não são produzidas dentro do indivíduo, mas em toda a amplitude do tecido social.

Outra abordagem que recebeu influências de princípios sistêmicos e biológicos foi a Cibernética. A mudança de paradigma desses novos estudos e teorias reintroduziram os estudos de redes, principalmente originados da matemática, no foco de diversas ciências, inclusive nas Ciências Sociais através dos chamados estudos sociométricos. No entanto, a diferença entre estes estudos e as recentes Teorias de Redes é que a abordagem sociológica percebe as redes como estruturas estáticas, enquanto estas últimas compreendem as redes como estruturas dinâmicas em movimento (RECUERO, 2009). Estruturas dinâmicas são fundamentais para o entendimento da produção de subjetividades em seu devir, em seu modo processual de se constituir e reconstituir, de se configurar e reconfigurar, de se territorializar e reterritorializar, em constante mudança, exceto quando há capturas que estancam o fluxo da produção da subjetividade e das suas singularidades.

Os estudos sobre redes de interações humanas ao se cruzarem com os progressos tecnológicos exploraram um novo campo de estudos no ciberespaço e, mais especificamente, nas redes sociais digitais por meio de toda uma gama de tecnologias de comunicação em rede.

Para essa pesquisa, entendemos “tecnologias de comunicação em rede” como todo um aparato e estratégias de comunicação transmidiáticos, uma vez que os conteúdos ultrapassam uma única mídia ou canal e, também, por já não ser possível distinguir com precisão os limites entre tecnologias como o telefone, celular, computador, internet e etc., que se unem para originar novas tecnologias (por exemplo os *smarthphones*). A tecnologia inclusive se torna extensão do próprio

corpo humano conforme proposto por Butler (2018), borrando qualquer limite que separe a dicotomia homem/máquina.

A definição de rede utilizada também está associada ao conceito de rizoma criado por Deleuze e Guattari:

O conceito de rede é muito parecido com o de rizoma, pois a rede é múltipla, formada de linha e não de formas espaciais, pouco importa o tamanho dessas linhas, pois tanto as diminuindo como as aumentando não deixam de ser uma rede o que importa são as suas conexões e não os seus limites [...] isso quer dizer que não há um contorno definido e uma superfície determinada, o que existe é um todo aberto, sempre capaz de crescer, através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções. As redes neurais e/ou informática ilustram, por exemplo, o conceito de rede, pois não são descritas e pensadas como algo fechado e estático, há nelas movimentos de conexões que nunca cessam e não importa a direção que tomam nunca é um caminho definido ou apenas único, assim no rizoma ele é múltiplo (AGUIAR, 2010, p. 8).

Essas sociabilidades mediadas habitam a intersecção entre aspectos humanos e tecnológicos em toda sua complexidade e multiplicidade. Neste contexto, uma rede social emerge quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas. Nessas redes mediadas por computadores as formas de organização, identidade, conversação e mobilização são profundamente alteradas. Mais que simplesmente permitir aos indivíduos comunicarem-se, essas redes amplificaram a capacidade de conexão (RECUERO, 2009) e alteraram a forma como as subjetividades são produzidas, permitindo, por um lado, agenciamentos singulares na produção de subjetividades devido à descentralização das redes, e, por outro lado, a intensificação das capturas maquínicas de semióticas que se dão pelas repetições numéricas das redes, ou seja, pelo número de vezes que se depara com determinado conteúdo, ou pelo número de interações de determinado conteúdo. Dessa forma, o que importa não é o conteúdo e a forma, que capturaria a produção das subjetividades pela sujeição social e seu caráter significativo e verbal, mas nesse caso, a captura ocorre em um nível de semióticas pré-verbais.

Recuero (2009) explica que essas redes sociais podem ser entendidas como o conjunto de atores e suas conexões. Os atores ou nós da rede são pessoas, instituições ou grupos. Já as conexões são interações ou laços sociais. A rede é, então, uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social onde ocorre a produção das subjetividades. Essa abordagem foca na estrutura social, uma vez que entende que não é possível isolar os atores nem suas conexões, mas que somente podem ser entendidos em conjunto e em processo. É justamente, considerando a perspectiva abordada nessa pesquisa, que o resultado das múltiplas conexões permite a coprodução, entre os diversos atores e agenciamentos, das subjetividades. Perscrutando essas estruturas digitais das redes, a autora foi uma das precursoras no Brasil das Análises de Redes Sociais (ARS) voltadas para os ambientes digitais, principalmente, para as redes sociais como *Facebook* e *Twitter*.

Uma peculiaridade das redes sociais digitais ou da internet em relação as redes sociais corporificadas é sua mediação por computadores, o que faz com que as interações entre os atores se realizem à distância. Assim, como os atores não são imediatamente discerníveis, as interações ocorrem entre representações dos atores sociais ou construções identitárias do ciberespaço. Os perfis pessoais das redes sociais, por exemplo, são apropriações individuais do ciberespaço na busca pela construção de si. Uma vez que as interações são processos comunicacionais, as interações pela Internet perdem os aspectos além da linguagem não verbal e outras semióticas que emergem da presença e observação do corpo e de suas expressões, além da percepção do contexto. O distanciamento também proporciona anonimato já que a relação entre o corpo e a personalidade não pode ser percebida de imediato, de forma que as relações são mais fáceis de serem iniciadas, mas também terminadas. Da mesma forma os atores possuem mais liberdade para se construírem já que características ou barreiras que envolvam cor e limitações físicas também não são evidentes de imediato (RECUERO, 2009).

Diante da complexidade das interações rizomáticas que se estabelecem nas redes de comunicação digital e de um possível entusiasmo com suas potencialidades produzindo novos modos de mobilização democráticos e descentralizados é necessário ponderar, também, suas contradições e suas distopias tanto quanto suas utopias.

Uma vez que esses complexos arranjos tecnológicos em rede apresentam novas formas de interação e um novo mundo de possibilidades dentro das relações sociais, também é preciso trazer outros olhares sobre a realidade que dialoguem com essa perspectiva de mundo. Uma realidade que se disponha rizomaticamente, que ao contrário de uma perspectiva de diagramas arborescentes em níveis hierárquicos, distribua-se em rizoma, derivando indefinidamente, estabelecendo conexões transversais, sem centros ou periferias, sem origens ou delimitações (GUATTARI, ROLNIK, 1986; ROLNIK, 2006).

Diante das potencialidades e ambivalências que essas redes rizomáticas se articulam com os indivíduos e com as mobilizações coletivas, veremos no próximo capítulo possíveis modos de elaboração de desejos, capturas da subjetividade e formas de engajamentos.

Uma última ruptura, que é necessária revisitar nesse histórico para compreender o atual cenário social e tecnológico abordado nessa pesquisa, foi a criação e disseminação da tecnologia 3G, que permitiu o acesso em banda larga por meio de dispositivos móveis, ou seja, os celulares ou *smartphones*, que permitem que indivíduos estejam conectados permanentemente à Internet, com dispositivos transmidiáticos que permitem fotografar, filmar, gravar áudios, conversar por mensagem, fazer transmissões em tempo real e inúmeras outras funções que se concentram em um único aparelho. Além de autonomia, as tecnologias de 3G e dos celulares permitiam não só acessar

informações de qualquer lugar, mas também produzir informações de qualquer lugar e em tempo real. A tecnologia 3G teve um lançamento massivo no Brasil, em 2008. Esse fato se concretizou em um contexto em que já se comercializava mais computadores pessoais que televisores no país, e no qual o mercado publicitário na Internet já ultrapassava a receita da TV a cabo, anunciando a quebra do poder hegemônico das grandes mídias de massa (PELLANDA, 2009).

Assim, é possível reconstituir um cenário altamente permeado e mediado pelas tecnologias de comunicação em rede digitais em 2013. Seguindo a tendência apresentada no parágrafo anterior, os domicílios que tinham acesso à Internet banda larga fixa contabilizavam 66,2% das residências brasileiras. Já em relação à banda larga móvel (3G e 4G) somavam 21,7% para o ano (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR).

Visto a representatividade das tecnologias de comunicação em rede digitais no Brasil e os modos como essas redes digitais vem reconfigurando os sentidos e reterritorializando novas formas de subjetividade, no próximo capítulo serão explorados os processos de produção de subjetividades de forma mais focada nas Jornadas de Junho, abordando também os processos pelos quais os sujeitos são aglutinados no tecido social em determinados sentidos e não em outros, principalmente a partir das perspectivas da psicologia social.

3 CRÔNICAS DAS PAISAGENS URBANO-DIGITAIS

3.1 PRELÚDIO: da reconfiguração da subjetividade do ativismo

Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflições econômicas, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita [...] os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo. (CASTELLS, 2013, p. 11)

O relato oferecido por Castells (2013), nos transporta para acontecimentos que questionaram a ordem social, cultural, econômica e política no mundo. A ideia de democracia representativa pela participação política por meio do voto ocupou o imaginário popular, até mesmo em países com regimes autoritários. A potencial conquista dessa democracia ou do avanço para formas cada vez mais elaboradas sobre a participação popular foi expressa, em diversos países, por um momento, pela possibilidade das assembleias de corpos (BUTLER, 2018) organizadas nas ruas, configurando uma forma de democracia mais direta. Assim, todos poderiam manifestar seus anseios, participar de forma ativa da agenda pública e ocupar espaços de poder decisório que deixavam de ser apenas os gabinetes políticos para dar voz à decisão tomada pela multiplicidade de pessoas nas ruas.

A possibilidade das multidões transformarem as realidades institucionais e culturais que permeavam os tecidos sociais de seus respectivos países desterritorializavam subjetividades rígidas que estabeleciam modos de viver que não permitiam transformações na ordem estabelecida. Isso significou que para além das limitações dos processos burocráticos e institucionalizados, os corpos das multidões nas ruas, organizados de forma descentralizada, representavam uma maneira de exercer poder político a fim de transformar uma dada estrutura social que não atendia os anseios, ou desejos, das multidões. E, portanto, um momento de ruptura na produção de subjetividades elaborado em agenciamentos em redes de esperança e indignação nas palavras de Castells (2013): esperança de conquistar novos territórios mais democráticos, enquanto produções das subjetividades; e indignação contra os grupos e instituições que impediam essas reconfigurações para manter territórios que os beneficiassem.

A transformação almejada pelos múltiplos movimentos que se deram ao redor do globo só poderia superar os territórios arcaicos que incitavam a indignação através da esperança na elaboração de novos territórios produzidos pela liberdade e pelas possibilidades de criação a partir dos desejos, ou seja, a partir de um outro paradigma de existência. Um paradigma ético -

constituídos por uma ética de liberdade na coprodução de um país pautado na pluralidade; estético - pela produção de novos territórios constituídos pelos desejos; e político - pela disputa e reconfiguração da distribuição de poder.

A partir do ano de 2009, uma onda de manifestações, que de algumas poucas pessoas rapidamente se somaram milhões, por meio do engajamento gerado simultaneamente por indignação e por esperança. Indignação por fatores diversos que transitavam de modelos econômicos neoliberais que levaram a crises financeiras até regimes socioculturais repressores e autoritários ou pelo abuso do aparato de poder e policial do Estado. E esperança pela possibilidade da reunião de corpos nas ruas disputando o poder de forma coletiva e plural e a esperança pela autonomia de auto-organização existente na composição das redes digitais com as redes pessoais offline, como por exemplo de família e amigos.

As tecnologias digitais favoreceram uma grande velocidade de comunicação paralela à grande mídia para o compartilhamento de informações e para a convocação para a reunião e para a ação. Mas essas tecnologias digitais não era o único instrumento de articulação das redes de mobilização e protesto, havia, na verdade, uma articulação mais complexa de redes multimodais, em que se somavam o uso da de outras tecnologias analógicas da telefonia fixa e de rádio, além de outros aparatos como o fax. Toda essa estrutura transmidiática e multimodal também ultrapassava limites geográficos dos locais de manifestação, recebendo apoio de grupos de *hackers*, ativistas e instituições de todo o mundo (CASTELLS, 2013).

Assim, as multidões tomaram as ruas em dezenas de países ao redor do globo. Islândia, Tunísia, Egito, Espanha, Estados Unidos e Brasil foram alguns dos Estados ocupados pela indignação e esperança da força popular. Movimentos como a Primavera Árabe, que tomou as ruas de países árabes (Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmem e Barein) a partir de 2011 em protesto ao agravamento da crise econômica e à falta de democracia; dos Indignados da Espanha, que aconteceu a partir de 2011 sob as pautas, principalmente, de protesto às crises econômica e de representação política; e o *Occupy Wall Street*, que manifestava em 2011 contra as desigualdades socioeconômicas e contra a corrupção; foram se desencadeando como uma rede através dos continentes. O movimento *Occupy* se alastrou por todo o mundo e, em 2011, mobilizou centenas de milhares de pessoas em mais de 900 cidades distribuídas em 82 países (CASTELLS, 2013).

Celulares possibilitaram que qualquer indivíduo registrasse os atos em fotos e vídeos e fossem agentes ativos na produção e disseminação de conteúdo. Através das plataformas transmidiáticas e redes sociais digitais, as imagens dos atos coletivos nas ruas se espalhassem rapidamente, disseminando as manifestações de forma ampla. As insurgências que catalisaram o

movimento global e serviram de modelo para as mobilizações em diferentes países e contextos tiveram início na Islândia e na Tunísia.

Na Islândia, o cantor Hordur Torfason manifestou sua indignação pela crise econômica do país através de sua música em frente ao parlamento islandês, em 11 de outubro de 2008. A manifestação, que ficou conhecida como “*One man’s protest*”¹³ pelo fato de que o cantor se postou diante do parlamento sozinho tocando sua música, desencadeou protestos semanais no mesmo local, que reuniram cada vez mais pessoas, contra o modelo financeiro de criação de riqueza especulativa e a corrupção que ligavam o governo, os bancos e outras instituições financeiras e privadas. Milhares de pessoas passaram a protestar no mesmo local pedindo a renúncia do governo, a realização de novas eleições e a elaboração de uma nova constituição.

Como resultado desse movimento na Islândia, além da antecipação das eleições e a derrota dos dois principais partidos do país, também houve pressão para que o novo governo trabalhasse em três frentes: reparar os estragos econômicos e responsabilizar os responsáveis pelas fraudes; reestabelecer o crescimento por meio de um modelo econômico regulado e aumento da fiscalização; e de uma reforma constitucional participativa (CASTELLS, 2013).

Já na Tunísia, as imagens do corpo do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi em chamas diante de um prédio do governo espalharam-se rapidamente como símbolo de resistência e chamado ao levante popular. A autoimolação no fogo foi um protesto, realizado em 17 de dezembro de 2010, contra a repressão e corrupção policiais no país, que despertou os cidadãos para se manifestarem em prol de diversas pautas sociais e desencadeou uma série de suicídios em protesto simbólico. Entre as demonstrações espontâneas de resistência e a repressão violenta, que gerou 147 mortes e centenas de feridos, o ditador da Tunísia, Ben Ali, foi deposto e refugiou-se na Arábia Saudita. Encorajada pela vitória, a população continuou manifestando suas pautas que integravam o afastamento de todo o comando do regime, liberdade política e de imprensa, eleições democráticas e nova lei eleitoral (CASTELLS, 2013).

Em ambos os casos, assim como nas mobilizações que se seguiram nos mais diferentes países, o uso da internet e das redes sociais foram uma constante e tiveram papel fundamental no surgimento, ampla disseminação e sucesso dos movimentos. Se por um lado o que gerou uma unidade entre as manifestações em contextos tão diferentes foi o sentimento de empoderamento nascido “do desprezo por seus governantes e pela classe política [...] e pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política” (CASTELLS, 2013, p.27), por outro, foram os mecanismos e estratégias de auto-organização, autonomia de comunicação fora do controle empresarial e político e difusão de informações e imagens proporcionadas pela internet e

13 Acessado em 23/10/2018: <https://acampadabcninternacional.wordpress.com/tag/islandia/>

pelas redes do ciberespaço que constituíram as conexões e bases para a concretização dos movimentos e de suas conquistas.

Telefones celulares e redes digitais sociais ofereceram uma plataforma de discussão e de chamado à ação, um meio de organização e coordenação dos protestos e uma ferramenta de disseminação de informações e de registros dos acontecimentos para a população em geral. As tecnologias de comunicação em rede (*Facebook, Youtube e Twitter*), a atuação de blogueiros e o ciberativismo permitiram a existência de novas vias de mudanças sociais, uma vez que “o movimento passou do ciberespaço para o espaço urbano [...] um espaço público híbrido, constituído por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana” (CASTELLS, 2013, p. 48-49).

Podemos associar o sucesso dessas novas formas de mobilização justamente às taxas de penetração das tecnologias em rede e celulares. Na Tunísia, o contexto favorável às mobilizações pelas redes é atribuído à convergência de três características: (1) a existência de um grupo de desempregados com nível superior que liderou a revolta, (2) a presença da cultura de ciberativismo envolvida na crítica ao regime por mais de uma década e (3) a alta taxa de difusão do uso da internet. Em 2010, 67% da população urbana da Tunísia tinha acesso a um celular e 37% estava conectado à internet. E no início de 2011, 20% dos usuários do país estava no *Facebook*. Já na Islândia, as taxas de pessoas conectadas à internet chegavam a 94% e 2/3 são usuários do Facebook. A conexão pela Internet é um fator importante nessas organizações pois permitem a formação de redes rizomáticas e descentralizadas, como já foi explorado no capítulo anterior.

As rupturas nas produções de subjetividades em diversas regiões do mundo influênciam nos processos de desterritorialização que chegaram no Brasil. Não se considera aqui uma relação linear de causa e efeito, mas processos rizomáticos que desencadearam movimentos através das redes de conexão dos tecidos sociais, incluindo nele as redes digitais. Novas formas de subjetividades começaram a se elaborar e por novas se entende a ruptura com uma postura passiva diante das esperanças e indignação para uma postura de expressão dos corpos nas ruas reivindicando a territorialização dos desejos. Para tanto, foi preciso desterritorializar as formas arcaicas, como por exemplo, os modelos institucionais e burocráticos que diriam como as multidões deveriam se expressar, dentro de parâmetros bem delimitados e burocratizados a fim de engessar qualquer agenciamento possível. Ou desterritorialização do controle das mídias de massa, que se viram incapazes de moldar as subjetividades das multidões nos sentidos que faziam as coberturas, construindo imagens negativas dos protestos. E, principalmente, todos esses movimentos acontecendo por meio de articulações horizontais nas redes digitais.

No Brasil, a onda de mobilizações teve sua maior repercussão e visibilidade em São Paulo com as denominadas Jornadas de Junho, em 2013. Apesar dessa série de manifestações ter sido antecedida por diversas mobilizações com bastante semelhanças ao longo da década anterior¹⁴, as Jornadas de Junho marcaram a entrada do país no movimento mundial de mobilizações e simbolizaram novas formas de articulações populares (CASTELLS, 2013).

Sob as pautas do Movimento Passe Livre (MPL)¹⁵, sendo a principal o transporte coletivo, logo catalisou os protestos ampliando suas demandas para conflitos sociais e econômicos e aliando estrategicamente outros movimentos que tratavam questões sobre moradia, cultura, saúde e todo tipo de insatisfações populares, principalmente na segunda fases das manifestações como será visto ao longo deste trabalho.

Assumindo o transporte como direito, o MPL encabeçou as mobilizações que em seus dois primeiros atos de protestos de rua tiveram uma abrangência relativamente pequena, estimadas com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, em 6 e 7 de junho de 2013. Apesar dos próximos dois atos já possuírem uma adesão um pouco maior, o estopim para a eclosão das marchas que ganharam as ruas de todo o país foi a violência policial durante o 4º ato de São Paulo, em 13 de junho de 2013. A repressão desencadeou convocações massivas nas redes de comunicação, que culminaram na participação de mais de 250 mil pessoas nos maiores atos do movimento, em 20 de junho de 2013.

Além da revogação do aumento da tarifa em mais de cem cidades brasileiras, as Jornadas de Junho deixaram o legado da experiência de articulações populares diretas e descentralizadas, das vivências sociais autônomas e da conquista da tomada de poder pela pluralidade das ruas que desestabilizaram a hegemonia dos gestores públicos e privados. Uma maior radicalidade das ações também foi uma característica presente durante o movimento:

Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracasos, os muros ‘pixados’ com as vozes das ruas, as barricadas erguidas [...] expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue a lógica da mercadoria (BOITEMPO EDITORIAL; CARTA MAIOR, 2013, p. 13).

Assim como os movimentos que se espalharam pelo mundo, a onda de manifestações no Brasil também nasceu e se fortaleceu por meio das redes sociais da internet, atrelada às tecnologias de comunicação em rede e às tecnologias do ciberespaço (BOITEMPO EDITORIAL; CARTA

14 Salvador (2003), Florianópolis (2004), Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) e Porto Alegre e Goiânia (início de 2013) (CIDADES REBELDES, 2013, p. 14-16).

15 “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário e horizontal, cuja principal luta centra-se na gratuidade do transporte público de qualidade. Foi oficializado em 2005, em Porto Alegre, na Plenária Nacional pelo Passe Livre, organizado durante o Fórum Social Mundial” (CIDADES REBELDES, 2013, p. 110)

MAIOR, 2013, CASTELLS, 2013). “Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público [...] ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p.12).

Ao se indagar de que forma as tecnologias de comunicação em rede permitiram e fortaleceram o desencadeamento de mobilizações tão abrangentes e efetivas em seus resultados, Castells (2013) aponta as possibilidades de comunicação e rápida difusão de ideias e imagens. A base de seu pensamento é de que as relações de poder, tanto coercitivas quanto de construção de significado na mente das pessoas, são constitutivas da sociedade e se reproduzem através da construção de instituições de acordo com seus valores e interesses. No entanto, a existência de poder também pressupõe a existência de contrapoder. Assim, entende que as transformações das possibilidades das tecnologias de comunicação afetam amplamente as relações de poder, uma vez que a comunicação é a principal forma de “produção social de significado” (CASTELLS, 2013, p.14-15).

Encarando os diversos movimentos abordados como processos rizomáticos globais é possível perceber as influências desencadeadas no Brasil, ao lado de condições materiais (tecnologias de comunicação digitais) e imateriais (subjetividades adjacentes do próprio cenário nacional assim como internacional, ambos permeados pela indignação e esperança) para a produção de mobilizações com uma arquitetura específica: descentralizadas e horizontais. Diante disso, essa pesquisa seguirá cartografando os movimentos das Jornadas de Junho no Brasil.

Enquanto o uso do termo crônicas neste título brinca com o gênero literário para compor e transmitir a ideia das cartografias que possuem um caráter de afetação com seus interlocutores como proposta política que a constitui, a denominação urbano-digitais evidencia a ambivalência intrínseca nesses processos, engajamentos e mobilizações. Já as paisagens são, em si, o processo em devir de transformações e dinâmicas ecológicas e geológicas que contrapõem o caráter estático do mapa.

Os acontecimentos/mobilizações abordados nessa pesquisa dizem respeito às Jornadas de Junho, no entanto é preciso considerar que esse movimento não ocorre de forma isolada, principalmente a partir da perspectiva rizomática e processual que se adota aqui. Então ao mesmo tempo que se reconstituí o cenário global que influenciou a ruptura das subjetividades no Brasil, também é preciso compreender que os processos desencadeados e a constante reterritorialização desse processo não se finda com o término das Jornadas de Junho, mas ganham vida em outros movimentos como, por exemplo, o “Fora Dilma”, em 2015, marcado, principalmente, pelas

manifestações “verde e amarelo”; e o movimento “Fora Temer”, em 2016 e 2017, que teve uma das principais expressões o movimento de ocupações secundaristas e universitárias contra reformas propostas por esse governo. Ao longo do texto essas reconfigurações se tornarão mais explícitas.

Assim como diversas manifestações ao redor do globo, entre as descritas anteriormente, as Jornadas de Junho apresentaram características semelhantes como uma elaboração descentralizado, amplamente disseminada por todo o país e sem lideranças, de forma que foi possível encontrar algumas variações nas datas que compõem a cronologia dos protestos. De acordo com o levantamento de Singer (2013) houve protestos em: 6, 10, 11, 13, e de 17 até dia 30 de junho de 2013. Já em um outro levantamento¹⁶ são identificados protestos além dos dias citados anteriormente, também nos dias 7, 8 e 16 de junho de 2013.

Tendo em vista este roteiro do caminho que será percorrido nas próximas páginas ao cartografar as Jornada de Junho foram elencados dois eixos para o desenvolvimento da cartografia: 1) recuperação de um itinerário da memória das manifestações, como acima retratado de forma cronológica, a partir outras pesquisas que se debruçaram sobre esses movimentos e o resgate de alguns pontos da cobertura midiática; 2) paralelamente os referências teóricos e os levantamentos serão entrelaçados por meio dos relatos cartográficos.

O acesso às informações e aos rastros deixados nas redes digitais são, com frequência, vistos através de dois prismas distintos, mas que mantém em comum entre si a ideia não só da possibilidade, mas, principalmente, da facilidade de acesso, rastreamento e recuperação de dados. De um lado, esse prisma é evocado como ferramenta de transparência e democratização; de outro, como dispositivo de vigilância e controle. Essa ambiguidade, no entanto, não pretende expressar uma dualidade maniqueísta, principalmente porque a perspectiva adotada nessa pesquisa é da existência das pluralidades, mesmo que as possibilidades sejam capturadas em determinados momentos.

Diante de uma narrativa de facilidade de acesso aos dados presentes nas redes digitais é preciso se questionar: afinal, quem tem acesso ou não a esses dados? De fato, os bancos de dados existem e não há mais nada que possa passar despercebido ou ser esquecido nesse ambiente. Mas há uma distribuição desigual da possibilidade de acesso. A própria estrutura física é uma limitação, uma vez que é preciso não apenas ter um computador e um *modem* que possibilite acesso à Internet, mas quando se trata de uma análise de redes sociais diante do grande volume de dados estamos tratando de métodos que lidam com a chamada *Big Data*. Trabalhar com este volume de dados exige aparatos tecnológicos potentes, ou seja, computadores com grande poder de processamento e memória de armazenamento, por exemplo.

16 Acessado em 18/10/2018: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912432_2014_cap_4.pdf

Em um segundo momento, as limitações se dão no campo imaterial e das barreiras do conhecimento. Acessar as camadas por detrás das interfaces das redes sociais e analisar os dados ali contidos são procedimentos que podem não ser tão simples, exigindo um domínio técnico de softwares e do desenvolvimento de aplicações e programações que garantam o acesso a esse universo. Também é preciso perceber que esses bancos de dados pertencem a empresas privadas que tem como objetivo lucrar, encontrando formas de monetizar esses dados. Assim, o acesso possível que os usuários têm, já possuem inscritos seus limites e usos. Nesse sentido, houve ainda uma mudança nas políticas de acesso após o escândalo midiático do *Facebook*¹⁷, que teve os dados dos usuários utilizados pela empresa *Cambridge Analytica* a fim de influenciar os resultados das eleições estadunidenses de 2016. Desde então os dados que estão acessíveis se tornaram mais restritos e o processo de acesso passou a ser mais burocrático, não apenas na plataforma do *Facebook* mas também em outras redes sociais como o *Twitter*, exigindo cadastros e permissões específicas de acordo com o pretende se fazer e sobre os dados os quais se pretende utilizar. O *Twitter*, por exemplo, atualmente exige o cadastro de uma conta de desenvolvedor que precisa ser aprovada a partir de uma descrição dos objetivos de uso, de como pretende utilizar os dados, quais dados e assim por diante. Após aprovada a conta, também é preciso ter aprovação do aplicativo que acessará a Interface de Programação de Aplicativos (*Application programming Interface – API*) da plataforma. Também é preciso avaliar o tipo de programação necessária, contando com as limitações de acesso que o *Twitter* oferece, para acessar os dados e informações que se deseja. É mais simples acessar dados recentes, dos dias anteriores à busca, do que dados antigos, como por exemplo buscar os dados das redes de 2013. É nesse sentido, que ao contrário de uma ideia difundida de que no mundo permeado pelas redes digitais da Internet toda e qualquer informação está disponível a um clique de distância, percebe-se que na verdade toda informação existente está desigualmente acessível.

3.2 A SUBJETIVIDADE NA ERA DA SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

O jogo de palavras do título desta seção ao brincar com o clássico texto de Walter Benjamin (1987), “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, se utiliza do trocadilho e da premissa inicial para discutir e contribuir com o entendimento das dinâmicas de produção e captura das subjetividades nas redes digitais de comunicação, entrelaçando conceitos de determinados processos sociais com estruturas digitais a partir da perspectiva de alguns autores.

17 Acessado em 24/10/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/entenda-o-escandalo-do-uso-de-dados-do-facebook.shtml>

São aprofundados os mecanismos e processos oriundos da psicologia das massas e de formação de grupos a partir de Tarde (2005) e Freud (1987) para compreender como os indivíduos ou sujeitos se engajam em alguns movimentos e não em outros de forma coletiva, tendo a subjetividade capturada pelo processo capitalista da valorização da informação como mercadoria, o que resulta no achatamento das subjetividades inscritas (GUATTARI, 1986), por exemplo, em uma postagem do *Twitter* em que sua valorização estará em sua repetição (compartilhar e comentar) e no esvaziamento da complexidade nos 140 caracteres de conteúdo (re)produzido.

A reprodução é uma forma de captura para articular as redes rizomáticas em determinados sentidos, mas não se limita à única forma de as articular, uma vez que a própria existência da reprodução tem inscrito em si a possibilidade da linha de fuga. A diferença ou elaboração singular coexiste nas fissuras entre uma reprodução e outra, entre uma repetição e outra. Olhar para esses processos de forma ampla permite ver o próprio devir, o desterritorializar e o reterritorializar dos movimentos, ou seja, a formação do circuito rizomático, sem focar nas estruturas internas, como os dispositivos que aí se inserem. É nesse sentido que se encaminhará as reflexões a seguir e que serão guiadas a cartografia desta pesquisa.

Durante as Jornadas de Junho houve uma disputa entre as mídias de massa, que inicialmente produziu uma narrativa contrária às manifestações e às redes rizomáticas digitais. Se por um lado foi colocada possibilidade de captura nas redes digitais através da rápida circulação e reprodução de informação, essa possibilidade também funcionou como linha de fuga justamente dos dispositivos hegemônicos das mídias de massa. Além da produção de informações diretamente feita pelos manifestantes, também surgiram mídias alternativas organizadas e bastante horizontais, como por exemplo a Mídia Ninja. Ela tinha a pretensão de ser uma fonte de informação em tempo real, se utilizando de recursos tecnológicos que permitiam transmissões ao vivo para levar difundir uma narrativa paralela às grandes mídias, em que se baseava no registro audiovisual para garantir credibilidade.

Neste ponto da análise de como foram produzidas as subjetividades de engajamento/participação nas redes digitais de comunicação durante as principais mobilizações sociais de 2013, apresenta-se uma perspectiva que demonstra a complexidade da cartografia cuja a unidade de análise são as interações para articulações rizomáticas (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006).

Assim, é preciso localizar esses devires e processos dentro da própria dinâmica chamada de Jornadas de Junho. Singer (2013) busca sistematizar as Jornadas em três fases para analisar seu caráter processual: (1) a primeira (dias 6, 10, 11 e 13) se manteve sob o modelo adotado pelo MPL adotando a pauta do transporte público e com o um engajamento e participação relativamente

pequenos (de 2 a 5 mil pessoas) e limitados às ruas de São Paulo. (2) A segunda (dias 17, 18, 19 e 20) foi o auge das manifestações, reunindo mais de 1,5 milhões de pessoas e atingindo mais de 100 cidades. Essa fase foi, principalmente, resposta à violência policial que reprimiu a manifestação do dia 13 e se manifestou em toda pluralidade de pautas, grupos e demandas. Foi, também, nesse momento, com o início da Copa das Confederações em 16 de junho, que São Paulo perdeu a centralidade do movimento, de forma que os protestos se deslocaram para os locais onde haveriam jogos: Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. (3) Na terceira (do dia 21 ao final do mês) as manifestações se fragmentam em mobilizações parciais buscando objetivos bastante específicos.

Na primeira fase, haviam pequenos protestos que expressavam caráter singular. As elaborações desse momento, ainda que fossem pautadas sob a organização do Movimento Passe Livre (MPL), mantinham estruturas horizontais. A recuperação da memória dessa etapa, no entanto, se depara com as limitações em percorrer as tecnologias das redes sociais digitais. Nesse sentido, ao averiguar a convocação aos protestos em eventos do Facebook nas páginas do “Movimento Passe Livre – MPL”¹⁸ e “Passe Livre São Paulo”¹⁹ (entre as páginas do MPL, inclusive a nacional, esta é a que possui maior número de seguidores) não havia eventos de protestos no período das Jornadas de Junho. Talvez durante a primeira fase, devido a menor dimensão dos atos de protestos, esses não tenham sido chamados pelo Facebook, como nas outras fases certamente o foi.

No segundo momento havia uma disputa entre as pluralidades que reterritorializavam esses espaços de manifestação e uma certa captura. O perfil dos manifestantes era composto principalmente por jovens até aproximadamente 25 anos, com ensino superior em curso ou concluído e, no entanto, baixa renda, até 5 salários-mínimos, sendo uma considerável faixa desses até apenas 2 salários-mínimos. Essa composição entre escolaridade e renda pode ser entendida como representativa de uma nova classe trabalhadora precarizada, que teve acesso ao ensino superior pela expansão da educação no período de governo Lula, mas que ainda se alocava no mercado de trabalho em empregos precarizados. Entre a diversidade que ocupou as manifestações existia um emaranhado entre classe média, classe baixa, incluindo essa emergente faixa que teve acesso à educação. Também se nota uma certa pluralidade quando as mobilizações ocorrem também em áreas periféricas de grandes centros, como, por exemplo, na Baixada Fluminense (SINGER, 2013).

Ao mesmo tempo que a própria multidão era diversa, também se tornou comum movimentos difundidos pela cidade, em mosaicos descentralizados, principalmente nessa segunda fase do

18 Acessado em 30/10/2018: https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/?ref=br_rs

19 Acessado em 30/10/2018: https://www.facebook.com/passelivresp/?ref=br_rs

movimento. Tanto essas simultaneidades de diversos movimentos paralelos ocorrendo em pontos distantes na paisagem urbana, quanto as estruturas sem lideranças ou com múltiplas coordenações espontâneas desafiaram a capacidade de repressão policial e do Estado em seus tradicionais procedimentos. Os atos de protestos, muitas vezes, aconteciam simultaneamente em mais de um local, disseminando o poder e visibilidade das assembleias.

A multiplicidade da segunda fase foi a expressão da elaboração de desejos singulares (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; ROLNIK, 2006). Diferente de tradicionais movimentos que seguem cartilhas ideológicas pré-definidas, movimentos que atuam segundo planos rígidos impostos unilateralmente a partir de lideranças arcaicas ou ainda de capturas midiáticas que ditam as manifestações da opinião pública, esse momento mostrou uma diversidade que se equilibrava no limiar das diferenças e semelhanças das pautas, na tentativa de uns não sobrepujarem os outros.

Tarde (2005) contribui com o entendimento sobre como os movimentos corporificados das ruas foram produzidos e articulados junto às redes digitais. É justamente a concepção do autor sobre audiências que pode ajudar a entrelaçar esses campos. O autor classifica dois tipos de audiências. Enquanto a multidão pressupõe uma coletividade física, o público corresponde a uma coletividade mental, que pode não se tocar, não se ver, não se ouvir, mas estabelecem relações cada um em sua própria casa, distribuídos em vasto território, através do acesso a um mesmo jornal, por exemplo. No mundo digital, encontramos processo semelhante de públicos que consomem o mesmo conteúdo, o qual é o único vínculo que cria unidade entre eles, que os fazem partilhar ideias, concepções de mundo e subjetividades. No entanto, nas redes digitais as audiências possuem um duplo caráter, pois ao mesmo tempo que são público, as redes também possibilitam interações que fazem com que a multidão extrapole o próprio conceito de Tarde (2005), uma vez que existe uma contiguidade física – da conexão das redes – para além da proximidade dos corpos.

O público sofre um invisível contágio da sensação de partilhar simultaneamente algo com um grupo que não vê ou conhece, mas sabe que existe. Assim, basta saber dessa partilha para ser influenciado. Um indivíduo também pode fazer parte de diferentes públicos ao mesmo tempo, diferente da multidão que permite apenas um único engajamento por vez que o toma por inteiro, de forma transitória e passageira (TARDE, 2005).

No contexto que em as tecnologias das redes digitais assumiram importância na mediação das relações, inclusive nas Jornadas de Junho em que houve grande penetração dessas tecnologias no processo de articulação e produção das manifestações, aqueles que muitas vezes foram denominados ativistas de sofá também influenciaram no processo. Mesmo à distância esses ativistas compartilhavam as fontes de informações vindas das ruas, reproduziam ou produziam novos

conteúdos a partir destes, assim compartilhando uma subjetividade coproduzida por toda rede *online e offline*.

Tarde (2005) também traz uma visão sobre a formação da opinião pública, que vista sob a atualidade das redes digitais, contribui para entender algumas características das interações nessas redes. Antes do surgimento da imprensa, as opiniões públicas se formavam de forma isolada em cidades ou antigos feudos a partir da conversação face a face que incluía conhecer todos que falavam e elaborar a opinião através da voz, do timbre, do caráter. No entanto, a partir da imprensa a opinião pública passa a ser moldada mais por um fator numérico do que pelas características das subjetividades que são colocadas em contato na interação interpessoal (TARDE, 2005). Da mesma forma, as redes digitais tornam as interações impessoais, prescindindo de uma série de semióticas que se produzem no contato humano.

Todos os processos de interação nas redes digitais descritos até agora, dependem de diversos processos como, por exemplo, sugestão, contágio, imitação e identificação (FREUD, 1987; TARDE, 2005).

Para adentrar nos processos fundamentais para a formação de grupos e do campo social é preciso explorar a psicologia social, Tateando os limites entre o individual e o coletivo. Apesar dos primeiros psicólogos de massas do século XIX serem comumente considerados obsoletos por entenderem os grupos sociais, enquanto multidões, por uma perspectiva patológica e pejorativa relacionando as massas à falta de razão e a instintos animais, não podemos abandonar tudo que deriva desde essas proposições (FREUD, 1987; TARDE, 2005).

A partir de Freud (1987) é possível compreender também os processos de identificação entre os iguais de um grupo que nutrem amor pelo líder e uma outra relação de fascinação pelo líder, em que este se torna imune a críticas. O ponto fundamental da identificação é, de fato, o amor pelo líder, mas também o compartilhamento de outras relações em comum. Da mesma forma, a fascinação pelo líder se baseia em compartilhamento de algo em comum, geralmente aquilo que se anseia em si mesmo, mas que pela falta projeta no outro. Pensar uma relação de identificação em uma rede descentralizada leva a deslocar a figura do líder para um outro foco, talvez a rede em si mesmo, que identificava em si o potencial de expressar as indignações e conquistar as esperanças, refletindo um anseio individual. Dessa maneira, os sujeitos se identificam com as redes de indignação e esperança.

Os grupos possuem uma chamada mente coletiva, um caráter médio, que se difere do caráter individual. São formações provisórias que combinam elementos heterogêneos unidos por algo em comum. Há então uma dupla característica do que identificam em comum e do que emerge de novo a partir da elaboração do grupo (FREUD, 1987). Mesmo entendendo que a subjetividade nunca se

isola no indivíduo de acordo com Guattari (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996), o que se coloca em diálogo aqui é que algo novo, com novas características, emerge quando as interações em uma rede levam a determinadas agregações ou aglutinações. Entre as consequências da formação de grupos aparece o sentimento de poder relacionado ao fator numérico da agregação. Os indivíduos no grupo também ficam mais propensos a um comportamento irracional, instintivo e ao rompimento de determinadas regras sociais, não só devido ao poder que sente, mas também por se tornarem anônimos dentro do grupo (FREUD, 1987).

Principalmente após a repressão e violência policial nos atos do dia 13 de junho das Jornadas formou-se uma mente coletiva calcada na indignação, em que buscavam o direito de se manifestar, o direito de se expressar. Ainda que essa não fosse uma pauta predominante nos cartazes ela permeava a corporificação das mais diversas demandas que se multiplicavam nas ruas. Esse foi um momento de ruptura, que de uma mobilização pouco expressiva da primeira fase se produz as multidões nas ruas. No entanto, o que se quer dizer aqui não é que ocorreu um movimento irracional, mas que mesmo sendo uma elaboração dos desejos que demanda um fator intelectual, também precisou ocorrer um caráter médio, uma mente grupal, que aglutinava as multidões e as deixavam mais impulsivas. De forma que é possível entender que se deu um movimento que não era altamente racional, mas também não era uma turba ensandecida, e sim que era composto por multidões que oscilavam em um espectro buscando se elaborar entre esses dois extremos.

A concepção de que as multidões diminuem as capacidades intelectuais dos indivíduos talvez não as descrevam em sua totalidade, mas nem por isso deixa de ser um fator fundamental nessas formações. Um dos principais mecanismos de propagação de um comportamento na formação de uma multidão, principalmente nesses agrupamentos mais irracionais, é o contágio. O termo se origina da relação que se faz com características da propagação de doenças. Efeito que não se desencadearia apenas como resultado de emoções em meio a uma turba de pessoas frente um perigo iminente à vida, mas, em outros casos, também poderia ser influenciado por um líder (FREUD, 1987; TARDE, 2005). Tarde (2005) descreve que a ideia ou desejo de um se torna progressivamente o de muitos, potencializando a propagação por um critério quantitativo de partilha. E que enquanto esses indivíduos possuem o sentimento de serem autônomos, não passam de autômatos, cujo sentimento de autonomia deriva apenas da possibilidade de mútua sugestão.

Na terceira fase das Jornadas de Junho é entendido aqui que houve características de maior irracionalidade, no sentido de permitir mais facilmente o movimento de captura. Não havia tantas pautas, que mostravam anteriormente o movimento de elaborações dos grupos e sujeitos. Na terceira fase a reprodução de pautas disseminadas eram propagadas mais automaticamente. Mesmo

que ainda não houvesse lideranças carismáticas que se sobressaíssem comandando todo o movimento, foi uma fase em que dispositivos de circulação de informação nas redes reduziram o papel dos manifestantes de coproduzir os movimentos e suas demandas. Estes manifestantes passaram apenas a reproduzir e por isso houve um processo de afunilamento da pluralidade das outras fases.

A sugestão, ou imitação como denomina Tarde (2005), é o principal fator que leva os indivíduos a aderirem a um movimento grupal em detrimento do seu individual (FREUD, 1987). É preciso, no entanto, explicar que ao colocarmos essa duas dimensões entre o individual e o coletivo não se pretende afastar das formações rizomáticas a partir de Guattari (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006) em prol de uma volta à dicotomia, mas é uma aproximação a dois modos de processos: no chamado “individual” haveria uma efetiva participação dos desejos em uma elaboração coletiva constituindo uma singularidade; no chamado “grupo” haveria um predominante fator de captura na elaboração da subjetividade. E, no entanto, não é descartado que se veja grupos que se formem a partir de outros mecanismos mais singulares, de forma híbrida.

A sugestão pode percorrer o grupo através de contágio, em que sentimentos e atos são espalhados de forma mútua entre todos os elementos, em detrimento do interesse pessoal. Esse processo pode ser visualizado na arquitetura das redes digitais, em que é justamente o caráter rizomático que garantiria a possibilidade de influências mútuas, uma vez que não há um centro para aglutinar todos os agentes que se conectam na rede, os quais exercem igual poder uns sobre os outros. Portanto, os diversos perfis que compuseram a rede durante as Jornadas de Junho se influenciavam na produção de subjetividades e sentidos. Sentidos estes que eram as multidões nas ruas demandando suas pautas. A influência horizontal e recíproca entre os membros de um grupo também pode ser associada ao instinto gregário, o instinto do indivíduo de se submeter à convivência no grupo e às regras que isso impõe. Outro modo de sugestão ocorre através da fascinação por um líder, uma figura de influência ou uma ideia dominante. Um paralelo é feito com o hipnotizador que faz desvanecer a vontade e o discernimento, conduzindo o pensamento do indivíduo/grupo em um determinado sentido (FREUD, 1987).

Qualquer que seja a forma, a sugestão se fortalece por uma contínua alimentação mútua e recíproca. Esses grupos impulsivos, crédulos e abertos a influência não persistem por muito tempo e se desfazem na ausência de perseverança e por buscar a satisfação imediata de seus anseios. São rapidamente conduzidos para extremos. Uma suspeita, por exemplo, pode se tornar uma certeza inquestionável prescindindo de qualquer verificação da realidade. Dispensando uma lógica na argumentação, são conduzidos pelo exagero ou repetição. Ao mesmo tempo que são intolerantes e

obedientes à autoridade, são capazes de grandes realizações através da abnegação e devoção a um ideal (FREUD, 1987).

Tarde (2005) traz significativas contribuições para o entendimento desses processos ao afirmar que o momento de equivalência do grupo reside na imitação, através de práticas repetitivas. Seria necessário, portanto, um prolongado processo de diálogo ou leituras que seriam lentamente imitados e propagados, de tal forma que todos, inclusive o líder, se suggestionariam de forma recíproca (FREUD, 1987; TARDE, 2005). Nas redes digitais, no entanto, não existe este prolongado processo de diálogos, mas sim um intenso bombardeio de estímulos e informações. Assim essas redes abreviam os processos, gerando imitação pela intensidade, volume e repetição.

Esse contexto, descrito como necessário para acontecer a imitação (FREUD, 1987) pode, em certa medida, ser aproximado do efeito de enquadramento retirado das teorias de comunicação (MARTINO, 2009). Para considerar esse efeito é preciso inserir a mídia como um elemento que também constituirá condições de imitação. A teoria se propõe a explicar como a repetição de determinadas informações ou a veiculação de informações relacionadas podem criar uma moldura que direciona a uma determinada leitura e interpretação da informação que é divulgada. Assim, por meio de um processo contínuo e prolongado se produz determinados sentidos e não outros (MARTINO, 2009).

Então percorremos duas dimensões do processo de imitação (FREUD, 1987) , que lendo através da perspectiva de Guattari (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006) pode-se assumir uma elaboração singular através de uma relação dialógica de trocas de informações ou, até certo ponto, se submeter a uma captura que limita as possibilidades de elaboração a uma faixa mais estreita de um território criado pelo efeito de enquadramento (MARTINO, 2009). Uma dinâmica que tensiona sugestão e manipulação.

Outras constituições de grupo mais racionais e que não percam sua capacidade intelectual também são possíveis. Para isso é preciso que o grupo tenha continuidade no tempo. Que existam organização de funções, entendimento da natureza do grupo por parte de seus elementos e que existam regras e costumes. Que se desenvolva laços emocionais entre os integrantes de forma que o indivíduo se deixe influenciar, em certa medida, para manter harmonia com o grupo (FREUD, 1987). O autor ainda cita a expressão criativa e do campo da inteligência em grupos exemplificados no folclore e canções populares. Cada indivíduo pode integrar diversas mentes grupais simultaneamente – de raça, classe, credo, nacionalidade etc. – podendo elevar-se sobre elas, ao passo que mantém fragmentos de independência e autonomia. A característica marcante das Jornadas de Junho, de pelo menos por um momento do movimento (além dos protestos menos expressivos da primeira fase, o começo da segunda fase antes de começar a afunilar as pautas

anulando as elaborações "espontâneas", ou seja, antes de ocorrerem capturas dos processos de produção das subjetividades), conseguir agregar uma enorme heterogeneidade em um movimento coordenado, porém sem lideranças, faz supor que existia algum tipo de racionalidade permeando a auto-organização, e não apenas uma turba irracional como se poderia pensar a respeito de uma multidão no calor de uma série de manifestações de rua.

As relações de sugestão em um grupo são explicadas por Freud (1987) a partir do conceito de identificação no complexo de Édipo, considerado o laço emocional mais primitivo e original. O filho, por exemplo, desenvolve uma identificação com a figura paterna como modelo em seu convívio. No entanto, após o momento em que o menino passa a depositar seu desejo de objeto sexual para a mãe, ocorre uma repressão que faz com que o menino direcione seu desejo sexual para outros objetos sexuais e, também, mais importante nesse contexto, transforme seu desejo sexual em laços amorosos e afetivos de outra ordem. São justamente estes os laços desenvolvidos no grupo. Com o líder pode se desenvolver um laço amoroso que faz com que os indivíduos introjetem características admiradas no líder em sua própria constituição e essa mesma relação com o líder é um ponto em comum que serve de vínculo entre os outros indivíduos. Outra relação com o líder, chamada de fascinação, é uma servidão em que o indivíduo se anula e substitui-se por completo pela idealização do líder (FREUD, 1987).

A dinâmica de sugestão por um líder não aparece de maneira óbvia nas Jornadas de Junho, uma vez que os movimentos não foram convocados e organizados ao redor de alguma figura de liderança carismática e emblemática. Porém, isso não quer dizer que não tenham surgido outras dinâmicas de lideranças nos protestos. O próprio MPL desempenhou um certo papel de liderança no começo do movimento, mesmo que pautado em uma organização horizontal e sem lideranças. Ao longo dos protestos é possível observar também diversas lideranças bastante transitórias e oscilantes, não lideranças que seguiam à frente das multidões nas ruas, mas lideranças que exerciam grande influência nos sentidos que as subjetividades tomavam naquele momento. Tais lideranças apareciam, principalmente, nas redes digitais como artistas, personalidades públicas e outras vezes pessoas totalmente desconhecidas. Em determinados momentos aglutinavam grande interação nas redes através de compartilhamentos e comentários. Mas não permaneciam por muito tempo nessa posição. Assim como a perspectiva de poder de Foucault (2009), o poder de liderança observado transitava de uma pessoa para outra. Ninguém detinha esse poder, mas o exercia em determinados momentos.

A força do movimento, bastante celebrada, em ser horizontal, descentralizado e sem lideranças, também pode ser visto como sua fraqueza. O movimento sem líder se tornou alvo de diversos agentes que tentavam capturá-lo, conduzi-lo, controlá-lo. Mesmo que houvesse uma

resistência, quando olhamos por exemplo nas ações de violência para expulsar qualquer bandeira, os processos que se desencadearam fazem pensar nessa pesquisa que o processo de captura se aproveitou dessa característica para aglutinar a multiplicidade das Jornadas de Junho em subjetivações rígidas. A partir da expansão dos movimentos depois do dia 17 de junho também cresceu o foco anticorrupção. Após o dia 20 essa centralidade de pauta foi cada vez mais tomando o movimento por completo e o MPL já havia se retirado de cena. O movimento enquanto unidade se dissolveu e vários protestos desarticulados passaram a ocorrer. Mas a subjetividade presente nessa última etapa se torna forte e territorializada nos anos seguintes, em 2014 e, principalmente, em 2015 por meio de manifestações verde e amarelas, com um viés tradicionalista, moralista de territórios arcaicos. É nesse cenário que é possível entender uma reconfiguração/reterritorialização das manifestações de 2013. Um processo de captura que se fez perceber a partir dessas análises é o surgimento de um grupo organizado em 2014, denominado de MBL (Movimento Brasil Livre). Com uma sigla que alterava apenas uma letra em relação ao MPL e com pronúncia semelhante, acredita-se que o MBL utilizou essa sigla estrategicamente para aproveitar o capital social deixado no ar pelas Jornadas de Junho. E justamente por não ter grandes lideranças no movimento, a captura desse capital intangível mas de grande potencial pôde ser capturado e transformado em algo diferente. No caso esse algo diferente foram os territórios que orbitavam pautas anticorrupção sobre estratos territoriais arcaicos e de interesses de uma parcela particular de pessoas. Esse poder de lideranças surgindo e direcionando a produção das subjetividades é o poder de sugestão, que impede uma elaboração dos desejos do indivíduo e, em vez disso, o que faz é introjetar uma subjetivação pré-moldada pela sugestão do carisma do líder.

Além do paralelo do líder como hipnotizador, o contexto das redes digitais sugere uma outra associação com a hipnose. Freud (1987) descreve o processo de hipnose baseado na centralização da atenção do indivíduo em um objeto, movimento, som ou na própria figura do hipnotizador e assim afasta a atenção do hipnotizado do mundo exterior. Canaliza essa atenção e redireciona para o sentido que quer. No contexto debatido nesse trabalho, o processo de hipnose não parece diferir do que acontece nas redes digitais e sociais da internet: no lugar do simbólico relógio balançando frente aos olhos do hipnotizado, a internet bombardeia de informações que faz com que o indivíduo se desconecte do mundo, perversamente quando acredita estar mais se conectar a ele, ao mesmo tempo que esse bombardeio de informações não passa da repetição do movimento do relógio. A repetição do movimento do relógio funciona como os algoritmos das redes sociais que criam bolhas de interesse repetindo eternamente as mesmas informações. Tais bolhas circulam sempre mais do mesmo, impedindo que a diferença de informação tensione a atenção do indivíduo e instigue alguma singularização. Pode-se compreender então esse jogo hipnótico das redes como um paralelo

à servidão maquínica (LAZZARATO, 2014). Em um duplo processo de dominação compreende-se, também, que os agentes influenciadores nas redes, *youtubers*, personalidades da mídia, entre outros, exerçam o papel dos líderes que submeteriam os indivíduos em um nível de representação da sujeição social (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006).

Diante do contexto descrito nesse trabalho é preciso aprofundar a análise sobre as multidões que tomaram as ruas em 2013 sob a alcunha de Jornadas de Junho. Esses movimentos são abordados aqui de forma processual, em suas articulações com os movimentos globais e com o contexto brasileiro já descritos anteriormente. A narrativa a seguir se dedica às reconfigurações, às reterritorializações e às capturas dos movimentos sociais pela disseminação da informação como forma de engajamento para desta forma evidenciar como foram produzidas as subjetividades de engajamento/participação nas redes digitais de comunicação durante as mobilizações sociais das Jornadas de Junho.

De uma maneira ampla é possível considerar que as Jornadas de Junho como um todo se expressava como uma multiplicidade que se ramificava nas redes digitais até se disseminar pelas ruas na corporificação de múltiplos movimentos. Multiplicidade esta que existia rizomaticamente, em devir e singularidade, como diria Guattari e Rolnik (1996).

Não havia “O” protesto, mas sim o seu plural. A própria contiguidade espacial da multidão estava tingida por amplas faixas da paleta de cores. Para analisar a elaboração dessas amplas manifestações, é preciso compreender que foram articuladas não só a partir de um contexto global, como descrito no prelúdio desta pesquisa, mas que essa performatividade carregava heranças de mobilizações anteriores no próprio Brasil, ou seja, não eram protestos que emergiram como que uma inspiração transcendental, mas sim, resultado de uma intrincada rede rizomática que não se pode localizar no tempo e no espaço sua origem ou limites. Nesse sentido é possível pontuar algumas mobilizações que se produziram nos anos anteriores à 2013 no país, tais como: “Pinheirinho, Belo Monte, Anti-Feliciano, contra o aumento da tarifa, a questão indígena dos Guarani-Kaiová, a revolta contra pactos políticos espúrios (PTxMaluf, PSDBXDEM, Marina Silva X Capitalistas ambientais)”²⁰. Nenhuma dessas manifestações, no entanto, conseguiu aglutinar tanto engajamento quanto as Jornadas de Junho. Pelo contrário, pode-se avaliar que foram um tanto quanto inexpressivas em comparação aos protestos de 2013, ainda que as mobilizações Guarani-Kaiová tenham repercutido nas redes de forma mais intensa, instigando os usuários das redes sociais digitais a mudarem o nome de seus perfis acrescentando o termo Guarani-Kaiová. Uma característica em comum desses movimentos menos expressivos é sua centralidade em pautas de

20 <http://www.labic.net/cartografia/o-que-pode-ser-o-protestobr-post1/>

minorias, o que pode ter sido um fator que dificultou a aglutinação como um movimento hegemônico.

A narrativa das Jornadas de Junho se mistura com a as narrativas do MPL, que foi o principal organizador dos primeiros protestos do movimento. Além de todo contexto global de manifestações descentralizadas em suas articulações com os meios digitais, as Jornadas de Junho também carregam influências de outras manifestações que permaneceram na memória e participaram das subjetividades que atravessaram os manifestantes. A narrativa de criação do MPL se atrela à mobilização contra o aumento das passagens em Salvador, em 2003, denominada “Revolta do Buzu” (MPL-SP, 2013) e evidencia a relação entre as estratégias do movimento e a construção de sua identidade, atuando já em 2003 por meio de bloqueios nas ruas em articulações descentralizadas e promovendo assembleias nos próprios bloqueios (TATAGIBA, 2014).

A dualidade entre as redes digitais e presenciais das ruas não está em oposição, nem mesmo em seu caráter de corporificação. A corporificação nas ruas é fato de percepção corriqueira, mas Butler (2018) propõe que as redes digitais não são uma virtualidade que expressaria sua potência apenas quando saísse para as ruas ou uma descorporificação dos movimentos das ruas, mas são corporificações em sua própria natureza e existência diante da necessidade dos corpos registrarem em celulares e câmeras o que acontece nesses espaços.

As citadas manifestações, que antes eram locais, adquiriram um caráter nacional nas Jornadas de Junho, tanto pela existência e uso das redes digitais quanto pela própria produção de novas subjetividades que, além de pautas, compartilhavam a possibilidade de performar assembleias, protestar e resistir nas ruas em conjunto.

Todas as tecnologias transmidiáticas abordadas nessa pesquisa não são elementos subordinados às redes, mas sua existência é em si extensão do indivíduo e parte constitutiva da rede. É nesse prolongamento da existência que as imagens são registradas e disseminadas em uma ambiguidade entre o online e o offline, sem uma delimitação bem contrastada. Enfim, as redes digitais são também corporificações e a combinação entre mídias digitais e ruas constituem uma nova esfera pública.

Deste modo, as Jornadas de Junho foram a performatividade de assembleias de corpos que resistiram não só em relação às pautas verbalizadas e instituídas enquanto movimento, mas foram, também, expressão de corpos e de multidões que existiram como campo de poder que podiam impor sua visibilidade nessa esfera pública ambígua que habita, ao mesmo tempo, as ruas e as mídias digitais, dizendo que são corpos que devem ser ouvidos e têm o direito de viver uma existência digna.

As reuniões, multidões ou assembleias articuladas nessas redes e visibilizadas tanto no campo *online* quanto *offline* são vistas por Butler (2018) através da sua perspectiva de performatividade, que pode ser entendida como o processo no qual a existência de um sujeito é produzida como uma prática de si, uma performance, mas não no sentido de algo deliberado e sim como resultado de atos discursivos reiterados repetidamente no campo social. É a característica dos enunciados fazerem algo acontecer ou trazer um fenômeno à existência quando são enunciados. Ao mesmo tempo, também é do campo da performatividade o desvio do que diz o ato discursivo, de tal forma que o desvio está inscrito de forma indeterminada e indomável dentro das próprias regras produtivas.

No contexto aqui tratado, Butler (2018, p. 14) transfere seu olhar até então no indivíduo para a assembleia. Assim, a reunião ou assembleia “é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade”. Essa representação coletiva da assembleia, quando visibilizada e organizada na esfera pública, em contato com o outro, com a alteridade, significa uma performatividade para além do discurso, ou seja, já possui um significado anterior e independente de qualquer reivindicação que façam. Essa performatividade corpórea não depende da reivindicação vocalizada, mas é produzida pela possibilidade de aparição, pelo direito em se tornar visível, pela persistência e mesmo pela exposição à possível violência e, assim, mesmo não dizendo, ao se tornarem visíveis as assembleias afirmam “não somos corpos descartáveis” (BUTLER, 2018, p. 31).

Essa corporificação da aliança dos corpos é, então, resistência e pode significar liberdade. Mesmo os excluídos podem a performar, uma vez que não é uma questão de primeiro deter o poder, mas ao contrário, pode justamente essa ação ser a que reivindica o poder de que se necessita (IDEM, 2018).

Entendendo as tecnologias de comunicação em redes digitais não como objetos alheios aos corpos, mas como extensões destes de forma que reciprocamente produzem os corpos e são produzidos por eles, esse texto aprofundará em quais foram as coproduções no campo da linguagem através das *hashtags* do período nas redes digitais. Essa exploração, desenvolvida principalmente no próximo capítulo, será feita a partir de levantamentos e Análises de Redes Sociais realizadas em outras pesquisas.

As principais *hashtags* e palavras-chave que se corporificavam nas redes, também, em uma difusa multiplicidade foram: #passelivre, #contraoamento, #vemprarua, #changebrazil, #tarifazero, #indignação, protesto, jornalista, ônibus, rua, manifestantes, vinagre, bomba²¹. Enquanto as ruas em seus mosaicos e pluralidade questionavam o controle disciplinar da polícia e do Estado, as redes questionavam o controle da produção de subjetividade das grandes mídias de massa. As mídias

21 <http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>

tradicionais criminalizavam os movimentos das ruas, classificando-os como baderneiros e violentos. Já as redes, mostravam uma narrativa diversa que se originava dos vídeos de celulares, das mídias alternativas digitais que cobriam as manifestações, dos relatos dos manifestantes. Importante notar que foi a partir das Jornadas de Junho que inúmeros veículos de mídias alternativas surgiram e se territorializaram para além do movimento, disputando e compartilhando até os dias atuais a difusão de informação midiática.

Assim, novos territórios existenciais (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; ROLNIK, 2006) foram elaborados. Não apenas nas formas de expressão e manifestação que evidenciaram um caráter original diante de outros modelos tradicionais de protestos que já nasceram capturados, como também nas possibilidades de outras subjetividades e produções existenciais que eram possíveis nas linhas de fuga das redes digitais. O que tornava os movimentos de 2013 produções subjetivas singulares foi o seu não enquadramento em modelos pré-definidos, mas a sua coprodução não ditada por nenhum dispositivo em específico, mas elaborada por uma multiplicidade de sujeitos.

A seguinte reflexão pode servir do ponto de partida para pensar a articulação entre as duas dimensões apresentadas, a articulação entre as ruas e as redes digitais:

Há aqueles que estão presentes na primeira; há aqueles que estão na segunda. Os primeiros enunciam; os segundos anunciam. Os primeiros, de dentro da mobilização, relatam. Os segundos, de dentro da rede, espalham e comovem. O 'evento do Facebook' é uma espécie de desvio embutido na interface²²

A ação de enunciar como agenciamento discursivo de produção de territórios existenciais é, na afirmação, limitada apenas aos que ocupam as ruas, enquanto àqueles que ocupam as redes digitais resta um papel secundário de operacionalizar o fluxo de informações para sua disseminação. Mas é pertinente questionar se as produções de subjetividades não se deram, também, nas redes digitais. As subjetividades que transitavam nas redes não foram meros resultados de enunciações preexistentes ou de produções corporificadas nas ruas. Mas possuíram um papel em suas produções simultânea e conjuntamente às ruas. As redes não foram um campo imaterial que apareceu nas narrativas como um apêndice, mas foi fator produtivo e constitutivo da realidade que se elaborou.

Se novas formas de expressão foram elaboradas, quais foram as condições que contribuíram nesse processo e nos devires que ganharam existência? Uma condição central já aparece bastante explícita: as redes digitais em seu caráter rizomático permitiu que qualquer pessoa se tornasse agente ativo da produção e distribuição de informação e, assim, desafiasse os dispositivos midiáticos subjetivadores, permitindo processos de existencialização descentralizados. Essa

22 <http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>

característica não é nenhuma novidade que emergiu no Brasil. Pelo contrário, talvez, tenha tão prontamente se manifestado a exemplo de dezenas de movimentos em todo mundo já descritos anteriormente. E essa é uma segunda grande condição: uma nova subjetividade havia ganhado existência nos anos anteriores permitindo a compreensão de que as relações de poder poderiam ser alteradas utilizando as redes digitais como elemento de mobilização e disseminação de informação, dando lugar a elaborações de desejos. Outro ponto decisivo para que as manifestações tomassem as proporções e intensidade que tiveram foi a resposta da articulação ruas-redes digitais à forte repressão e violência policial. A partir desse momento, mais que a demanda pelo não aumento das tarifas do transporte público ou que as demais reivindicações, o discurso enunciado pelos protestos foi exatamente o direito – e a liberdade – de protestar. Sob essa enunciação, multidões tomaram as ruas. Diferentes bandeiras e táticas emergiram. Inclusive o uso da força desafiando o monopólio deste atributo pelo Estado. *Black Blocs* e o uso de desobediência civil eram inscrições de novas existências.

Em sua multiplicidade de pautas, as manifestações conseguiram evitar o aumento das tarifas do transporte público naquele momento, assim como, tiveram como resposta o pronunciamento da então presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de junho, em que anunciava cinco pactos nacionais sobre saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política, que incluiria o combate à corrupção.

E além de serem socialmente heterogêneas, as manifestações também o foram no seu espectro ideológico. Integrou vozes progressistas até vozes conservadoras que se apropriaram do discurso anticorrupção, e outras ainda flertando com o fascismo. Enquanto havia a pluralidade constituindo as Jornadas de Junho, a grande mídia em seu processo de indústria cultural (BENJAMIN, 1987) tentava reduzir toda a amplitude desse espectro a uma única faixa: a de que as manifestações eram o assalto de pequenos grupos baderneiros e vândalos violentos sem legitimidade que deveriam ser prontamente neutralizados pelo aparato policial. Mas os rizomas das redes *hackearam* esses dispositivos midiáticos, criaram produções descentralizadas que escaparam dessa captura.

Do ponto de vista de um sobrevoo panorâmico sobre as Jornadas de Junho foram apresentadas performatividades plurais, múltipla e singulares, mas dentro de sua própria constituição não é possível entender esses movimentos como homogêneos, sendo necessário compreender diferentes momentos que podem compreender, também, certas capturas.

4 O DISCRETO CHARME DAS MULTIDÕES

O contágio de forma elaborada e propagada pelas redes foi o principal mecanismo de disseminação das mobilizações e da produção de subjetividades em uma lógica de multiplicidade, já que o caráter horizontal das manifestações não fez surgir lideranças que funcionassem como modelos ou ícones de identificação.

Remontar os acontecimentos das Jornadas de Junho é um processo que passa por também revisitar as dinâmicas elaboradas dentro das próprias redes digitais, o que pode ser feito por meio da análise das palavras-chave e *hashtags* utilizadas. Nesse sentido, as análises realizadas por Malini *et al* (2014) e apresentadas mais adiante nesse texto podem contribuir com a produção de sentidos nessa pesquisa.

Para melhor organizar os acontecimentos, encadeamentos e rupturas durante as Jornadas de Junho será utilizada uma certa sistematização proposta por Singer (2013), em que realiza uma leitura de três momentos com características distintas dos protestos, assim como das subjetividades presentes nesses momentos, ou fases. Singer (2013, p. 24) também analisa a representação desse movimento sob a denominação de Jornadas de Junho. O termo “Jornadas” remete ao “mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias”, como descrito em O 18 Brumário de Luís Bonaparte. No entanto, o ato insurrecional do proletariado parisiense na revolução de 1848 questionou e abalou toda a ordem instituída, enquanto os tremores das Jornadas de Junho no Brasil não abalaram as relações de classe e propriedade. O foco na estrutura dos jogos políticos aconteceu apenas de forma difusa, como se deu com as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para reforma política que caíram no vazio e foram esquecidas pouco tempo depois. A comparação, no entanto, se mantém pertinente quando se tenta entender “um algo” que mexeu nas entranhas da sociedade, ainda que não fosse uma dimensão nítida. Mesmo não tendo produzido territórios insurrecionais, fissuras ocorreram.

Ainda que houvesse uma predominância de uma classe média universitária ou com curso superior concluído (SINGER, 2013), os movimentos se espalharam, também para as periferias metropolitanas produzindo uma singularidade inegável. Longe de negar o caráter combativo às relações de poder desiguais cotidianamente enfrentadas nos espaços periféricos e marginalizados, o que se coloca aqui é a ocupação dos centros e áreas simbólicas do urbano por essas pessoas, por essas multidões. Se tratou da simbiose de classes e grupos em toda sua diversidade nas principais artérias metropolitanas do Brasil. Essa reterritorialização – em toda potência de sentido que se possa

expressar no termo – não reconfigurou apenas o arcabouço da segregação urbana (onde cada grupo pode se manifestar, por exemplo), mas a própria subjetividade. Elaboraões subjetivas singulares.

Já na terceira fase, a descentralização do movimento se intensificou, mas de uma outra maneira. Nesse momento o movimento como um todo se fragmenta, não há mais unidade entre as pautas, as manifestações não somam mais forças e se enfraquecem, tornando-se cada vez mais inexpressivas.

O discurso nacionalista, patriota, ufanista e conservador – que pôde ser visto em sua máxima expressão em 2015 – começa a tomar grande relevância nas manifestações na transição da segunda para terceira fase, destituindo o equilíbrio da pluralidade. Ainda que em 2013, essa captura não tivesse força para tomar a unidade das Jornadas de Junho como um todo, ela foi força constitutiva da sua desintegração.

Portanto, as paisagens das Jornadas de Junho percorrem um caminho de um movimento carregado de singularidades, porém inexpressivo em sua primeira fase, para um uma segunda etapa que consistiu no auge dos movimentos. E, por fim, culminando na fragmentação da sua unidade para diversos protestos heterogêneos e desconectados uns dos outros, que já começaram a ser capturados por identidades fixas e rígidas que se desdobraram nos movimentos dos próximos subcapítulos. Movimentos esses que carregavam forte polarização e buscavam não admitir mais a pluralidade como vista até aqui.

O gráfico da Figura 5, extraído de Malini *et al* (2014) mostra a nuvem de palavras das *hashtags* e palavras-chave associadas à #vemprarua, publicadas no dia 15/06/2013 no *Twitter*. Entre as que mais apareceram houve *hashtags* mais gerais sobre os protestos como #changebrazil e #acordabrasil; e outras mais relacionadas ao protesto do dia 13/06/2013 em que houve forte repressão policial: #violência, #revoluçãodovinagre e #sãopaulovaiparar. Também apareceram com representação considerável *hashtags* contra o governo e expressões contra a corrupção: #chupadilma, “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil!”. Essas últimas mostram que as subjetivações que capturaram o movimento em sua terceira fase já estavam presentes em meio a multiplicidade que se apresentava nesse momento.

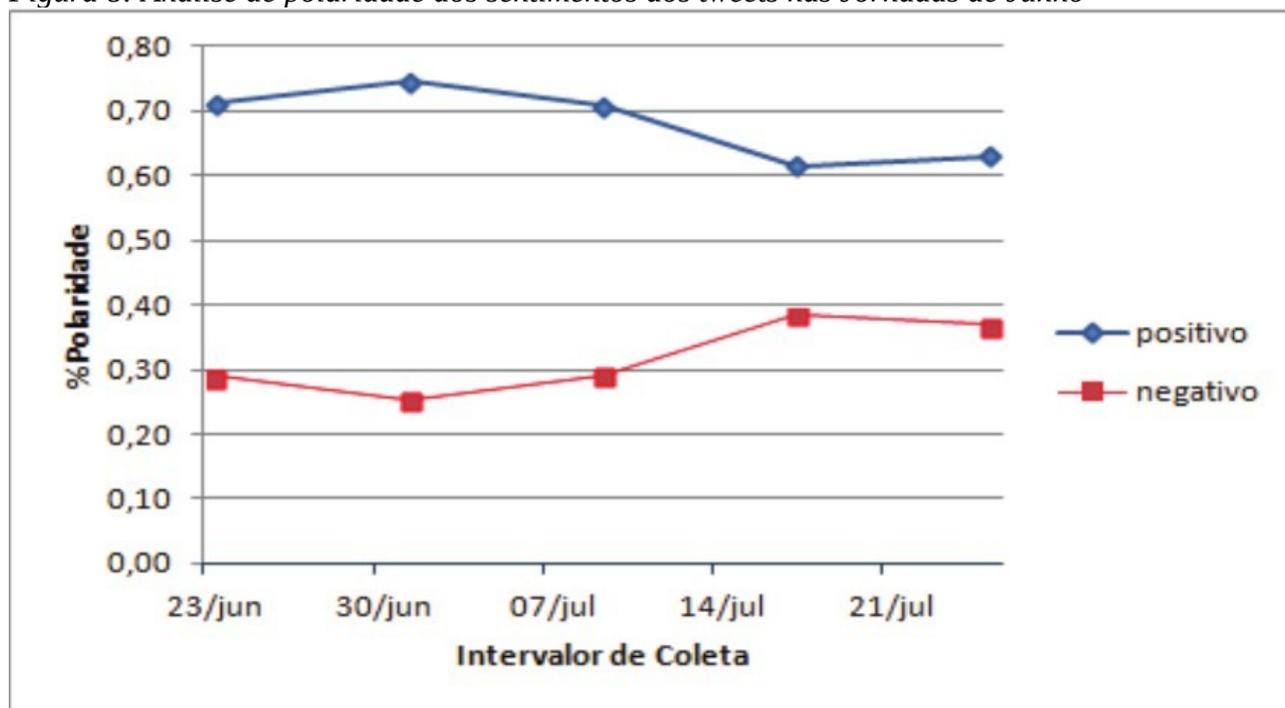
Figura 6: Nuvem de palavras das hashtags do Twitter associadas a “#vemprarua” em 16/06/2013



Fonte: Malini et al, 2014

Já na análise do dia 17/06/2013 (Figura 7), último dia analisado por Malini *et al* para as *hashtags*, houve um aumento daquelas relacionadas à participação nas ruas, como #vemp�rajanela, #semviolência e #violêncianão, que poderiam se referir tanto à violência policial quanto à violência por parte dos manifestantes. Também houve forte manifestação contra a cobertura midiática, evidenciando uma disputa pela narrativa entre as grandes mídias de massa e as informações compartilhadas nas redes digitais: #aglobonãomerepresenta, #opovonãoeébobabaixoàredeглоbo e #abaixoàmanipulação.

Figura 8: Análise de polaridade dos sentimentos dos tweets nas Jornadas de Junho



Fonte: França e Oliveira, 2014

A análise de polaridade (Figura 8) realizada por França e Oliveira (2014) segmentou suas amostras de *tweets* apenas no período que é identificado nesse trabalho como terceira fase das Jornadas de Junho (dia 21 em diante). As datas em que os dados foram coletados foram as seguintes: 23 de junho, 30 de junho, 7 de julho, 14 de julho e 21 de julho. Cada período abrangeu a data da coleta anterior até o dia da coleta seguinte. No entanto, o autor não especificou a partir de que dia iniciou o levantamento da primeira amostragem (23 de junho). Assim, será considerado, de maneira geral, como equivalente às primeira e segunda fases das Jornadas de Junho. Durante todo o período das manifestações os sentimentos positivos da polarização foram bastante superiores aos negativos, evidenciando um apoio da população nas redes digitais aos manifestantes e aos protestos. Porém, no decorrer dos protestos o percentual de apoio aos protestos diminuiu e o de repúdio aumentou, diminuindo a diferença que separava as duas percepções, ainda que as positivas continuassem superiores. O conjunto de dados amostrados no dia 23 de junho apresentou uma porcentagem de aproximadamente 70% de *tweets* com sentimentos positivos e apenas uma porcentagem próxima de 30% de negativos. A evolução desse cenário mostrou o ápice de apoio no levantamento do dia 30 de junho (superando os 70%), seguidos de quedas no dia 7 de julho (aproximou novamente dos 70%) e uma queda mais acentuada no dia 21 de julho (ficou próximo aos 60%). A partir daí houve uma pequena variação positiva (superando levemente os 60%). Para

explicar a queda do apoio ao movimento, o autor sugere a hipótese de que esse fato estivesse relacionado ao aumento dos atos de violência e vandalismo realizados pelos manifestantes durante os protestos.

No entanto, é possível encontrar outras possíveis influências para esse padrão da análise de sentimento em queda ao invés das ações de violência por parte dos manifestantes. Principalmente, ao se observar que houve uma identificação da população com esse tipo de comportamento desde a primeira fase das manifestações. Essa identificação pode ser vista, por exemplo, no episódio em que o apresentador do telejornal “Brasil Urgente”, José Luis Datena, da rede de televisão Bandeirantes, realizou ao vivo uma enquete em que os telespectadores ligavam para dizer se apoiavam ou discordavam de manifestações com “baderna”, violência ou depredação, no dia 13 de junho de 2013. Em duas enquetes seguidas o número de apoiadores foi bastante superior, sendo que na última os apoiadores foram mais que o dobro dos contrários (2179 a favor e 915 contrários)²³²⁴.

Entende-se nessa pesquisa que a produção de subjetividades que integravam percepções positivas sobre as manifestações, assim como sobre suas formas de expressão e ação nas ruas, esteve bastante relacionada com a própria dinâmica das redes digitais, que possibilitaram produções de subjetividades não capturadas. De fato, é possível ver a diluição e descentralização do poder centralizador das grandes mídias em produzir subjetividades de acordo com seus interesses. Mesmo que durante grande parte das manifestações, principalmente na primeira fase, a cobertura das grandes mídias tivesse um viés negativo sobre as manifestações, enfatizando apenas a existência de violência, ou diminuindo a expressão popular ali representada no sentido de invisibilizar os protestos, as subjetividades foram produzidas de forma descentralizada através dos registros dos manifestantes e das articulações nas redes sociais digitais. Essa possibilidade descentralizada de expressão e o movimento fora do domínio das grandes mídias também repercutiu no surgimento de diversas mídias alternativas e pulverizadas, como por exemplo a Mídia Ninja e Jornalistas Livres.

No decorrer das manifestantes é possível que a queda na percepção positiva e no apoio às manifestações tenha ocorrido em decorrência das próprias características da última fase do movimento, como já foi descrito anteriormente nesse texto, quando os protestos se fragmentaram, perderam seu caráter hegemônico da unidade e então passaram a sofrer processos de capturas que estancaram o fluxo de elaborações singulares, as quais foram substituídas por subjetivações introjetadas e estagnadas que circularam em torno de pautas anticorrupção e em detrimento da enorme pluralidade de demandas anteriormente vivenciadas.

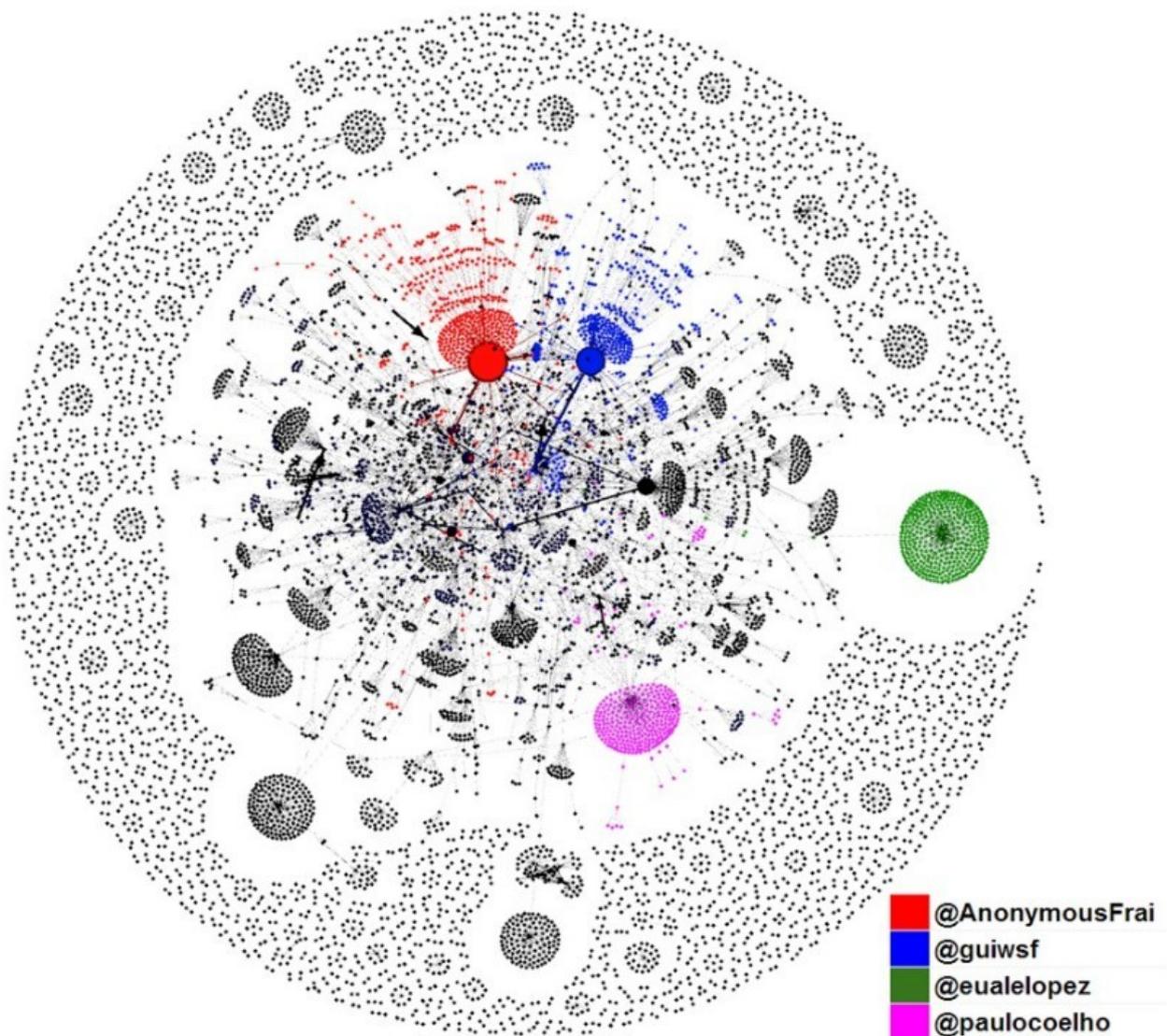
23 Acesso em 11/02/2019: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2013/06/1294753-datena-muda-de-ideia-sobre-protestos-em-sp-apos-enquete.shtml>>.

24 Acesso em 11/02/2019: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>.

Outra análise que contribui com o entendimento dos processos de produção de subjetividades e capturas durante as Jornadas de Junho é sobre a identificação dos usuários (perfis) centralizadores ou influenciadores. Theodoro *et al* (2015) mostra através do grafo da rede alguns *clusters* que se aglutinaram em torno de influenciadores, representado na Figura 9. A representação do grafo é composta por vértices que são os perfis que interagiram na rede e arestas que são as interações (*retweets*) entre dois perfis. Quanto maior o vértice maior a influência daquele perfil. Quanto mais grossas as arestas, maior o número de interações entre os dois perfis que ela liga. O grau de saída de um vértice é a quantidade de arestas adjacentes a esse vértice cuja direção seja de saída do mesmo, ou seja, de *tweets* que foram *retweetados/compartilhados*. Em outras palavras se um perfil A é *retweetado* pelo perfil B, haverá uma aresta no grafo que sai do vértice A e aponta para o vértice B. E é a partir do grau de saída que pode-se identificar os perfis influenciadores na rede: quanto mais *retweets* um usuário recebe, maior sua influência.

A Figura 9, produzida com a análise das interações levantadas nos 23 e 24 de junho de 2013, era composto por 9.107 vértices e destacou alguns *clusters* (comunidades), como exemplos, ainda que houvessem outros não mostrados. Cada *cluster* foi identificado com o nome do perfil núcleo, ou seja, o que aglutinou e reuniu maior influência no grupo. O vértice/perfil que teve mais influência na rede foi do usuário @AnonymousFrai, que teve 432 *retweets* no intervalo de tempo analisado, e por isso foi um influenciador da rede, já que seus *tweets* foram disseminados (*retweetados*) por muitos usuários. No grafo também há *clusters* em que o núcleo é um vértice/perfil que não se destaca, possuindo um grau de saída muito baixo e, ao mesmo tempo, um alto grau de entrada, que significa que compartilham muitos *tweets* e, portanto, são disseminadores. Um desses *clusters* é o que possui o escritor Paulo Coelho (perfil @paulocoelho) como núcleo. O perfil demonstrou bastante interesse no tema pelo elevado número de compartilhamentos de *tweets* sobre os protestos e por possuir mais de nove milhões de seguidores no twitter, no momento da pesquisa citada, ele teve um papel importante como propagador. Mas como seu grau de saída foi zero ele não foi considerado um formador de opinião sobre o tema nem um influenciador dentro do contexto das análises.

Figura 9: Grafo da rede de interações sobre as Jornadas de Junho no Twitter levantado nos dias 23 e 24 de junho de 2013



Fonte: Theodoro et al, 2015

O Figura 10 mostra os principais influenciadores, ou seja, aqueles perfis que tiveram maiores graus de saída - maior quantidade de *retweets* na rede, ocupando posições centrais em diferentes *clusters*. Note que @eualelopez e @paulocoelho não aparecem entre esses por não terem alto grau de saída mas apenas alto grau de entrada. Foram dois perfis que compartilharam bastante *tweets* mas não foram *retweetados* e por isso foram disseminadores mas não influenciadores. A relevância de @paulocoelho se deu pelo grande número de seguidores.

Figura 10: Perfis mais influenciadores no Twitter (23 e 24 de junho)

Usuário	Média dos Graus de Saída
@AnonymousFrai	272.35
@guiwsf	83.9
@Toni_JoiaRara	32.8
@Arykara2	11.85
@AcordouAcordou	10.1
@Sangue_Latino	8.5
@MariahBretzke	8.3
@xandreIm	5.55
@BR_Indignado_	5.4
@venusaquario	4.9

Fonte: Theodoro et al, 2015

É possível perceber, portanto, que apesar de estarmos abordando as redes digitais com características descentralizadas e rizomáticas que questionam o poder centralizador das grandes mídias de massa, as redes também apresentaram processos de aglutinação e centralização na produção de subjetividades. Alguns poucos perfis capitalizaram grande parte da produção de subjetividade em determinados momentos. No entanto, a diferença em relação aos processos centralizadores das grandes mídias de massa é que as aglutinações nas redes e concentração do poder de produção de subjetividades tem um padrão de expressão mais próximo ao funcionamento do poder descrito por Foucault (2009), ou seja, é um poder circulante, dinâmico e processual, e não um poder fixo e resultado direto da posse de meios materiais como é visto pelas teorias de comunicação de base marxista. Na lista da Figura 10 não foram verificados nomes que se tornaram conhecidos ao longo do tempo ou se fixaram como influenciadores por muito tempo. A perspectiva descrita e adotada por essa pesquisa poderia ser melhor visualizada se essas análises tivessem sido realizadas para diferentes períodos das manifestações, evidenciando se realmente os perfis influenciadores iriam ser diferentes para diferentes períodos.

Ainda que nessa pesquisa consideremos que a emergência do grande uso das redes digitais tenha reconfigurado as relações de forças dos dispositivos centralizadores da produção de subjetividade, antes dominados pelas grandes mídias, estas não deixaram de participar das produções e subjetivações, mesmo que seu espaço de atuação tenha sido questionado e

enfraquecido. Oliveira (2018) narra o percurso histórico da dimensão semântica da palavra “crise”, que segundo o autor passou a ser atrelado ao sentido do conceito de corrupção – a hipertrofia da ideia de corrupção, principalmente após as Jornadas de Junho. Mais especificadamente o autor data o momento da evolução desse cenário em 3 de julho de 2013, a partir da publicação da edição 2328 da Revista Veja, na qual veiculou entrevista com um jovem participante das manifestações em que dava voz justamente ao discurso anticorrupção - que supostamente seria a voz de todo o movimento. A cobertura da grande mídia sobre os protestos passou de uma visão de baderna e violência para uma visão sobre os “brasileiros de bem” indignados com a corrupção da classe política (OLIVEIRA, p. 381). A produção dessa subjetivação representa os processos de capturas que ocorreram na pluralidade e singularidade que integravam as manifestações, no entanto, essas capturas não foram articuladas somente pelas grandes mídias como Oliveira (2018) sugere, afinal as grandes mídias ainda possuíam o poder de outrora para manipularem a opinião pública sem considerar as articulações que aconteciam nas redes digitais? As capturas já estavam acontecendo nos próprios atos de manifestação nas ruas e nas redes digitais desde o final da segunda fase e, principalmente, na terceira fase. Essa captura se evidenciou no afunilamento das multiplicidades de pautas e na circulação estagnada sobre as pautas anticorrupção.

Tanto a compreensão da centralidade do papel das demandas contra a corrupção em determinado momento das manifestações, quanto a consideração de que as redes de comunicação digitais e descentralizadas foram um dos principais fatores que permitiram a emergência de elaborações singulares das subjetividades, podem ser melhor analisadas diante das considerações e comparações com outras grandes manifestações que tomaram as ruas no Brasil.

Tatagiba (2014) traça alguns paralelos entre as Jornadas de Junho com dois movimentos anteriores: Diretas Já, que ocorreu em 1983 e 1984, e Fora Collor, em 1992. A diversidade de reivindicações, heterogeneidade dos grupos que se mobilizavam em uma só ação coletiva e a multiplicidade de grupos e palavras de ordem foram características em comum de todos os três acontecimentos. A possibilidade das diferentes produções de sentidos a partir das palavras de ordem foram compartilhadas por todos os três movimentos. Enquanto nas Jornadas de Junho a luta pelo transporte público e pela mobilidade se ramificou em dezenas de demandas sociais que integravam desde grupos progressistas até conservadores, que faziam leituras sobre suas respectivas visões em seus cartazes e gritos, mesmo quando umas eram conflitantes com outras, de forma a evidenciar que não houve uma organização central e capturada para determinar caminhos. Nos movimentos Diretas Já e Fora Collor, apesar da organização por lideranças, a constituição dos movimentos possuía singularidades nas suas articulações internas: os diferentes grupos e organizações (CNBB, CUT, PNBE e OAB) deram diferentes sentidos, por exemplo, à palavra de ordem sobre “ética na

política”. Já a CNBB a compreendia como a revelação da verdade, em oposição àquele que mentiu e roubou; já para a OAB, a ética na política referia-se aos preceitos constitucionais da garantia do estado democrático de Direito.

Assim, ao ser enfatizada nessa pesquisa a característica da pluralidade nas Jornadas de Junho não se refere a uma singularidade em si, mas a singularidade a que se refere é sobre o modo como essa pluralidade se deu. Nas manifestações Diretas Já e Fora Collor, as diversidades e multiplicidades foram articuladas por diversas lideranças de organizações e partidos, se configurando como movimentos suprapartidários. Já nas Jornadas de Junho, desde a articulação do MPL, e a partir da segunda fase das manifestações quando o MPL perde o protagonismo para as multidões, o movimento se identifica fortemente com uma postura apartidária, em que aqueles que levantavam bandeiras de partidos e outros grupos ligados à partidos eram hostilizados e expulsos dos atos.

Enquanto nos dois primeiros movimentos as frentes suprapartidárias, por meio das lideranças de diversos partidos e movimentos sociais, mobilizavam suas bases, ofereciam apoio financeiro, faziam *lobby* no congresso, organizavam ações de distribuição de materiais impressos em ruas, fábricas, sindicatos, igrejas, comunidades eclesiais de base e movimentos de bairro, caracterizando formas de engajamento e convocação face a face, nas Jornadas de Junho era a articulação descentralizada das redes *offline* e *online*, nas redes sociais digitais, sem lideranças, promovendo convocações espontâneas pelo *Facebook* e *Twitter*. Apesar dos protestos de junho não terem sido construídos nas redes sociais, sem dúvida, a mobilização nas redes foi um fator decisivo para a sua articulação e configuração de suas características (TATAGIBA, 2014).

Nenhum dos movimentos foi monocromático. As Diretas Já e Fora Collor foram marcados, principalmente por símbolos nacionais e do verde e amarelo. Nas Jornadas de Junho, em meio a sua pluralidade, foram entoados nas ruas e estádios palavras e frases de cunho também bastante nacionalista: “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verdes e amarelas, e referências como ‘o gigante acordou’ e ‘verás que um filho teu não foge à luta’, associados à rejeição à presença das bandeiras partidárias (vermelhas)” (TATAGIBA, 2014, p. 42-43). O acontecimento desses fatos teve seu início identificado na segunda fase das Jornadas de Junho, continuando por toda a terceira fase.

Em todos os três acontecimentos, houve conflitos na articulação de toda a pluralidade presente, mas nos dois primeiros acontecimentos os partidos políticos e suas lideranças tomaram frente no desenvolvimento dos diálogos com todas as lideranças para direcionar todo o movimento em caminhos em comum. Nas Jornadas de Junho não houve líderes que organizassem, mas também não é possível dizer que os manifestantes através das redes híbridas *online* e *offline* não

conseguiram agenciar uma articulação mantendo a unidade através dos eventos do *Facebook* e do compartilhamento de informações que engajassem. Nesse ponto, a grande diferença pode ser a respeito da articulação que as lideranças do Diretas já e Fora Collor fez no âmbito institucional, nos dois casos principalmente com o Congresso Nacional. Para além do movimento político das manifestações, nas ruas e redes digitais, as Jornadas de Junho não realizaram um trabalho burocrático e institucional que garantissem as territorializações das demandas exigidas, de forma a deixar um legado posterior ao fim dos protestos. Ao mesmo tempo que as Jornadas de Junho abraçou sua descentralização enquanto ausência de mediações de lideranças, também negou qualquer negociação e articulação institucional, de forma que pode-se entender que sua maior força enquanto movimento horizontal repleto de possibilidades de elaborações singulares, também foi uma fraqueza no momento que não perpetuou mudanças institucionais e estruturais as quais demandava nas ruas. Uma possibilidade de entender essa falta de institucionalização/territorialização é a partir do processo descrito por Rolnik (2006) que seria oposto à total captura das produções de subjetividade, ou seja, o processo em que há total desterritorialização. Essa forma é associada, principalmente, aos contextos do capitalismo neoliberal e das tecnologias digitais, em que os fluxos de informações e as mudanças das configurações sociais são tão rápidos e intensos que os fluxos de desejos são estimulados (ao contrário das capturas que impedem qualquer expressão dos desejos), no entanto devido à sua intensidade não há tempo para elaborar esses desejos em subjetividades e em novos territórios. São as condições para que os indivíduos sintam um vazio que os assusta e faz com que busquem territórios conservadores e arcaicos na tentativa de ter alguma segurança.

Para Tatagiba (2014) as pautas anticorrupção são uma constante nos mais diversos momentos no Brasil, inclusive presentes nas três manifestações que realiza análise, e é um tema que ocupa posição privilegiada nas aglutinações das produções de subjetividade no Brasil. Essa é uma bandeira frequente de diversos setores e tem sido articulado desde a transição para o regime democrático no Brasil, capitalizando a própria criação do Partido dos Trabalhadores (PT) como nova forma de fazer política. O combate à corrupção por sua forte ressonância popular esteve presente em mobilização em todo o espectro político. Assim é possível entender como essa pauta começou a assumir protagonismo e emergiu como dispositivo aglutinador a partir da segunda fase das Jornadas de Junho. Tatagiba (2014) identifica o protesto do dia 13/06/2013, quando houve grande repressão e violência policial, como o ponto de inflexão a partir do qual a questão da corrupção começou a ganhar força e centralidade, inicialmente associado aos gastos da copa do mundo. Algumas postagens nas redes digitais evidenciam o protagonismo do combate à corrupção nas Jornadas de Junho:

Na sexta-feira, 14/06, a segunda publicação mais compartilhada traz um jovem que segura um cartaz com o seguinte conteúdo: ‘Copa FIFA = 33 bilhão\$. Olimpíada = 26 bilhão\$. Corrupção = 50 bilhão\$. Salário Mín. = 678 reais\$. E você ainda acha que é por 20 centavos?’. Na quinta posição, uma imagem traz os dizeres: “O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil!” (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Apesar dessa posição historicamente privilegiada para emergir espontaneamente nas subjetividades populares, não é possível deixar de entender que justamente por ocupar essa posição, as pautas anticorrupção podem ter sido utilizadas estrategicamente como dispositivos para aglutinar e capturar as subjetividades que emergiam. Tatagiba (2014) destaca que grupos considerados à esquerda, denunciaram nas redes sociais que o tema da corrupção estava sendo usado como argumento para uma guinada à direita dos protestos.

5 CONCLUSÃO

As Jornadas de Junho de 2013 se expressaram no Brasil a partir de uma complexa elaboração de redes rizomáticas simultaneamente *online* e *offline*, de forma que as tecnologias de comunicação em rede digitais e os aparelhos celulares funcionaram como extensões do corpo (BUTLER, 2018) das multidões nas ruas. Essa complexa rede de agentes e processos não foi homogênea temporalmente nem espacialmente. Temporalmente pode-se apreender três fases com características distintas: 1) a primeira caracterizada por protestos menos expressivos convocados pelo MPL e focados nas pautas relacionados ao transporte urbano; 2) a segunda marcou o auge do movimento com protestos acontecendo simultaneamente por todo o país, mobilizando milhares de pessoas e provocando uma explosão de pautas desde saúde e segurança até anticorrupção; 3) a terceira se caracterizou pela pulverização e enfraquecimento dos protestos massivos e afunilamento da quantidade de pautas que passaram a girar em torno, principalmente, de demandas anticorrupção. Em seu auge o movimento manteve uma unidade que, no entanto, não era homogênea, marcando sua heterogeneidade, onde se via uma pluralidade dos mais distintos grupos, partidos, classes e demandas sociais e políticas (SINGER, 2013).

Assim, as paisagens cartografadas mostraram o encadeamento desses territórios que se desterritorializaram e se reterritorializaram em outras produções de subjetividades nos momentos de ruptura que marcaram as diferentes fases (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006). Diversos elementos e processos se cruzaram para a elaboração das Jornadas de Junho em seu ápice na segunda fase: as diversas manifestações que ocorreram ao redor de todo o globo a partir de 2008 em suas organizações descentralizadas e horizontais (CASTELLS, 2013), a forte penetração do uso das redes sociais digitais no cotidiano das pessoas no Brasil, e outras mobilizações no Brasil que aconteceram na década de 2000 que já apresentavam características de horizontalidade e espontaneidade (BOITEMPO EDITORIAL, CARTA MAIOR, 2013). Mas, essas condições por si só não explicaram a formação das Jornadas de Junho. As jornadas só foram produzidas nas dimensões nas quais são lembradas posteriormente a partir da aglutinação de engajamentos desencadeada pela repressão e violência policial no ato dia 13 de junho. Nesse momento se produziu uma nova subjetividade que aglutinou milhares de pessoas nas ruas. As palavras de ordem, as *hashtags* compartilhadas nas redes digitais e as demandas levadas às ruas eram múltiplas e diversas, mas todas compartilhavam a subjetividade de dizer “temos o direito de nos manifestar”. O próprio ato de se colocar nas ruas era um político que disputava com o aparato repressivo policial do Estado o direito de estar nas ruas reivindicando

quaisquer demandas que se quisesse. Uma outra característica das subjetividades produzidas nessa segunda fase, durante o ápice das Jornadas, foi a afirmação dos sujeitos como, simultaneamente, produtores e consumidores de informações através de uma articulação com as tecnologias de comunicação transmídiaicas (como, por exemplo, *smartphones*) em extensão aos corpos e o potencial de difusão e de acesso da informação mais democráticos nas redes sociais digitais, como *Facebook* e *Twitter*. Foi essa subjetividade, corporificada na própria estrutura da constituição e arquitetura de redes *online* e *offline*, que permitiu uma ruptura com o poder hegemônico das grandes mídias de massa, de forma que foram produzidas narrativas paralelas, contadas pelos próprios manifestantes, assim como por mídias alternativas, como por exemplo a Mídia Ninja.

Impulsionadas pela indignação contra a violência policial e pela esperança do poder das pessoas nas ruas transformarem essa realidade em direção a um cenário mais democrático e de liberdade, as multidões se aglutinaram compartilhando essas subjetividades. Esse compartilhamento se deu pelo contágio (TARDE, 2005), principalmente, através das redes sociais digitais, pelo compartilhamento de informações e registros difundidos pelos próprios manifestantes e pelas mídias alternativas. Apesar dessa onda se dar em parte como um ímpeto emocional característico do contágio, não era um movimento irracional em sua totalidade, tanto que é possível observar complexas elaborações dos desejos articuladas e expressas em uma multiplicidade de demandas, estratégias e organização bastante heterogênea. Não havia lideranças carismáticas aglutinando todo o movimento ao redor de si e nos sentidos de interesse dessa figura, mas haviam múltiplas lideranças transitórias que desapareciam tão rapidamente quanto surgiam nas redes digitais. Essas figuras, que não possuíam poder, mas o exercia em determinados momentos, desencadeando processos de sugestão sobre os usuários das redes sociais digitais. No entanto, um poder moderado de sugestão que não era capaz de capturar as multidões em sua completude (FREUD, 1987; TARDE, 2005). Por vezes, esses influenciadores eram personalidades famosas como artistas e, outras vezes, totais desconhecidos que tinham conteúdos compartilhados recebendo grande engajamento (THEODORO, 2015).

Essas multidões engajadas por indignação e esperança através de contágio e sugestão, principalmente repercutidos nas redes sociais digitais, se organizavam em uma grande unidade heterogênea e plural. Essa unidade é entendida aqui como um corte populista na perspectiva de Laclau (2013). O conceito de “povo” desenvolvido pelo autor não está em relação a um soberano nem traduz uma ideia de homogeneidade e subalternidade. O autor entende e transforma essa concepção de povo a partir um outro entendimento que vai ao encontro dos sentidos de horizontalidade e multiplicidade que foram observados na segunda fase das Jornadas de Junho.

O ponto fundamental da articulação discursiva do populismo de Laclau (2013) é a formação de um campo popular hegemônico ao redor de um significante representativo. Tal significante representa uma coletividade que unifica, mas não padroniza nem modeliza, ao contrário mantém as diferenças reunidas em uma pluralidade de demandas em uma cadeia de equivalência. Para existir essa cadeia de equivalência foi preciso se antagonizar com a nomeação de um inimigo comum que deveria ser enfrentado, ou seja, o populismo pressupõe a constituição de uma fronteira que divide a sociedade em dois campos: dois campos estes que nas Jornadas de Junho eram de um lado as multidões nas ruas e de outro o Estado (enfrentado tanto na perspectiva de esperança ao elaborar um campo democrático de participação através de múltiplas demandas quanto na de indignação ao desafiar o monopólio da violência pelo Estado representado pelo aparato policial, dizendo “temos o direito de manifestar o que quisermos”).

Esse engajado corte populista era simultaneamente multidão e público, uma vez que as mobilizações eram uma coletividade física nas ruas e uma coletividade mental nas redes, segundo o conceito de público de Tarde (2005). O caráter rizomático das redes permitiu um rápido contágio (FREUD, 1987; TARDE, 2005) das sensações de pertencimento a esses movimentos e às suas demandas e das subjetividades que se constituíram pelo papel ativo dos indivíduos integrantes das redes. A percepção de que os indivíduos exerciam um papel ativo é fundamental para não cair em um reducionismo sobre o contágio em sua concepção pejorativa de contaminação irracional. Principalmente, ao considerar que o compartilhamento de informações pelas redes de forma descentralizada, nesse momento, teve um papel relevante no processo de elaboração de subjetividades não capturadas, diferente de momentos posteriores, já na terceira fase das Jornadas de Junho, em que justamente o livre compartilhamento se entregou a modelos de reprodução e contágio irracional.

Assim, a constituição desse campo popular na segunda fase foi uma elaboração singular, inclusive transitória, ou seja, que não se fechou em si mesma em um território rígido, mas que se deslocou em um devir que a desmanchou logo em seguida – quando o movimento se pulverizou e foi capturado na terceira fase das Jornadas de Junho. As demandas, ou as subjetividades que permearam todo o movimento nesse momento, que articulam esse campo coletivo também não preexistiam, mas dependeram da relação com o outro a que se dirigiram, ou seja, não houve uma central ou liderança que introjetou uma subjetivação controlando o movimento, mas houve uma elaboração descentralizada e rizomática das multidões em resposta à violência policial.

A demanda, a princípio, é um pedido que se insere no contexto institucional, burocrático e administrativo, e, assim, possui caminhos estabelecidos. Quando o sistema institucional vigente passa a ser obsoleto em determinados aspectos e não é capaz de atender as demandas pedidas, estas

se tornam reivindicações. O surgimento de um grande número de demandas não atendidas – reivindicações, então se aglutinam fora do sistema, gerando uma divisão antagônica no espaço social, em que um processo administrativo passa a ser político, colocando diversas demandas de um lado e um denominado bloco de poder de outro (LACLAU, 2013). Nesse sentido, havia diversas demandas permeando as subjetividades no Brasil, que passavam por questões de saúde e educação, por exemplo, e até mesmo as próprias demandas do transporte público que iniciaram os protestos da primeira fase, no entanto, quando a única resposta oferecida pelo Estado foi a repressão policial em sua incapacidade de atendê-las, formou-se o corte populista como uma elaboração singular ética – pelo direito e liberdade de manifestar forjada na indignação; estética – pela elaboração dos desejos constituídos na esperança; e político – pela expressão da disputa de poder marcada por indignação e esperança (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006).

Essa cadeia de equivalência do campo popular não foi um movimento sem tensionamentos. A diversidade de demandas continuou a existir com suas diferenças dentro desse movimento em uma relação que não as tornou iguais entre si, mas que agenciou as diferenças para que se fortalecessem em uma mesma direção contra um único campo antagônico. Essa consolidação se deu através da representação da equivalência por um significante vazio. Alguma das demandas, algum símbolo, algum líder ou alguma palavra teve que passar a representar esse campo como um todo. O que não significou que essa demanda e seus símbolos capturaram todo o movimento. E é por isso que foi um representante vazio, pois ele deixou de representar aquela demanda em específico e passou a representar um todo. Extrapolou seus próprios limites e conceito para se tornar uma outra coisa. São justamente aquelas palavras com os sentidos menos definidos, menos precisos, as que possuem maior potencial de assumirem a posição de representação do campo social por poderem abarcar a diversidade de demandas dentro da sua imprecisão. É recorrente que o populismo, por sua vez, também, seja considerado um conceito vago e impreciso. Mas Laclau (2013) contradiz essa concepção ao explicitar que não tem relação nenhuma com subdesenvolvimento ideológico ou político. O caráter vazio dos significantes confere unidade e coerência a um campo popular radicalmente heterogêneo e, portanto, estão inscritas na própria natureza do político (LACLAU, 2013). É nesse sentido que *hashtags* compartilhadas e difundidas nas redes sociais digitais como *Facebook* e *Twitter* como por exemplo *#vemprarua* e *#ogiganteacordou* (MALINI, 2014), assim como seus equivalentes gritos de ordem nas ruas conseguiram representar toda a pluralidade que se expressava naquele momento sem capturar os sentidos, que eram múltiplos e plurais.

O significante vazio tornou possível um discurso que antes era impossível e hegemonizou o campo popular das multidões nas ruas e redes sociais digitais. A transição para o corte populista não

foi lógica do ponto de vista dialético ou semiótico, mas exigiu um investimento radical. Tal investimento pertencia a ordem do afeto, para que alguma significação fosse possível. Ou seja, foi necessário considerar aspectos emocionais para compreender os investimentos que levaram a se concretizar os engajamentos sociais. O uso do conceito de afeto em Laclau (2013) se aproxima da psicologia social em Freud (1987) e Tarde (2005). Aqui temos, portanto, uma articulação política entre os níveis micro e macropolítico, entre as grandes representações e as elaborações da subjetividade a partir dos desejos. Essa articulação promoveu, portanto, um agenciamento de desejos no campo afetivo e estético que levou a configurações significantes e simbólicas nos territórios sociais (GUATTARI, 1990; GUATTARI & ROLNIK, 1996; LAZZARATO, 2014; ROLNIK, 2006). Assim, houve de fato uma afetação das multidões que depositaram energia na elaboração de seus desejos e anseios, coproduzindo coletivamente esses novos territórios existenciais que marcaram as Jornadas de Junho. Territórios estes permeados pelas subjetividades já descritas: 1) direito e liberdade das multidões se expressarem nas ruas demandando suas pluralidades de anseios e pautas. 2) autonomia através da possibilidade de produzir e consumir informações de forma descentralizada expressando narrativas paralelas às das grandes mídias.

Da mesma forma o campo popular não foi a soma de demandas, mas um outro que emergiu naquele momento de singularização. Quanto maior for a extensão da cadeia de equivalência sob um significante, menos natural será a articulação entre os elos e mais instável será a identificação do inimigo dentro do corte popular. Aconteceu, então, um jogo com uma dupla e instável tensão, no qual se qualquer um dos lados se sobrepusesse, a equivalência se desintegraria. Ao mesmo tempo que a inscrição em uma equivalência do campo popular, em certa medida, subordinou as demandas para conferir alguma solidez e estabilidade ao campo popular, existia uma pressão de autonomização dos elementos da cadeia como forma de agregar toda a heterogeneidade (LACLAU, 2013). O processo de complexificação e expansão da cadeia de equivalência, que em seu auge reuniu milhares de pessoas nas ruas em múltiplas manifestações por todo o país agregando grupos heterogêneos com pautas diversas, foi um ponto de força mas também de fraqueza, em que a unidade das Jornadas de Junho não resistiu às tensões internas e passou a se desintegrar, evidenciando sua constituição processual e transitória.

A unidade da cadeia de equivalência populista presente na segunda fase perdeu sua unidade e coerência na terceira. Esse jogo de articulações entre diversas demandas não resistiu e a cadeia se fragmentou na terceira fase descrita por Singer (2013). Nesse momento, a ação política populista começou a perder seu poder frente ao campo antagônico. Além da revogação do aumento das tarifas, as Jornadas de Junho não conseguiram institucionalizar outras demandas. E é justamente esse um limiar fundamental do sucesso populista proposto por Laclau (2013). A cadeia de

equivalências de um campo populista não existe de forma fixa e perene, mas é, de fato, um levante – um devir que tende a se deslocar e se dissolver, ou melhor se reconfigurar e gerar novos territórios. O que fica, então, após essa erupção? O caráter político do populismo precisava se articular com os campos institucionalizados para modificar esses territórios. As elaborações de desejos do campo micropolítico precisavam se articular com as instâncias macropolíticas instituídas. Somente assim, territórios que respondessem, de alguma forma, aos anseios das multidões poderiam ser produzidos a partir desses movimentos.

Ao mesmo tempo que os protestos das Jornadas de Junho foram se pulverizando em protestos esparsos, individualizados, sem unidade, as pautas foram se concentrando nas pautas anticorrupção desfazendo as pluralidades e multiplicidades, ou seja, estagnando as produções de desejos. As articulações permaneceram associadas às redes sociais digitais, mas as narrativas desses redes se aproximavam cada vez mais das narrativas das grandes mídias hegemônicas. As capturas, portanto, ocorreram simultaneamente dentro das próprias redes que se estagnaram, introjetando subjetivações modeladas, assim como se aliando e aceitando o poder subjetivador das mídias de massa. Além da característica do corte populista ser um processo transitório que contribuiu com a captura após a sua desestruturação, as intensas desterritorializações ocorridas durante a segunda fase das Jornadas de Junho, expressas na grande pluralidade e constante transformação da sua processualidade, deixou as pessoas com uma sensação de vazio e desamparo, sensação essa decorrente da intensidade do processo, que por sua velocidade não deixava muito tempo para elaborações dos desejos que fossem sólidas o suficiente para os indivíduos se sentirem seguros. Devido a essa sensação de insegurança que preencheu as subjetividades, as pessoas passaram a buscar territórios compostos por subjetividades arcaicas, tradicionais, rígidas que pudessem passar uma sensação de território conhecido e controle. Dessa forma todo o potencial de elaborações singulares foi capturado em territórios modelados, circundando temas anticorrupção, presentes em outras grandes manifestações anteriores no Brasil, como Diretas Já e Fora Collor (TATAGIBA, 2014). Esses processos de captura em 2013, por sua vez, desencadearam outras manifestações que permanecerem nos mesmos territórios subjetivados e rígidos, como os movimentos Fora Dilma, em 2015, e Fora Temer, em 2016 e 2017.

Todos esses encadeamentos revelam a cartografia das paisagens em movimento das Jornadas de Junho, em suas desterritorializações e territorializações das subjetividades, sem um início ou fim, uma vez que são fragmentos de diversos outros processos e acontecimentos que se articularam ao longo do tempo e do espaço em disposições rizomáticas e interações simultaneamente *online* e *offline*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Karen Cristina Kraemer (2009) **História e usos da Internet**. Biblioteca on-line de Ciência da Comunicação. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/abreu-karenhistoria-e-usos-da-internet.pdf>. Acessado em: 30/01/2019.
- AGUIAR, Lisiane Machado. **As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul-RS, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BOITEMPO EDITORIAL; CARTA MAIOR. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações em movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. **“Eu Proteu”**: A auto-gestão de carreira entre fatos e mitos. In: Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração, 29, 2005. Brasília, Anais... [S.I.]: 2005.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. P. 231-249
- FRANÇA, Tiago & OLIVEIRA, Jonice. **Análise de sentimento de tweets relacionados aos protestos que ocorreram no Brasil entre junho e agosto de 2013**. In: III Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (BRASNAN), pag. 128 -139. SBC, 2014.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas, 2013.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. Tradução Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Sesc e n-1, 2014.
- LÉVY, Pierri. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MALINI, Fabio *et al.* **#VempPraRua**: narrativas da revolta brasileira. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação, 2014, Lima. Anais... Lima: Alaica, 2014. Disponível em: <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/GI1-Malini-Goveia-Ciarelli-Carrerira-Herkenhoff-Regattieri-Vinicius.pdf>. Acesso em: 29/01/2019.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis (RJ): Vozes; 2009.
- NASCIMENTO, Maurício Augusto Pimentel Liesen. **Excommunicatio**: ensaio para uma teoria negativa da comunicação. p. 191. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **Na malha da Rede**: Os impactos íntimos da Internet. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1998.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Banda larga no Brasil**: um estudo sobre a evolução do acesso e da qualidade das conexões à Internet. Cadernos NIC.br Estudos Setoriais, São Paulo, 2018. Acesso em 26/01/2019: <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Estudo%20Banda%20Larga%20no%20Brasil.pdf>>
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O significado do conceito “corrupção” na semântica política da crise brasileira (2013-2016)**. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 379-408, dez. 2018.
- PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Singularidade e subjetivação**: Ensaios sobre clínica e cultura. Rio de Janeiro: PUCRIO/7 Letras, 2008.
- PELLANDA, Eduardo Campos. Comunicação móvel no contexto brasileiro. In: LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio (Org.). **Comunicação e mobilidade**: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 11-18.
- PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.
- PRIMO, Alex. **Interação Mútua e Interação Reativa**: Uma proposta de Estudo. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Intercom em setembro de 1998. Recife, PE.
- RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade**: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. (org). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri-SP: Manole, 2011.

- RECUERO, Raquel. **Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social**. Trabalho apresentado no GT de Internet Comunicación e Sociabilidad do ALAIC, em julho de 2006, São Leopoldo/RS.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais online**. Salvador, EDUFBA, 2017.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.
- RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. In: Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003>. Acessado em 3 de junho de 2018.
- TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política & Sociedade, v.13, n.28, 2014, pp. 35-62.
- THEODORO, Ingrhid *et al.* **Padrões de Interação no Twitter durante os Protestos de 2013**. In: XII Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos (SBSC 2015). Pag. 144 – 151, Salvador – BA, 2015.
- THOMAS, Hernán. Tecnología, desarrollo, democracia. Sistemas tecnológicos sociales y ciudadanía sócio técnica. In NEDER, Ricardo (Org.). **CTS ciência, tecnologia e sociedade: e a produção de conhecimento na universidade**. Brasília. Observatório pelo Desenvolvimento da Tecnologia Social na América Latina. UnB/Capes: Escola de Altos Estudos, caderno Primeira Versão. Serie 1. Construção Social da Tecnologia. Número 4. 2013. p. 85 113.
- VERMELHO, Sônia Cristina, *et al.* **Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores**. Educ Pesquisa, São Paulo, V. 41, n 4, p. 863-881, out/dez, 2015.
- WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Editora Landmark, 2012. p. 190.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **A questão da comunidade na era da midiatização: crítica e ontologia**. p. 294. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014a.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **O conceito de comunidade na comunicação**. Famecos, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago 2014b.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Cidadania e comunidade: é necessário redescrevê-las na sociedade tecnológica?** In: XXIV Encontro Anual da Compós, Brasília, 2015.